

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
GABRIEL BIZ TONIN

**LIMITES E POSSIBILIDADES DO
TURISMO NO CAMINHO DE PEABIRU
NA REGIÃO DE BOTUCATU**



2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
GABRIEL BIZ TONIN

Limites e possibilidades do turismo no caminho de Peabiru na região de Botucatu

São Paulo

2021

GABRIEL BIZ TONIN

Limites e possibilidades do turismo no caminho de Peabiru na região de Botucatu

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Turismo,
apresentado ao Departamento de Relações Públicas,
Propaganda e Turismo.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Clarissa Maria Rosa Gagliardi

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Tonin, Gabriel Biz
Limites e possibilidades do turismo no caminho de Peabiru na região de Botucatu / Gabriel Biz Tonin; orientadora, Clarissa Maria Rosa Gagliardi. - São Paulo, 2021.
114 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Programa de Pós-Graduação em / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Caminho de Peabiru. 2. Memória indígena. 3. Turismo em Botucatu. I. Gagliardi, Clarissa Maria Rosa. II. Título.

CDD 21.ed. - 910

Nome: Tonin, Gabriel Biz

Título: Limites e possibilidades do turismo no caminho de Peabiru na região de Botucatu

Aprovado em: 27/07/2021

Banca:

Nome: Clarissa Maria Rosa Gagliardi

Instituição: Universidade de São Paulo

Nome: Marília Xavier Cury

Instituição: Universidade de São Paulo

Nome: Arléto Pereira Rocha

Instituição: Prefeitura Municipal de Peabiru

A todos os povos indígenas que trilha(ra)m os
caminhos de Peabiru.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus pela oportunidade de trabalhar com um tema tão importante e aos bons espíritos pela presença e inspirações incansavelmente fornecidas.

Agradeço à Universidade de São Paulo por minha formação acadêmica e pessoal, e por tudo o que tem feito para garantir uma formação de qualidade a seus alunos, especialmente durante a pandemia de Covid-19.

Agradeço à minha orientadora, Professora Clarissa Gagliardi, pela paciência, aprendizado e pelas horas de orientação a este trabalho com tanta dedicação.

Agradeço aos povos indígenas das Américas pela sabedoria, espiritualidade e incessante luta por seus direitos. Em especial a Dirce, Lucilene e Susilene, por terem compartilhado comigo seus conhecimentos e posicionamentos, fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Agradeço aos entrevistados pelos esclarecimentos; à população de Botucatu e região pela participação nos estudos e à Secretaria Adjunta de Turismo de Botucatu pelo interesse no trabalho.

Agradeço a meus familiares pelo suporte; a meus amigos, em especial a Bruna, Gabriela e Gustavo pelas sugestões e acompanhamento do trabalho; e a Laila, pela companhia.

Por fim, agradeço ao caminho de Peabiru por me convidar a vê-lo por outras perspectivas e entender o grande papel transformador que pode ter na sociedade.

"Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim."

Chico Xavier

RESUMO

Este trabalho discute os limites e as possibilidades do turismo no caminho de Peabiru na região de Botucatu, tendo em vista que a atividade turística relativa a esse caminho, geralmente, desconsidera o protagonismo indígena e ignora as singularidades etnoculturais dos diferentes povos que têm relação com ele. O trabalho analisa as implicações do desenvolvimento do turismo nas áreas que compreendem o Peabiru e aponta perspectivas que levam em conta sua identidade histórica, simbólica e sagrada para alguns povos indígenas, em especial os Guarani. Para tanto, caracteriza-se a situação atual do caminho e os operadores locais da atividade turística, analisa-se aspectos de pertencimento dos povos indígenas e da população local e discute-se aspectos relativos aos protagonistas do direito à memória, ao lucro e à posse sobre esse patrimônio. A pesquisa tem caráter exploratório e tem por base entrevistas realizadas com interlocutores-chave; a análise de um significativo número de respostas dadas a um questionário aplicado à população de Botucatu; comparações com outras localidades que operam no Peabiru e sólida revisão bibliográfica, compondo um conjunto de fontes que reforçam a importância do protagonismo indígena sobre propostas de uso da memória do Peabiru. Diante disso, verifica-se a necessidade de reformular o modo como a memória indígena é operada por não indígenas; além de respeitar o direito de os povos indígenas decidirem sobre a finalidade do turismo que se vale de seus elementos culturais e a necessidade de articulação conjunta dos municípios contemplados pela presença do Peabiru para desenvolver atividades turísticas com a anuência da liderança indígena local ou regional. Conclui-se que o turismo no caminho de Peabiru, se planejado de maneira sustentável, pode gerar diferentes benefícios às comunidades indígenas, dentre os quais a visibilidade de sua presença ancestral no território.

Palavras-chave: Caminho de Peabiru. Memória indígena. Turismo em Botucatu.

ÑEMOMBYKY

Ko tembiapo omoakāngeta umi mba'e ikatúva ha ndaikatúiva tetāpyrechaukarā ryepýpe ojeguatahápe "Tape Aviru" opytáva amandaje Yvytu Katu (Botucatu), Pindoráma-pe, ojehechakuaa ko tendápe tetāpyrechaukarāme sa'ihā ojehecharamo téřā oñemombe'u te'yikuérarehe ha avei oñembohekýi tembikuaagua. Ko apopyrā ohesa'ŷijo opaite umi mba'e osěva tembiapo tetāpyrechaukarāgui Tape Aviru rehigua ha ohechauka umi mba'e he'iséva hekoteépe: hembiasa, imba'herokuaáva ha hovasapýva avei heta te'yikuéra rekohápe, ko'ýte guaraníes umíva tekoha. Oñeikūmby hağua kóva, oñemombe'u mba'eichaitépa heko ko'ága ha mba'éichapa om̄ba'apo tenda upegua, oñehesa'ŷijo umi te'yikuéra ha avakuéra upegua jerekoháre ha oñemongeta umi mba'éréhe oguerekokuaátava mandu'a, virumono'ð ha mba'etee jeguerek. Ko tembiaporeka oñeha'âreko ha oñemopyenda: ñe'ëjovake ojejapóva avakuérape, poranduhaiipy oñehesa'ŷijóva aty Yvytu Katu-pe, oñembojojahápe ambue tendáre om̄ba'apóva Tape Aviru-pe ha peteñ jesareko hekoítépe kuatiañe'ëita apytépe. Omoheñóiva péicha momarandu aty omombaretéva te'yikuéra ñemomba'e ojeiporukuévo umi mba'e ohejava'ekue Tape Aviru-pe. Upévare ojehechakuaajeyva'erā mba'eichaitépa oñemba'apo umi te'yikuéra rérape umi ndaha'éiva te'yi ndive; avei oñemomba'eva'erā te'yikuéra rekokatu oñembopy'apeteñva'erā avei tetāpyrechaukarā tembipota oiporúva umi imba'eteéva ha pe ñeikotevē ojehechakuaáva ñemba'apomoirūhápe ohasáva amandajetáva Tape Aviru-pe, ojejapo hağuáicha opaichagua tembiapo tetāpyrechaukarāme omoneihápe te'yikuéra tenondehára upegua ha amandajegua. Oñembopaha hağua, ñemohendáramo ha oñembosako'íramo hekoítépe tetāpyrechaukarā Tape Aviru ikatukuaáta ogueru heta mba'eporā te'yikuéra rekohápe, umíva apytépe oñhina pe ñemomba'e ha jehecharamo ohejáva te'yikuéra rekoypykue upe tendápe.

Ñe'ënguéra he'isevá: Tape Aviru. Te'yikuéra ñemomandu'a. Tetāpyrechaukarā Yvytu Katu-pe.

ABSTRACT

This research discusses the limits and possibilities of tourism on the Peabiru path –Tape Aviru, in Guarani and Spanish – in the region of Botucatu, Brazil. Tourist activity related to this path generally disregards the indigenous protagonism and ignores the ethnocultural singularities of the different communities related to it. The research analyzes the implications of tourism development in the areas that comprise the Peabiru and indicates perspectives that consider its historical, symbolic, and sacred identity for some indigenous communities, especially the Guarani. For that, it was necessary to characterize the current situation of the path and the local operators of the tourist activity, to analyze aspects of belongingness of the indigenous communities and the local population and to discuss aspects related to the protagonists of the right to memory, profit, and ownership of this heritage. The research has an exploratory nature, and based on interviews with key interlocutors, on a significant number of questionnaire responses from the population of Botucatu, on comparisons to other locations that operate in the Peabiru path and on a solid bibliographical review, it was possible to compose a set of sources that reinforce the importance of indigenous protagonism in proposals for the use of Peabiru's memory. Therefore, this research verified the necessity to reformulate the way indigenous memory is operated by non-indigenous communities. Indigenous communities have a right to decide on the purpose of tourism that uses elements of their culture. Thus, municipalities covered by the presence of Peabiru must develop tourist activities with the consent of local or regional indigenous leadership. It is concluded that tourism on the Peabiru path, if planned in a sustainable and inclusive way, can generate various benefits for indigenous communities, such as the visibility of their ancestral presence in the territory.

Keywords: Peabiru Path. Tape Aviru Path. Indigenous memory. Tourism in Botucatu.

RESUMEN

Este trabajo discute los límites y oportunidades del turismo en el Camino de Tape Aviru localizado en la región de Botucatu, considerando que la actividad turística relacionada a este generalmente no toma en cuenta el protagonismo indígena e ignora la singularidad etnocultural de los pueblos ligados a él. El trabajo analiza los resultados del desarrollo del turismo en las áreas que comprenden el Tape Aviru y expone perspectivas que toman en cuenta su identidad: histórica, simbólica y sagrada para algunos pueblos indígenas, especialmente los guaraníes. Para entender esto, se describe su situación actual y el cómo es operada la actividad turística local, se analizan los aspectos de pertenencia de los pueblos indígenas y de la población local y se discuten aspectos relacionados a los poseedores del derecho a la memoria, al lucro y a la posesión de ese patrimonio. La investigación tiene carácter exploratorio y está basada en: entrevistas realizadas a personas clave, en el análisis de un cuestionario aplicado a la población de Botucatu, en comparaciones con otras localidades que operan en el Tape Aviru y en una sólida revisión bibliográfica, creando así un conjunto de información que refuerza la importancia del protagonismo indígena en propuestas del uso de la memoria del Tape Aviru. Por lo tanto, se debe reformular la manera en que la memoria indígena es operada por no indígenas; además de respetar el derecho de los pueblos indígenas a decidir el propósito del turismo que utiliza sus elementos culturales y la necesidad de trabajo conjunto de los municipios por los cuales atraviesa el Tape Aviru para desarrollar actividades turísticas con el consentimiento de los líderes indígenas locales y/o regionales. En conclusión, si el turismo en el Tape Aviru es planeado de manera sostenible, puede generar diferentes beneficios para las comunidades indígenas, dentro de los cuales está la visibilidad de su presencia ancestral en el territorio.

Palabras clave: Tape Aviru. Memoria indígena. Turismo en Botucatu.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Reconstrução do traçado do caminho de Peabiru pelo Instituto Itapoty	10
Figura 2 – Itinerário de Ulrich Schmidl	13
Figura 3 – Reconstrução aproximada dos caminhos de Peabiru na região de Botucatu	17
Figura 4 – Primeiro brasão do município de Botucatu.....	19
Figura 5 – Desenho das Três Pedras por Vinícius Aloise.....	20
Figura 6 – Cobertura vegetal original da região de Botucatu.....	47
Figura 7 – Remanescentes de vegetação na região de Botucatu	48
Figura 8 – Regiões turísticas do estado de São Paulo	50
Figura 9 – Mapa do <i>Trekking Caminhos do Peabiru</i> na Cuesta de Botucatu	60
Figura 10 – Placas informativas no Ecoparque Pedra do Índio.....	61
Figura 11 – Placas com menção a povos indígenas no Ecoparque Pedra do Índio	62
Figura 12 – Placas que contêm grafismos e representações indígenas no Ecoparque Pedra do Índio.....	63
Figura 13 – Pedra do Sol asteca.....	63
Figura 14 – Produtos do Empório Ibytu-Katú com representações indígenas	64
Figura 15 – Sanitários masculino e feminino no Espaço Pedra do Índio Café & Food	65
Figura 16 – Anverso do cardápio do Espaço Pedra do Índio Café & Food	66
Figura 17 – Participantes do <i>Trekking Caminhos do Peabiru</i> no deque da Pedra do Índio	67
Figura 18 – Mapa dos municípios abordados neste trabalho	71
Figura 19 – Mapa da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná com trechos do Peabiru.....	72
Figura 20 – Mapa da trilha “Caminhos do Peabiru” de Foz do Iguaçu a Capanema	77
Figura 21 – Matéria veiculada no site Leia Notícias	88
Figura 22 – Mensagem de introdução do questionário.....	89

Figura 23 – Mensagem de conclusão do questionário.....	91
Figura 24 – <i>Post</i> de Instagram 1	98
Figura 25 – <i>Post</i> de Instagram 2.....	98
Figura 26 – <i>Post</i> de Facebook	99

QUADROS

Quadro 1 – Resultados da entrevista com Dirce, Lucilene e Susilene	26
Quadro 2 – Pergunta: quantas agências e guias atuam na Cuesta de Botucatu?	53
Quadro 3 – Pergunta: que atividades vocês oferecem na cuesta?	53
Quadro 4 – Pergunta: abordam o caminho de Peabiru nos passeios? De que maneira?	54
Quadro 5 – Pergunta: que informações passam para os visitantes?	54
Quadro 6 – Pergunta: onde encontram referências sobre a história do Peabiru?	54
Quadro 7 – Pergunta: sabe se há vestígios físicos do Peabiru na região?	55
Quadro 8 – Pergunta: os visitantes e a comunidade local conhecem algo sobre o Peabiru?....	55
Quadro 9 – Pergunta: quais as dificuldades e como a temática pode ser melhor abordada? ...	55
Quadro 10 – Ficha técnica do produto <i>Trekking Caminhos do Peabiru</i>	61
Quadro 11 – Resultados da entrevista com Arléto Pereira Rocha.....	74
Quadro 12 – Resultados da entrevista com Marcelo Penayo de Melo	77

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Categorias de respostas à pergunta: "você considera a região de Botucatu um lugar turístico? Por quê?"	38
Gráfico 2 – Categorias de respostas ao item: "comente sobre sua experiência com o caminho de Peabiru e com a história de Botucatu e região."	39
Gráfico 3 – Conhecimento dos respondentes de acordo com a relação com a região de Botucatu	40
Gráfico 4 – Pergunta: "o que vem à sua cabeça quando pensa no caminho de Peabiru?"	41

Gráfico 5 – Pergunta: “o que você já sabia sobre o caminho de Peabiru?”	42
Gráfico 6 – Pergunta: "você já ouviu falar do caminho de Peabiru?" por intervalo de idade dos respondentes da região do Polo Cuesta	43
Gráfico 7 – Pergunta: "você se sente representadx pela história do caminho?" por intervalo de idade dos respondentes da região do Polo Cuesta	44
Gráfico 8 – Municípios onde vivem os respondentes.....	92
Gráfico 9 – Contato dos respondentes com o tema "caminho de Peabiru"	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 O CAMINHO DE PEABIRU	8
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO GERAL	8
1.2 CONTEXTO HISTÓRICO NA REGIÃO DE BOTUCATU	14
1.3 CONTEXTO ATUAL E TERRITÓRIO	21
2 QUEM FALA PELO PEABIRU?	23
2.1 RELATOS E PERCEPÇÕES INDÍGENAS	24
2.1.1 Guarani.....	24
2.1.2 Kaingang.....	26
2.2 DIREITO À MEMÓRIA, LUCRO E POSSE	28
3 NARRADORES DA MEMÓRIA DE BOTUCATU	36
3.1 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO	38
4 USO TURÍSTICO DO CAMINHO EM BOTUCATU	46
4.1 ALGUNS DADOS DA REGIÃO	46
4.2 PROTAGONISTAS DA ATIVIDADE TURÍSTICA.....	52
4.3 TREKKING CAMINHOS DO PEABIRU.....	58
5 CASOS DE TURISTIFICAÇÃO DO CAMINHO	70

5.1	TRECHO PEABIRU–CAMPO MOURÃO	72
5.2	TRECHO FOZ DO IGUAÇU–CAPANEMA	76
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXO 1 — DIVULGAÇÃO DO QUESTIONÁRIO NO SITE LEIA NOTÍCIAS.....	88
	APÊNDICES	89
	APÊNDICE A — ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO	89
	APÊNDICE B — RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO	92
	APÊNDICE C — DIVULGAÇÃO DO QUESTIONÁRIO EM REDES SOCIAIS	98
	APÊNDICE D — ENTREVISTA COM DIRCE, LUCILENE E SUSILENE.....	100
	APÊNDICE E — ENTREVISTA COM ARLÉTO PEREIRA ROCHA.....	104
	APÊNDICE F — ENTREVISTA COM MARCELO PENAYO DE MELO	111

INTRODUÇÃO

Cruzando a América do Sul do litoral atlântico ao pacífico, o caminho de Peabiru tinha cerca de três mil quilômetros de extensão (BOND, 1998). Esse caminho ou sistema de caminhos teve grande importância histórica, em especial para os Guarani, em suas migrações e na busca da Terra Sem Mal. Posteriormente, no século XVI, foi apropriado por colonizadores europeus como meio para expandir território, encontrar riquezas e instaurar reduções religiosas. Bond (1996, apud AZUMA; FRANCISCON; MARQUES, 2017) explica que inicialmente o Peabiru representava o “céu” para os indígenas e após a chegada dos colonizadores, serviu para a tentativa de sua dizimação.

Os vestígios desse caminho são palco para significativas discussões não só no que diz respeito à sua identificação territorial e histórica, mas também sobre a forma como sua manifestação imaterial pode integrar o turismo.

Há pesquisadores que defendem o uso do caminho de Peabiru para fins turísticos como forma de preservação de seu legado, enquanto outros criticam essa finalidade, para preservar a simbologia e sacralidade atribuídas a ele por alguns povos indígenas.

O caminho de Peabiru era um importante elemento identitário dos povos que habitavam a América pré-colombiana, mas devido à colonização europeia, foi usado por bandeirantes e jesuítas na ocupação do território dessa região e, logo, seu uso foi ressignificado e seus aspectos históricos e culturais foram velados.

O tema, que chegou a ser praticamente esquecido, vem despontando o interesse de muitos pesquisadores, com o intuito de revitalizar a história do Peabiru, revelando-a ao homem contemporâneo. Muito se tem feito com relação ao levantamento bibliográfico e estudos arqueológicos, bem como a implantação de roteiros turísticos e de peregrinação (AZUMA; FRANCISCON; MARQUES, 2017).

Devido ao processo de expansão colonial sul-americano que resultou na expulsão de povos indígenas de suas terras originais e num genocídio e etnocídio sem precedentes, é necessário que o apagamento histórico da presença indígena seja combatido nos processos de turistificação do Peabiru, de modo em que o indígena seja protagonista e beneficiário dessas atividades.

Portanto, como problema norteador deste trabalho, questiona-se de que modo o turismo poderia operar na região de Botucatu de forma a respeitar as acepções históricas e simbólicas do Peabiru.

Assim sendo, o presente trabalho tem como **objetivo geral** verificar os limites e possibilidades da implementação da atividade turística nas áreas que compreendem o caminho de Peabiru na região do município de Botucatu, respeitando sua identidade sagrada e seu significado local e histórico, de modo a contribuir para o entendimento dessas questões. Como objetivos específicos, busca-se contextualizar a situação do Peabiru na região; analisar aspectos importantes de pertencimento dos povos indígenas e da população local com o Peabiru; discutir aspectos relativos aos protagonistas do direito de memória, posse e lucro sobre esse patrimônio; reconhecer os protagonistas da atividade turística que o envolvem; e levantar referenciais de casos em que houve algum processo de turistificação do caminho.

Fundamentado em levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas, análises de casos similares e visita técnica à Cuesta de Botucatu, o trabalho apresenta um caráter exploratório e qualitativo e foi organizado da seguinte forma:

O **capítulo 1** tem como objetivo contextualizar a natureza do caminho de Peabiru e a situação dos povos indígenas que habitavam na região de Botucatu. Para isso, foram utilizadas pesquisas anteriores acerca da história e contexto atual do Peabiru no que diz respeito à sua identificação territorial e aspectos relativos à memória, simbologia e turismo. O **capítulo 2** traz percepções de indígenas Kaingang e Guarani acerca do turismo e de autores que discutem aspectos relativos à memória, simbologia e turismo. De modo a colher informações acerca da percepção indígena sobre questões relacionadas ao turismo e ao Peabiru, foi realizada uma entrevista semiestruturada com três gestoras do Museu Worikg Kaingang da Terra Indígena de Vanuíre. O **capítulo 3** tem como objetivo trazer uma análise do nível de conhecimento e proximidade que os moradores da região de Botucatu têm com o Peabiru. Para isso, foi disponibilizado um questionário on-line, elaborado por meio do aplicativo Formulários Google, aberto no dia 16 de março de 2021 às 11h47 e encerrado no dia 26 de março de 2021 às 12h18, permitindo coletar 506 respostas, que são aqui analisadas. O **capítulo 4** caracteriza a oferta turística relacionada ao Peabiru na região, apresenta dados sobre o município e a região da cuesta, um levantamento da oferta das agências de turismo que trabalham com o Peabiru por meio de entrevistas com três representantes de agências de turismo receptivo, e uma caracterização em campo do produto *Trekking Caminhos do Peabiru* na Cuesta de Botucatu, na divisa entre os

municípios de Botucatu e Bofete, feita no dia 12 de junho de 2021. Por fim, o **capítulo 5** traz dois casos de turistificação do caminho de Peabiru, de forma a apresentar um panorama geral da atividade turística em localidades que recorrem a esse caminho como atrativo turístico, são eles: os municípios de Peabiru e Campo Mourão, e a trilha “Caminhos do Peabiru” de Foz do Iguaçu a Capanema. Inicialmente, os dados sobre essas localidades foram levantados a partir de pesquisa de gabinete em sites oficiais, com o objetivo de descrever sua operação para, então, valer-se de entrevistas semiestruturadas com representantes da atividade turística nessas localidades para fins de comparação com a região de Botucatu.

Compondo as fontes bibliográficas deste trabalho, estão autores que ofereceram entendimento acerca da essência do Peabiru, de seu uso turístico e de questões indigenistas. Quanto às informações que possibilitaram maior compreensão da história e contexto atual do caminho de Peabiru, destaca-se a autora Bond, por conta de seu extenso estudo sobre o tema. Outros autores que contribuíram para a construção do levantamento de informações do primeiro capítulo foram Donato, “Azuma, Franciscon e Marques”, Borges, Rocha, Delmanto, Marins, Minicucci e o Instituto Itapoty. Os autores utilizados nas análises de questões indígenas foram: Eichstedt e Small, que trabalham com o conceito de aniquilação simbólica; Huyssen, que traz conceitos relativos à memória; Pérez, sobre turismo indígena; Cury, sobre descolonização, e Rocha e Borges sobre turismo no caminho de Peabiru. Para unir dados sobre o município e a região de Botucatu, foram utilizadas as seguintes fontes: Atlas Brasil, Plano Diretor de Turismo de Botucatu, site da Prefeitura de Botucatu, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Turismo (MTur), Polo Regional de Desenvolvimento Turístico (Polo Cuesta) e Instituto Itapoty. Esse último principalmente pela compilação de informações acerca da presença e situação indígena no território estudado. Por fim, os autores utilizados para descrever os casos de turistificação do Peabiru no Paraná, foram Rocha, por seu protagonismo na criação da trilha “Caminhos de Peabiru” em Peabiru, e vasto conhecimento sobre a temática; “Azuma, Franciscon e Marques”, pela menção à região de Campo Mourão, e o site Rede Trilhas, que disponibiliza informações sobre a trilha “Caminhos do Peabiru” de Foz do Iguaçu a Capanema.

1 O CAMINHO DE PEABIRU

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a natureza do caminho de Peabiru¹ e apresentar evidências históricas que validem sua relação com a região de Botucatu.

Durante o levantamento bibliográfico deste capítulo, houve dificuldade em encontrar vasta literatura histórica. No entanto, foram compiladas diversas referências feitas por autores que trabalham diretamente com a temática, com destaque para Rosana Bond, jornalista, escritora e pesquisadora do Peabiru e Hernâni Donato, escritor, historiador e jornalista botucatuense.

Considerou-se essencial um levantamento aprofundado sobre a história e os significados desse caminho, capaz de reunir elementos suficientes para a compreensão da influência do seu passado na região de Botucatu e servir como fator limitante da atividade turística que se apropria dessas memórias, visto que, segundo Azuma, Franciscon e Marques (2017), “o Brasil, assim como os demais países da América do Sul, agrega grande teor histórico de seus colonizadores”.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO GERAL

Cruzando a América do Sul de leste a oeste, ou ainda, do oceano Atlântico ao Pacífico, o caminho de Peabiru é um caminho indígena que passa por territórios que hoje pertencem ao Brasil, Paraguai, Bolívia e Peru. No Brasil, passa por São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul; e supostamente, seus ramais passam por territórios do Rio Grande do Sul, Uruguai e Chile (BOND, 1998). Segundo Bond (1996, apud AZUMA; FRANCISCON; MARQUES, 2017, p. 107), o caminho “é considerado uma obra-prima construída pelos índios² antigos”.

¹ No decorrer deste trabalho, diversos modos de se referir ao caminho serão encontrados, como: caminho de Peabiru, caminho do Peabiru, caminhos de Peabiru e caminhos do Peabiru. O autor preferiu o termo “caminho de Peabiru” ou simplesmente “Peabiru”, em concordância com a obra *A saga de Aleixo Garcia*, de Rosana Bond.

² Neste trabalho, o termo usado para se referir aos povos originários das Américas é “indígena” (do latim *indigena*: natural do lugar em que vive). O termo *índio*, referente à Índia, não é mais aceito. O termo “índio”, portanto, foi mantido apenas nas citações diretas.

O Peabiru foi considerado a mais importante estrada pré-colombiana da América do Sul. Como afirma Maack (1959, apud BOND, 1998, p. 35), “os índios denominaram Peabiru o caminho transcontinental mais importante da época anterior ao descobrimento da América”. Uma verdadeira obra, o caminho era forrado por um tipo de gramínea que, além de impedir que outras plantas nascessem ali, ajudava a prevenir a erosão do solo. Tinha aproximadamente três mil quilômetros de extensão, 1,40 metro de largura e 0,40 metro de profundidade (BARROS; COLAVITE, 2009, p. 87).

A palavra Peabiru, com origem nas línguas tupi-guarani, carrega diversas interpretações quanto a seu significado. Segundo Cardozo (1918, apud BOND, 1998, p. 39), significa “caminho batido”, “caminho pisado” ou “caminho amassado”. Outras traduções, segundo Cadernos da Ilha (2004, p. 9, apud AZUMA; FRANCISCON; MARQUES, 2017, p. 107), são: “caminho forrado”, “por aqui passa o caminho antigo de ida e volta”, “caminho sem ervas” e “caminho que leva ao céu”. Outras grafias podem ser encontradas como Peabeyu, Piapyru, Peavijú, Piabiú e Tape Avirú (BOND, 1998, p. 39), sendo essa última comumente usada no Paraguai.

O caminho de Peabiru — ou caminhos de Peabiru — é composto por diversos ramais, como mostra a figura abaixo. Comumente encontram-se mapas com um ramal considerado principal e outros secundários. Segundo Arléto Rocha (informação verbal)³, essas definições de importância dos ramais foram atribuídas pelos colonos europeus.

³ Informação concedida no dia 27 de julho de 2021 decorrente da apresentação deste trabalho.

Figura 1 – Reconstrução do traçado do caminho de Peabiru pelo Instituto Itapoty



Fonte: Instituto Itapoty, 2012.

O Peabiru é considerado sagrado para alguns povos indígenas, já que, por ele, os Guarani acreditam que podem alcançar a *Yvy Marã-Ey*. Em português, a Terra Sem Mal (TORRES, 1987, apud BOND, 1998, p. 35-36). Segundo Curt Nimuendajú (1987),

a marcha para leste dos Guarani não se deveu à pressão de tribos inimigas, tampouco à esperança de encontrar melhores condições de vida do outro lado do (rio) Paraná, ou ainda ao desejo de se unir mais intimamente à civilização - mas exclusivamente ao medo de destruição do mundo e à esperança de ingressar na Terra Sem Mal (apud LITAIF, 1996, apud BOND, 1998, p. 36).

Diversas são as hipóteses sobre quem, de fato, construiu o caminho de Peabiru, ou ainda, quais populações contribuíram para sua abertura e fizeram o seu uso. Segundo DONATO (2008), a maioria dos pesquisadores acreditam que os Incas tenham sido os responsáveis pela sua construção, embora possa ser anterior a eles. Bond (1988), afirma que, no passado, os Guarani

emigraram para o leste em direção ao litoral brasileiro. É possível, portanto, que tenham aberto o caminho de Peabiru em busca de seu paraíso.

A maior parte do trajeto original desse sistema de caminhos desapareceu devido às atividades agrícolas dos primeiros colonizadores, no entanto, há estudos na área de arqueologia que buscam trazer à tona seus vestígios e seu traçado original.

Em suas pesquisas, o arqueólogo Chmyz encontrou sítios arqueológicos Itararé em um caminho de 30 quilômetros que poderia ser um ramal do Peabiru. No entanto, afirma ser possível que esse caminho já estivesse naquele lugar antes do assentamento dessa população, não tendo sido necessariamente esse povo o responsável pela construção do caminho. Além disso, de acordo com o autor, não se pode precisar a idade do Peabiru, mas acredita que se trate de um caminho pré-histórico. Alguns de seus ramais foram datados pelo carbono-14 entre os anos 1215 e 1480 (CHMYZ, 1971, apud BOND, 1998).

O caminho pré-colonial, de acordo com Marins (1972), embora carregado de lendas, dúvidas e mistérios, é alicerçado em abundante fonte histórica, tendo sido os indígenas tupi-guarani a família cultural a quem correspondia. No entanto, devido à extensão e impenetrabilidade do caminho, a obra fora atribuída, “naqueles tempos”, a Pai Sumé, ou a São Tomé.

Como coloca Donato (1971), “com leves diferenças físicas e de nome”, a figura de Pay Sumé “é o mais sensível traço de ligação entre mitologias americanas”, sendo encontrada em todo o continente. A figura desse homem branco, que trouxe diversos conhecimentos por onde passou, foi cultuada na América do Norte, América Central, Caribe e América do Sul.

Posteriormente, com a vinda dos colonos ibéricos, a autoria do Peabiru foi atribuída a São Tomé, e passaram a chamá-lo de Caminho de São Tomé, como descreve Lozano:

por esta província (Paraná-Paraguai) corre o caminho denominado pelos guaranis Peabiru e pelos espanhóis de São Tomé, que é aquele que trouxe o gloriosíssimo apóstolo por mais de 200 léguas, desde a capitania de São Vicente, no Brasil, e tem oito palmos de largura, em cujo espaço somente nasce uma erva muito miúda que se distingue de todas as outras ao lado, que pela fertilidade do solo tem meia vara (dois palmos de altura), e mesmo que seja queimada a palha, ou que se queimem os campos, nunca a erva desse dito caminho se eleva mais (1873, apud BOND, 1998, p. 37).

Os Cadernos da Ilha (2004, apud AZUMA; FRANCISCON; MARQUES, 2017, p. 108), apresentam três principais hipóteses sobre a autoria do caminho de Peabiru, são elas: o Caminho

da Terra Sem Mal, aberto pelos Guarani ou povos anteriores, como os Itararés; o Caminho dos Incas, que foi construído pela civilização Inca ou pré-incaica, e foi responsável pelo intercâmbio entre Incas e Guarani; e, de feitio sobrenatural, o Caminho de São Tomé, que aponta que o apóstolo tivesse sido o autor do caminho.

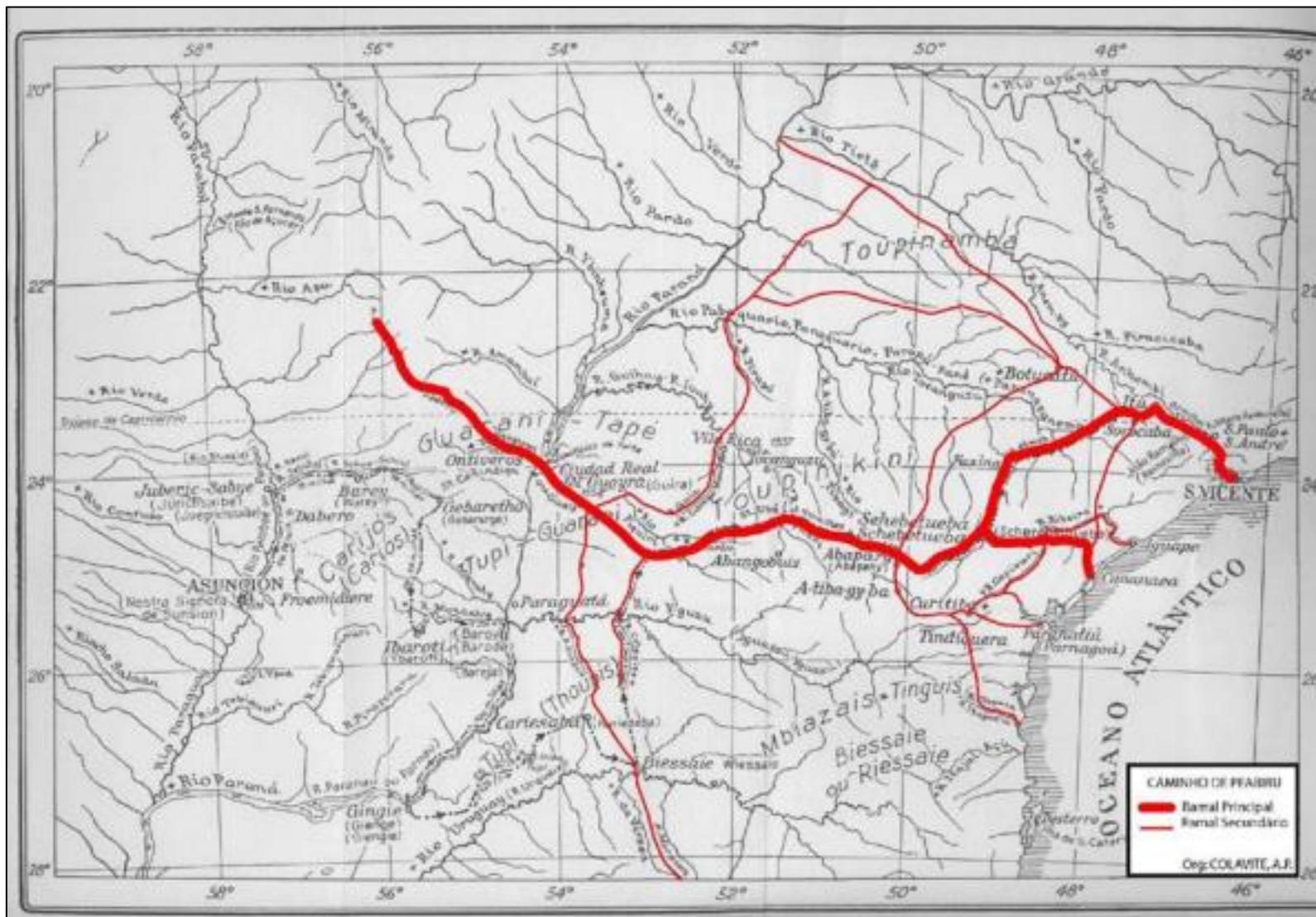
O Peabiru teve grande protagonismo no processo de colonização da América do Sul. Na obra *A saga de Aleixo Garcia*, Bond (1998) traz uma gama de referências sobre a história de Aleixo Garcia, marujo português que, entre 1522 e 1523, percorreu o caminho de Peabiru com centenas de indígenas Guarani até o Império Inca, voltando com evidências em ouro e prata. Garcia foi, portanto, o primeiro europeu a entrar em contato com a civilização Inca antes mesmo dos espanhóis. Como coloca Galdino,

o português Aleixo Garcia, vivendo em comum com o carijó (Guarani) ... ouviu as histórias que estes contavam sobre a Serra da Prata (Potosí), lago onde o sol se deitava (Titicaca) e o império do Rei Branco (inca), todos os três acessíveis através do Peabiru (Caminho para a Montanha do Sol). Confiante no testemunho dos indígenas, e guiado por eles, o aventureiro atingiu a província de Chuquisaca (Sucre), em pleno império incaico (apud NASCIMENTO, 1982, apud BOND, 1998, p. 39).

Tamanha foi a repercussão dos feitos de Garcia, que até a metade do século XVI, Portugal e a Espanha incentivaram expedições para buscar o “caminho de Garcia” a fim de chegar à Serra de Prata (BOND, 1998). Posteriormente, o caminho chegou a ser proibido pela coroa portuguesa devido à intensidade de fluxo rumo a terras espanholas, conforme atesta o relato de Tomé de Souza ao rei de Portugal no ano de 1553 (DONATO, 2008, p. 38): “achey que os de Sam Vicente se comunicavão muito com os castellanos. [...] Hordeney com grandes penas que este caminho se evitasse, [...] de maneira que me parece que o caminho estará vedado [...].” O caminho foi reaberto em 1603 por iniciativa dos Guarani, tendo sido reavivado e transitado por religiosos, bandeirantes e contrabandistas (DONATO, 2008).

A Figura 2 traz uma reconstrução de parte do Peabiru e seus ramais. O traçado foi elaborado por Reinhard Maack em 1952 com base nos manuscritos de Ulrich Schmidl, explorador que viajou de Assunção a São Vicente entre 1552 e 1553. O destaque em vermelho foi feito por Barros e Colavite (2009) para facilitar a visualização.

Figura 2 – Itinerário de Ulrich Schmidl



Fonte: Barros e Colavite, 2009.

Foram grandes as contribuições que o Peabiru, “estreado” por Garcia, fez às coroas ibéricas. Através dele, Álvar Núñez Cabeza de Vaca deparou-se com as Cataratas do Iguaçu e chegou à região do Paraguai, tornando-se governador dessa província. Além disso, a presença do caminho resultou no primeiro povoado europeu de Santa Catarina, no “descobrimento” do Paraguai e do Alto Peru, no conhecimento sobre o Império Inca e na realização de expedições através dele e de seus ramais, o que proporcionou o desbravamento dos atuais estados do Paraná e Mato Grosso, e dos rios Paraná, Paraguai e da Prata (BOND, 1998).

A história do Peabiru à época colonial apresenta, contemporaneamente, ao menos dois pontos de vista diferentes. Por um lado está o sofrimento dos povos indígenas que, além de ver suas crenças e cultura ameaçadas, foram escravizados, mortos e expulsos de suas terras pelos colonos europeus vindos por esse caminho; e por outro lado, que lastimosamente ignora a残酷 imposta aos indígenas, está a criação da idealização, no imaginário nacional, acerca da figura do bandeirante desbravador, corajoso, conquistador de terras e fundador de povoados. O fato sobre o Peabiru, conforme Bond (1996, p. 6, apud AZUMA; FRANCISCON; MARQUES, 2017, p. 113), é que “sua existência passada influenciou nossa vida presente e vai continuar influindo nossa vida futura”.

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO NA REGIÃO DE BOTUCATU

De modo a compreender o cenário em que os povos indígenas viviam na região, tendo sido eles os que possuíam acesso ao Peabiru e os que, certamente, tinham mais conhecimento sobre a origem e finalidade desse caminho antes da vinda dos colonos europeus, é necessário contextualizar quem eram e o que houve com eles.

O Instituto Itapoty, organização não governamental (ONG) que foi fundada em 2004 em Itatinga-SP com a finalidade de desenvolver projetos e atividades voltadas à educação ambiental, elaborou, em 2012, o *Atlas da Cuesta*, projeto que visa promover a valorização das características ambientais e históricas da Cuesta de Botucatu. O segundo capítulo do atlas oferece valiosas informações sobre o passado indígena na região. A elaboração desse documento contou com uma equipe de diversas áreas profissionais e foi apoiado pelos poderes públicos municipais de Itatinga, Bofete, Botucatu e Pardinho.

Em função da escassez de fontes sobre a presença indígena na região de Botucatu, trabalhou-se, especificamente, com as fontes usadas pelo Instituto Itapoty, são elas: *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*, de Lima (1978), e *Povos indígenas do Brasil*, de Almeida (s.d.). As citações não foram especificadas ao longo do texto do *Atlas da Cuesta*, portanto, manteve-se o nome do autor e ano de publicação como referência neste trabalho.

Segundo o Instituto Itapoty (2012), o que se sabe por registros históricos e presença de sítios arqueológicos, é que na região de Botucatu, à época da ocupação europeia na região, havia três populações indígenas principais: Guarani, Oti-xavante e Kaingang.

Os Oti-xavante eram “um povo essencialmente caçador, que praticamente não cultivava alimentos”, e vizinhos a essas populações, estavam os Xokleng, que eram “conhecidos como botocudos⁴, em razão do enfeite em forma de disco (botoque) que utilizavam para alargar o lábio inferior” (INSTITUTO ITAPOTY, 2012, p. 19).

Os Guarani que habitavam a região eram Kaiowá. Esses moravam em grandes casas e tinham como organização social uma família extensa. A agricultura, além da caça e da pesca, era sua principal atividade econômica. Tinham como inimigos, na região, os Kaingang, com quem disputavam território.

Os Kaiowá tinham como principal festividade o *Avati Kyry* (milho-verde), onde marcava presença o *kaguy* ou *chicha*, uma bebida fermentada feita a partir de milho branco, planta sagrada. Realizavam rituais que, conduzidos pelos *ñanderú* (líderes religiosos), duravam horas a partir do cair da noite.

Os Kaingang, nômades, construíam ranchos nos locais onde encontravam caça e mel. Dentre suas práticas culturais e espirituais, “para sossegar e orientar os espíritos, era preciso organizar o *Veingreinyã*, ou “Festa do *kiki*”, um ritual repleto de música, danças, rezas, convidados de outras aldeias, comidas e bebidas”. O *kiki* é uma bebida fermentada de milho, mel e água. Diante disso,

⁴ Denominação frequentemente usada para se referir aos habitantes de Botucatu.

⁵ Indivíduos contratados para atacar e exterminar indígenas.

quando foram revogadas as Cartas Régias (INSTITUTO ITAPOTY, 2012, p. 19).

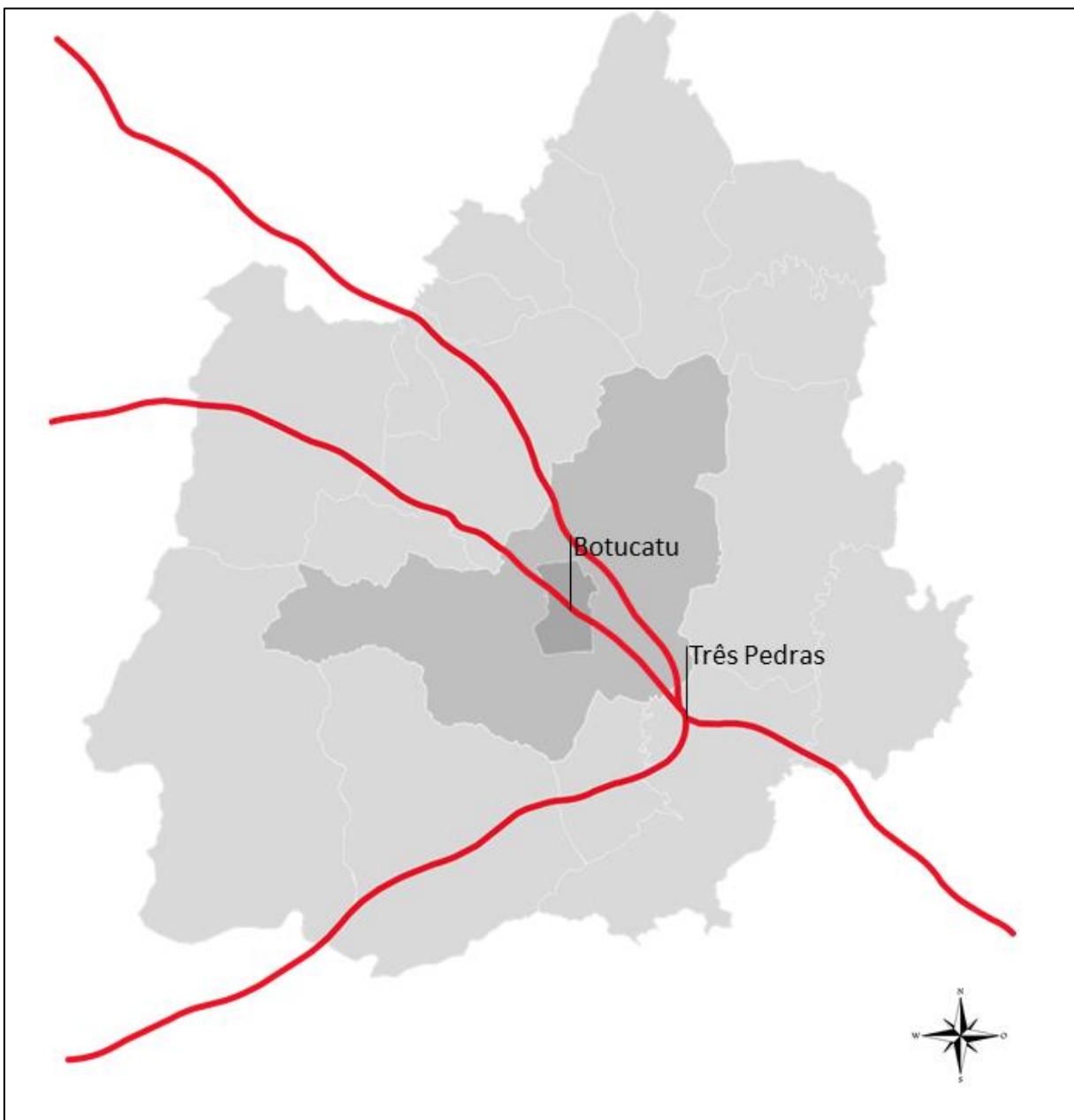
Em relação ao caminho de Peabiru, diversos autores e estudiosos mencionam a presença de Botucatu em seu curso. Segundo “Apontamentos...” (1874, apud DONATO, 2008, p. 35), a serra de Botucatu balizou os caminhos de penetração e conquista anteriores ao “descobrimento” do Brasil.

Citados por Donato (2008, p. 36-37, grifo nosso), Taunay, fundamentado em mapas de Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão, menciona a região ao afirmar que o traçado foi: “saindo de São Paulo, passando por Sorocaba, **pela fazenda de Botucatu** que foi dos Padres da Companhia [...]”; segundo Alfredo Romário Martins, “era São Vicente, Piratininga, São Paulo, Sorocaba, **Botucatu** [...]; para Sérgio Buarque de Holanda “resulta desses e de outros textos que os caminhantes antigos saíam de São Paulo para as imediações do Iapó, passando pelo lugar da futura fazenda jesuítica do **Votucatu**⁶ [...]”; Marins (1972, p. 29, grifo nosso), informa que “desde Piratininga buscava Sorocaba e dali infletia para a **fazenda de Botucatu**, na serra, e, [...] pelos tributários, poderia o aventureiro chegar até às terras dos incas”; e nos Cadernos da Ilha (2004, apud AZUMA; FRANCISCON; MARQUES 2017, p. 112, grifo nosso), “o caminho de Peabiru iniciava-se no estado de São Paulo, possuindo a seguinte rota: Itu, **Botucatu**, rio Aguaperi, rio Peixe, rio Paranapanema, [...] Ubiratã, Medianeira”.

O mapa da figura abaixo foi elaborado com base no mapa da Figura 2. O desenho das linhas que representam os caminhos foi colocado de forma aproximada sobre a região, de acordo com os relatos de que nas Três Pedras (morros testemunhos em Bofete), o caminho se bifurcava.

⁶ Uma das diversas grafias antigas da atual Botucatu, tal qual Boticatu, Ibutucatu, Vutucatu, Vytycatu, Uvutucatu, Ybitkatu, Bitu Gatu, Botucahe, Botucatuba; em tentativa de aportuguesamento do topônimo tupi Ybytu Katu (Ibidem, p. 25-26).

Figura 3 – Reconstrução aproximada dos caminhos de Peabiru na região de Botucatu



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Donato (2008, p. 39, grifo nosso) cita Aluísio de Almeida (1948), aluno do Seminário de Botucatu originário de Guareí, que

escreveu ter conhecido o caminho que soube utilizado com freqüência pelo padre Estanislau de Campos, visitador anual das fazendas jesuíticas da região. Era “muito fundo” e chegava ao pé da serra. Este “pé da serra” embicava no **bairro do Alambari**, galgava a morraria para vir surgir nas alturas da **capela de Santo Antônio**. E estava **no povoado**. Até a chegada da estrada “de rodagem” São Paulo-Mato Grosso (atual via Rondon) já decorrido mais de um

quarto do século vinte, esse era o caminho para viajantes e tropas chegarem a Botucatu, vindos de leste.

Marins (1972, p. 29) referindo-se ao uso e ocupação do território, afirma que pelo Peabiru “jornadearam: o índio, primitivo e injustiçado dono do chão, o sacerdote que tentou fazê-lo beijar a cruz, o soldado que preferiu convencer com a espada e os — bandeirantes de punhos e botas pesadas — que não podiam ser contidos [...].” Além disso, o autor (MARINS, 1972, p. 31) faz alusão à vinda do imigrante italiano “que, do planalto piratiningano, iria caminhar, nos rumos indicados pelo Peabiru, até fixar-se no alto da Serra, nas terras de Botucatu”.

Com forte presença nos textos que descrevem o caminho, está a antiga Fazenda de Botucatu, mencionada também por Delmanto (1955, apud Academia Botucatuense de Letras, 2002, p. 8):

nascida sob o signo da cruz e desbravada pela competente e elitizada ordem religiosa dos jesuítas, a Fazenda de Botucatu era parte de real importância no “CAMINHO DO PEABIRU”, na “TRILHA DE SUMÉ” que ia de São Vicente até Kusco, no Peru.

Outras referências a esse caminho são encontradas no *Atlas da Cuesta* (INSTITUTO ITAPOTY, 2012, p. 20): “ao longo dos caminhos, surgiram povoamentos, e de seu enraizamento nasceu a fixação do homem europeu no entorno da Cuesta e no altiplano da Serra de Botucatu” e “o povoado de Samambaia, que [...] hoje é Bofete, era um pouso de tropas que ficava à beira de um caminho entre as duas fazendas dos jesuítas. Por ali passavam caravanas que iam para o alto da serra [...]” (INSTITUTO ITAPOTY, 2012, p. 21).

Marins (1972) comenta que o Peabiru caiu em desuso no ciclo áureo das bandeiras. De maneira a minimizar os sacrifícios feitos pelos viajantes, preferiu-se adentrar ao sertão através do Anhembi, atual rio Tietê. “Nos anos que se seguiram”, como coloca o autor, o Peabiru caiu no esquecimento, tendo sido invadido pela mata. No entanto, dada sua relevância histórica, afirma que “por vários séculos, todas as trilhas em que se desgalhou a primitiva grande rota, até os caminhos de ferro implantados pelo pioneirismo paulista do café, seguiram obrigatoriamente o seu traçado” (MARINS, 1972, p. 29-30).

Além das referências que detalham o percurso do Peabiru e citam a Serra de Botucatu nesse trajeto, encontram-se, nas mídias históricas botucatuenses, diversas outras menções ao caminho e à sua relevância regional.

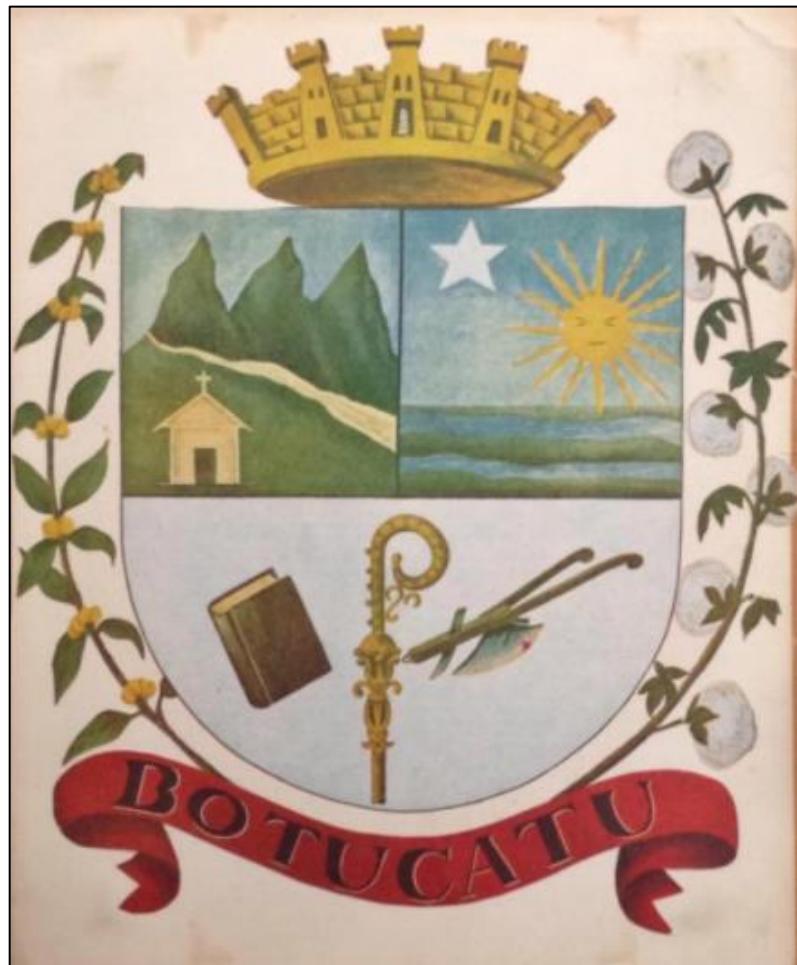
Logo no início do *Pequeno Guia de Botucatu* (1990, p. 3), lê-se que a região de Botucatu é portadora de uma história “das mais fascinantes”,

desde o período pré-cabralino, com o famoso caminho do Peabiru, trilha lendária que ligava o litoral atlântico às terras peruanas, passando pelo Paraguai, até os episódios aventureiros das entradas e expedições rumo a Iguatemi. Da primeira fazenda dos jesuítas ao povoado estabelecido no local sob a égide oficial, em 1767.

Instituído em 2004 pela Lei Municipal nº 4.568, o hino oficial do município de Botucatu faz referência ao caminho de Peabiru no seguinte trecho: “tua Cuesta, tua trilha, caminho que a ti conduz, representam teu passado, tanta glória e luz” (BOTUCATU, c2021a).

Conforme demonstra a figura abaixo, o caminho de Peabiru foi rememorado, ainda, no primeiro brasão da cidade de Botucatu, elaborado em 1952 pelo historiador Hernâni Donato e desenhado por Gastão dal Farra.

Figura 4 – Primeiro brasão do município de Botucatu



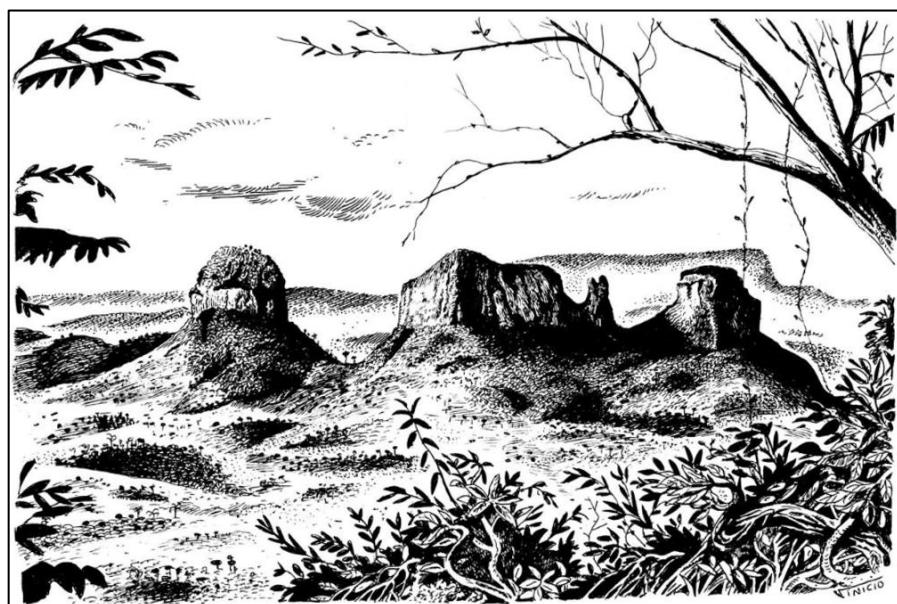
Fonte: Museu Histórico e Pedagógico Francisco Blasi, 2020.

De acordo com a Lei nº 273, de 28 de agosto de 1952, parte da justificativa dos elementos do brasão explica que

[...] no primeiro quartel, à dextra, as montanhas heráldicas mostram a Serra de Botucatu, baliza no caminho dos bandeirantes, principal distintivo geográfico da região e primeiro elemento da mesma que compareceu na História. O caminho ascendente lembra as estradas coloniais que fizeram da serra um carreadouro de civilização e de povoamento, a ponto de haver um governador da Província determinado que a ida ou o retorno do sertão se fizesse atravessando aquelas terras. A capela ensina que a primeira construção e tentativa de povoamento é devida aos padres da Companhia de Jesus que ali mantiveram uma fazenda de criar de 1719 até 1760, na qual fazenda nasceram os primeiros Botucatuenses cristãos (LEIS MUNICIPAIS, 2015, on-line).

Além disso, de grande relevância para a literatura botucatuense, estão as pesquisas do frei franciscano Fidelis Maria di Primiero, conhecido como Peregrino Vidal, nascido na atual província de Trento, na Itália, em 1885 (DONATO, 2008, p. 28). Foi antropólogo, filósofo e teólogo. Seus estudos foram, por muitos, considerados exagerados e frutos de fértil imaginação, no entanto, baseou-os em diversa literatura e vasto conhecimento de línguas clássicas e indígenas que possuía. Durante seus ensinamentos no grupo de estudos que coordenava, comentou: “Peabiru, minha filha, é formado das raízes PE-A-BYR-U, da língua suméria, a língua de Sumé e dos Atlantes, é o caminho das serpentes douradas no templo das pedras [...]”, referindo-se à pedra do meio das Três Pedras, morros testemunhos característicos da Cuesta de Botucatu (MINICUCCI, 1992, p. 5-6), representadas na figura abaixo.

Figura 5 – Desenho das Três Pedras por Vinício Aloise



Fonte: Aloise, 2007.

Frei Fidelis falava sobre a figura de Sumé, entidade mitológica dos povos tupi: “há 2.500 anos antes de Cristo, Sumé passou por São Paulo, por um caminho chamado Peabiru, que vai do Paraná ao Peru” (MINICUCCI, 1992, p. 6). Suas contribuições são notáveis para a criação de lendas e acentuação de crenças preexistentes acerca do caminho de Peabiru na região e, sobretudo, das Três Pedras. Como afirma Camargo (apud A Gazeta de Botucatu, 2005 p. 80), “neste gigante adormecido⁷ dormem lendas e mistérios, no qual, em diversas pesquisas e explorações, alguns foram acordados e outros continuam em seu sono profundo”.

1.3 CONTEXTO ATUAL E TERRITÓRIO

O item anterior, em seus primeiros parágrafos, traz informações acerca dos povos indígenas que habitavam a região no começo da ocupação do território por colonos europeus e seus descendentes. Neste item, busca-se fazer um breve contexto do que houve com eles e para onde foram.

Devido à dificuldade em encontrar fontes acerca desse tema, buscou-se fazer uma síntese das informações retiradas do *Atlas da Cuesta* (INSTITUTO ITAPOTY, 2012).

Uma vez que este trabalho visa reconhecer a legitimidade do indígena para informar sobre os significados desse caminho, esclarece-se que não há, por meio da exposição dessas informações, pretensão de falar pelo indígena sobre sua história, apenas se apresentam, aqui, as fontes disponíveis à consulta pública.

Segundo o *Atlas da Cuesta*, o desaparecimento dos grupos indígenas da região se deu, substancialmente, por conta da colonização. Na região, foram realizadas expedições entre 1620 e 1628 para capturar indígenas e vendê-los como escravos em Sorocaba e Itapetininga. Em 1770, com o objetivo de expandir a ocupação da Serra de Botucatu até o rio Paranapanema, foi contratado, por moradores e tropeiros, um “bugreiro” para matar e expulsar essas populações. Já em 1808, o príncipe-regente D. João VI permitiu as expedições que visassem a matança e aprisionamento de indígenas como escravos. Além disso, as chamadas “guerras justas”, permitiam a posse de suas terras com isenção de impostos (INSTITUTO ITAPOTY, 2012).

⁷ Morros testemunhos da cuesta em Bofete que, de longe, assemelham-se a um gigante deitado.

Os colonizadores não usaram unicamente a tortura física para dominar os indígenas. Conforme consta no *Atlas da Cuesta* (INSTITUTO ITAPOTY, 2012), em 1845, foi criada a chamada Frente Missionária de Pacificação, que tinha o objetivo de catequizar e mudar os hábitos dessas populações. Ademais, as doenças trazidas pelos colonos também foram responsáveis pelas mortes.

Além do que foi posto até agora, há outros registros que trazem informações sobre a violência contra esses povos: um relatório de 1859 aponta a presença de indígenas no sertão de Botucatu e a dizimação de uma aldeia de Guarani Kaiowá de Abare'y (anterior Rio Novo); em 1870, expedições de extermínio foram feitas por fazendeiros para matar indígenas Oti-xavante que atacavam o gado para seu sustento, restando apenas oito deles em 1903; e o início da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil em 1880 que seguia a política de “limpar terreno”, com o intuito de exterminar as populações indígenas (INSTITUTO ITAPOTY, 2012).

Já em 1910, com a intenção de “pacificar” indígenas e confiná-los em reservas, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Cerca de 200 Kaingang sobreviventes da região foram aldeados em 1911 nos postos indígenas de Icatu (Braúna) e Vanuíre (Arco-Íris e Tupã); já os Guarani foram aldeados na Terra Indígena de Araribá, em Avaí (INSTITUTO ITAPOTY, 2012).

De acordo com essas informações trazidas pelo *Atlas da Cuesta*, fica evidente que houve, na história da ocupação do território botucatuense, intenção de apagar a existência indígena. O Peabiru, elemento que fazia parte da vivência desses povos e dizia respeito à sua identidade, foi, na região, apropriado, ressignificado e velado em vagas memórias.

2 QUEM FALA PELO PEABIRU?

O capítulo anterior trouxe informações acerca da história e situação do Peabiru na região. Este capítulo, por sua vez, busca escutar da comunidade indígena suas visões acerca do Peabiru, do turismo voltado à sua memória e da operação desse caminho por não indígenas, visto que na região de Botucatu não há mais presença dos povos anteriormente citados. Como o ponto-chave deste trabalho é manter o protagonismo indígena na narração sobre seus elementos histórico-culturais, considera-se o teor deste capítulo como referência norteadora de quaisquer atividades de desenvolvimento turístico no caminho de Peabiru.

Tendo em vista que as fontes históricas apontam que, anteriormente, havia na região de Botucatu uma presença majoritária dos povos Guarani e Kaingang, buscou-se contatar representantes desses povos nas terras indígenas de Araribá, Vanuíre e Icatu. O contato foi feito através de perfis institucionais no Facebook, telefone e e-mail das prefeituras das cidades onde as terras se encontram. No entanto, não houve sucesso em nenhuma dessas tentativas. Posteriormente, foram feitos contatos por *Whatsapp* através dos números disponíveis no material de divulgação da exposição *Resistência Já!*, realizada no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE). Esse contato viabilizou uma conversa on-line com três gestoras do Museu Worikg Kaingang para ouvir suas opiniões, críticas e posicionamentos acerca do turismo indígena envolvendo sua memória.

Com o intuito de compreender o posicionamento Guarani acerca do turismo no caminho de Peabiru, buscou-se entrar em contato com comunidades através de redes sociais, mas sem sucesso, de modo que foram apresentados relatos e percepções de representantes Guarani disponíveis em publicações e canais de mídia.

2.1 RELATOS E PERCEPÇÕES INDÍGENAS

2.1.1 Guarani

Os Guarani, como descreve Bond (2009), são fechados, renitentes a revelar seus rituais, deuses e crenças. Acreditam na existência da Terra Sem Mal, que poderia ser alcançada através do caminho de Peabiru. Como aponta Casemiro (2010b), seu deus maior “Nhanderu” pede que sempre caminhem em busca da *Yvy Marã Ey*, a “Terra Sem Mal” (apud AZUMA; FRANCISCON; MARQUES, 2017).

A Associação Indígena Arandu Aty – ARA, ao comprar suas terras em Campo Mourão-PR, levou em consideração sua localização às margens do caminho sagrado Tape Aviru (Peabiru), e coloca:

Lutamos para conseguir conservar nossa cultura, nossa crença no caminho que nos leva a *yvy marã’ey*, a Terra Sem Mal, pelo Caminho Sagrado do Peabiru. Lutamos por um pedaço de terra, nosso, para manter nosso modo de ser Guarani. Agora estamos na Terra Indígena “Verá Tupã’i”, que fica à margem do caminho do Peabiru, aqui estamos construindo nosso Nhandereko (TAPE’I OGUATÁ PORÃ, s.d.)⁸.

Segundo Rocha (2015, p. 1435), os Guarani “preservam um tradicional silêncio sobre seus assuntos religiosos e sagrados”, por esse motivo, revelam suas crenças apenas quando podem contribuir para a proteção delas. O caminho de Peabiru, portanto, só vem mencionado dentro da Casa de Reza.

Em reunião com a comunidade indígena de Campo Mourão para ouvir sua opinião sobre as visitações turísticas ao caminho de Peabiru, o indígena Juarez (2011) se posicionou em relação ao modo como os visitantes caminhavam:

⁸ Em guarani: Árami ore kuery rojerure Nhanderu ete py ome’ë aguã yvy ore kuera py. Haéramo jaikuua vei yvy marãe’y rupi jaguata porã, javyapa porã vei. Kurive. Ma Nhanderú oexá ukã nhande py já’ a terei, oendu uká nde ayvy nhanderete py jaendu. Jaikua’ a hetá ojemonguetá katu vei pexá, jaa dyvy tape rupi gua nhaenoï nde rery rupi. Kova’ e gui tekoha oguereko ma, aegui hery Verá Tupã’i. Juruá kuery ma oenoï “Caminho do Peabiru” nhande ayvy py rami Yvy marãe’y, ae gui nhande py ete roikó ve vae.

só faço uma pergunta: se fôssemos nós índios Guarani entrando no meio da missa de vocês e entrasse lá tomando cerveja, dançando, fazendo barulho, brincando com seus crucifixos vocês iam gostar? Não. Nós também não gostamos do que vimos, a caminhada pra nós é sagrada não é pra ficar fazendo festa como vocês estão fazendo (apud ROCHA, 2017, p. 49).

Segundo Rocha (2015, p. 1435), os Guarani “sentem profundo respeito e emoção ao mencionar sobre o Peabiru”, e explica que a percepção de vida deles foi definida a partir do contato direto com a natureza, e que os elementos dela, assim como os caminhos, são considerados sagrados (ROCHA, 2017).

Xamoí Vó Almerinda, na Casa de Reza de Araí Werá, em Santa Amélia-PR, deixou um depoimento à pesquisadora Casemiro (2007) acerca do Peabiru:

é o caminho da terra, né? Veio que veio, veio lá do céu e encostô no lugar onde eles rezam, e começo a tremê, aquele caminho tremia, tremia e tremia. Mais no meio daquela tribo que tava rezando tinha uma muié i um hômi qui era abusante. (Que) num crê muito, né? Aí eles rezando, rezando, mas por causa daqueles dois abusante, o caminho subiu trá veiz, sumiu no céu. Sabe qui eles zeram? Daí as muié tava dançando lá com taquá (takuá), Nhanderu com mbaraká, aí virô contra um o outro, quebrava mbaraká na cabeça do outro, as moça brigando entre as moça, rapaziada brigando entre as rapaziada, (eles) sentia que o caminho sumia outra vez sumiu no céu outra vez. Se não eles ia embora (eles teriam ido embora para o céu). (Mas) por causa daqueles dois abusante, num desceu no chão pra levar eles...ah...tem muita história, muita história, muita história, muito triste (Ob: a anciã chora). Quando eles tão pedindo a Nhandejara pra abrir o caminho assim, eles jejua, né? Comida assim (comida comum, comida de “branco”) num come. (O que eles comem) É canjica, mel do mato com água muito fria ainda. Assim que eles comia. É, lá é terra...como é que se fala...lá, Yvy Mburana, terra que encantô pro índio ca, diz que existe mesmo isso aí. Mais os índio tá lá, né? (apud TAPE'I OGUATÁ PORÃ, s.d.)

Essa fala de Vó Almerinda traz a conotação sagrada do caminho e a tristeza pelas atitudes que o afastam do indígena. Rocha (2017, p. 44) explica que “a preparação, o jejum, a abstenção de alguns alimentos demonstram não só toda a religiosidade do caminho, mas a necessidade de corrigir um erro que se comete na vida terrena por tais homens”.

2.1.2 Kaingang

No dia 23 de abril de 2021, foi realizada uma entrevista com três gestoras do Museu Worikg Kaingang da Terra Indígena de Vanuíre, localizada nos municípios de Arco-Íris e Tupã, no estado de São Paulo. As participantes da conversa on-line foram Dirce Jorge Lipu Pereira, Lucilene Melo e Susilene Elias de Melo Deodato Kaingang. Todas as entrevistadas autorizaram o uso das informações concedidas durante a entrevista para uso neste trabalho.

As perguntas que nortearam a conversa foram:

- Vocês têm conhecimento sobre o caminho de Peabiru? Qual a conexão dos Kaingang com o caminho?
- Vocês têm histórico de participar em programas de turismo?
- Vocês trabalham no museu Índia Vanuíre? Como é o trabalho lá?
- Vocês têm alguma conexão passada com a região de Botucatu?
- Como trabalhar memórias sem evidências físicas? Como os indígenas pensam nisso?
- Como propõem um trabalho de um possível roteiro de memória indígena em Botucatu?
- Como narrar uma história que não vai ser contada por indígenas?

As principais pautas levantadas durante a entrevista estão indicadas no Quadro 1, separadas por temas de conversa, de forma a organizar os comentários para melhor compreensão do leitor. A transcrição dessa entrevista está disponível no Apêndice D.

Quadro 1 – Resultados da entrevista com Dirce, Lucilene e Susilene

Tema de conversa	Comentários
Trabalham com o turismo? Como?	Trabalham por conta própria no museu Worikg Kaingang da terra indígena Vanuíre. Não trabalham mais com órgãos públicos e não indígenas devido a experiências negativas passadas, sobretudo no que diz respeito à falta de autonomia na elaboração das visitas.
Problemas com o município de Tupã-SP	Falta de valorização, desrespeito com os grafismos indígenas estampados em muros da cidade, logotipo indígena é desrespeitoso, situação turística delicada, slogan sem vida e sem história, falta de um histórico dentro da cidade.
Atividades que realizam e gestão do trabalho	Museu Worikg Kaingang, danças, artesanato, palestras, viagens para fora e apresentações em outras cidades. São comissão, coordenação, administrativo, educativo, guia turístico e educadoras. Dirce é pajé.
O que poderia ser feito em Botucatu em relação ao turismo de memória indígena?	Convidar o indígena para falar, deixar um depoimento gravado, perguntar se querem falar.
História Kaingang atrelada ao Peabiru	Não têm conhecimento sobre o Peabiru e não sabem sobre antepassados em Botucatu. Algum projeto de reativação da trilha atrelado à memória Kaingang não é interessante pois não falariam por si. O não indígena não consegue relatar as memórias para quem está pesquisando e passeando naquela trilha.

O que dizem as fontes históricas?	A história contada em livros trata dos indígenas como sendo agressivos, em um passado de muitos anos atrás. As pessoas acham que ainda são assim, questionam se ainda existem e se usam roupas e adereços do passado. A história é distorcida. “As pessoas não sabem da presença do indígena, e a gente está tão próximo” (informação verbal) ⁹ .
Outras observações	Não aceitam que o não indígena fale pelo indígena, pois não detêm o conhecimento sobre a cultura. O não indígena conta histórias que leu em livros e ignoram a presença atual dos indígenas, desvalorizando a cultura. É necessário perguntar ao indígena se ele falar e se quer o turismo.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

No início da entrevista, o autor perguntou se detinham algum conhecimento acerca do caminho de Peabiru; como a resposta foi não, continuou com as demais perguntas acerca do turismo envolvendo a memória indígena. A entrevista levou a uma conversa interessante e esclarecedora, trazendo pontos relevantes à pesquisa.

Comentaram durante a entrevista sobre experiências negativas que tiveram anteriormente com o turismo e relataram problemas que têm e tiveram no município de Tupã. afirmaram que atualmente trabalham sozinhas, priorizando a curadoria do Museu Worikg Kaingang e a recepção de visitantes na terra indígena sem o envolvimento de órgãos públicos.

Uma questão relevante trazida à tona diversas vezes pelas entrevistadas, foi que o não indígena, ao falar de elementos histórico-culturais indígenas, refere-se a eles com base no que leu em livros, desconhecendo sua atual realidade, prendendo-se ao passado e ignorando a presença viva desses povos atualmente. Como afirmou Dirce: “a gente não foi extinto, estamos aqui para contar nossa história. [...] Nós vivemos, estamos aqui” (informação verbal)¹⁰.

Outra questão enfatizada diversas vezes foi a não aceitação de que o não indígena fale pelo indígena, de forma a se apropriar de memórias que não pertencem a ele. Já tiveram problemas com o município e com trabalhos anteriores que não deram o devido reconhecimento e autonomia a elas na elaboração de visitas turísticas.

Como as entrevistadas não têm relação direta com o caminho de Peabiru e com a região de Botucatu, mas sabe-se que o povo Kaingang marcou presença na região da Cuesta de Botucatu, desaprovam projetos de uma possível reativação da trilha envolvendo sua memória, já que não estariam fisicamente presentes para poder falar sobre a própria cultura. Segundo Lucilene, “toda trilha por onde passou um Kaingang tem uma história e o sagrado” (informação verbal)¹¹. Como

⁹ Entrevista concedida por KAINGANG, S. E. de M. D.; MELO, L.; PEREIRA, D. J. L. **Entrevista III.** [23 de abr. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

sugestão, Susilene apontou: “seria interessante convidar o indígena para falar, deixar um depoimento gravado. Estamos abertos à conversa, queremos falar de nós e nada melhor que nós falarmos de nós mesmos” (informação verbal)¹².

Em relação à Botucatu, desconhecem a presença de antepassados Kaingang na região, mas disseram que caminhavam longas trilhas. Dirce disse que “era difícil conversar com os mais velhos. [...] Falavam que eram divididos em grupos para poderem se proteger melhor do massacre. Teve um grupo que foi totalmente massacrado, mas era muito indígena” (informação verbal)¹³.

O autor comentou durante a entrevista sobre a dificuldade de contatar representantes Guarani para compor os dados da pesquisa. Lucilene comentou que são um povo reservado no que diz respeito a pesquisas que envolvem seu nome: “não estou falando por eles, mas enquanto rede indígena, deixam muitos relatos” (informação verbal)¹⁴.

2.2 DIREITO À MEMÓRIA, LUCRO E POSSE

As entrevistas e relatos das comunidades indígenas apresentadas no item anterior vão ao encontro da literatura acerca da participação indígena na atividade turística. Diversos autores foram consultados para compor este capítulo, com destaque para Arléto Rocha, historiador, geógrafo e pesquisador do Peabiru; André Borges, historiador e antropólogo; Andreas Huyssen, pesquisador em modernismo, pós-modernismo, trauma, memória, cidades e globalização; e Jennifer Eichstedt e Stephen Small, sociólogos.

Para além de um produto, o turismo indígena deve ser entendido como um novo modo de fazer turismo, sendo de base comunitária, sustentável, responsável, e de modo a ser reflexivo, ético e educativo, o que, segundo Fernández (2011, apud PÉREZ, 2015), alguns autores chamam de viagens à consciência. Segundo Pérez (2015), isso só é possível com o empoderamento dos próprios indígenas.

¹² Entrevista concedida por KAIKGANG, S. E. de M. D.; MELO, L.; PEREIRA, D. J. L. **Entrevista III.** [23 de abr. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

Como aponta Barbieri, Brandão e Silva (2012, p. 20),

para que o turismo indígena produza resultados positivos, seu planejamento e gestão devem considerar as dimensões do desenvolvimento sustentável. Assim, deve-se levar em consideração os aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos.

No que tange ao Peabiru, as questões vão mais além. Ao ser narrada por diferentes interlocutores, a história do caminho é repleta de divergências e contradições. A implantação da atividade turística mal planejada e sem consentimento dos povos indígenas subestima suas crenças e a sacralidade do caminho. Pérez (2015, p. 24, tradução nossa)¹⁵, afirma que “por mais que alguns desses projetos sejam protagonizados e controlados por indígenas, em outros, os indígenas são só objetos de uma liderança empresarial externa”.

O arqueólogo Chmyz defende o uso dos trechos remanescentes do Peabiru para fins turísticos, utilizando-os como patrimônio material para explorar os recursos naturais e históricos da região. Para a jornalista Bond, o caminho não deveria ser usado para fins comerciais, mas deveria ser entendido como patrimônio cultural indígena (ROCHA, 2015), e afirma: “até 1522, o caminho de Peabiru era só utilizado pelos índios. Mas menos de oito anos depois, o Peabiru começou a trazer o sofrimento para as populações indígenas do Paraná e do Paraguai. Por ele, chegaram os brancos” (BOND, 1996, p. 73, apud ROCHA, 2015, p. 1438).

Borges (2006), afirma que, atualmente, o modo de ver os indígenas e as possíveis relações entre eles e o Peabiru é romântico, atribuindo a eles a imagem idealizada de “pureza”. O autor faz um importante questionamento sobre o turismo, que merece atenção:

hoje o propósito de enxertar o tema indígena num projeto turístico ou fazer um projeto turístico a partir de referências indígenas agregaria valor cultural e criaria conexões com a história oficial. O problema é como acontece este resgate, sobre quais termos? Quais memórias serão resgatadas? O índio como idílico? O índio como defensor do meio ambiente? Ou ainda criar um Caminho do Peabiru sem o índio, a partir do jesuíta. Ou pertencente a qual grupo indígena, Gê, Guarani ou Inca? (BORGES, 2006, p. 119).

Quando o autor afirma que existe uma tentativa de isolar os indígenas, afastá-los do caminho e mantê-los apenas na memória, vai ao encontro da fala de Dirce, quando afirma que “não é fácil

¹⁵ No original: “Si bien es cierto que algunos de estos proyectos están protagonizados y controlados por indígenas en otros los indígenas son sólo objeto de un liderazgo empresarial externo.”

mesmo lutar, mas não é fácil ver as pessoas falarem do nosso povo sabendo que nós estamos aqui” (informação verbal)¹⁶.

É essencial que as comunidades indígenas tenham participação e autonomia para decidirem se desejam evidenciar sua identidade territorial e cultural em forma de produtos a serem inseridos no mercado turístico. Esse conceito de autonomia de povos indígenas, chamado de etnodesenvolvimento, é definido por Batalla et al. (1982 apud DE FARIA, 2008, p. 62) como

o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Isto é, a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu desenvolvimento.

O turismo indígena tende a não atrair público nacional devido à visão simbólica de inferioridade que é direcionada aos povos indígenas, mas atrai o turismo internacional em razão da visão étnica de exotismo, autenticidade e primitivismo; sendo assim, o turismo acaba sendo uma espécie de reconquista ocidental num cenário em que os turistas são os neoconquistadores (PÉREZ, 2015).

Conforme verificado nos capítulos anteriores, no que se refere à memória, existe um movimento de encontrar, em algumas regiões, vestígios físicos do Peabiru, resgatar seus aspectos históricos, reavivar traçados e até mesmo implementar projetos de patrimonialização.

Circulou, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, um projeto de lei que defendia o tombamento do caminho de Peabiru na região de Campo Mourão. Segundo Rocha (2015), o Projeto de Lei n. 269/2011, instituía em sua ementa “rota dos Caminhos de Peabiru como patrimônio turístico e histórico do Paraná”. Diversas foram as críticas levantadas por estudiosos da região. Uma delas foi a falta do termo “indígena” e a presença do termo “turístico”, algo que poderia ter aberto margem à exploração comercial do caminho. Sinclair (2012, apud ROCHA, 2015), comentou que era necessário incluir a palavra “simbólica” ao se referir às trilhas, pois legitimaria a intenção de ressignificar o traçado original.

¹⁶ Entrevista concedida por KAINGANG, S. E. de M. D.; MELO, L.; PEREIRA, D. J. L. **Entrevista III.** [23 de abr. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

Rocha (2015, p. 1442) afirma que

uma rede de caminhos indígenas que, para uma determinada cultura indígena, é até hoje sagrada e exige, por sua natureza religiosa e sagrada, silêncio tradicional, não pode permitir exploração turística por parte de outras culturas não indígenas. [...] Por outro lado, a Constituição de 1988 estabelece em seu Art. 216 § 1º que, para promover os bens culturais, o Poder Público deve contar com a colaboração da comunidade, o que justifica a participação das comunidades tradicionais na proteção de seus bens culturais. O projeto foi retirado da pauta de votação daquela Egrégia Casa de Leis.

Segundo Huyssen (2000), a sociedade contemporânea está passando por um processo obsessivo de musealização, que se verifica na urgência por preservar memórias, restaurar pontos de interesse, criar políticas patrimoniais, construir museus e implementar o *marketing* da nostalgia. Segundo o autor, “as culturas da memória estão intimamente ligadas, em muitas partes do mundo, aos processos de democratização e de lutas pelos direitos humanos” (HUYSEN, 2000, p. 36, tradução nossa)¹⁷. As memórias do século XX não permitem glorificar o passado, visto que as destruições em massa e genocídios marcaram forte presença nesse século. Em função disso, esses novos discursos de memória “surgiram no Ocidente após a década de 1960 como resultado do processo de descolonização, dos novos movimentos sociais e sua busca por histórias alternativas e revisionistas” (HUYSEN, 2000, p. 22, tradução nossa)¹⁸.

Rocha (2015, p. 1441), citando indiretamente Chartier (2002), comenta que o processo de patrimonialização do Peabiru poderia resultar na perda de sua essência por conta de sua consolidação como produto turístico, tornando-se, em suas palavras “um conjunto de representações para turismo.”

Introduz-se, aqui, um conceito que se enquadra às questões de representatividade indígena referentes ao Peabiru: a aniquilação simbólica. Eichstedt e Small (2002, p. 106-107, tradução nossa) trabalham com essa concepção no contexto da escravidão norte-americana, definindo-a como

uma poderosa estratégia retórica e representacional para obscurecer a instituição da escravidão. [...] Outros usaram o conceito de aniquilação

¹⁷ No original: “[...] the cultures of memory are intimately linked, in many parts of the world, to processes of democratization and struggles for human rights [...]”

¹⁸ No original: “Memory discourses of a new kind first emerged in the West after the 1960s in the wake of decolonization and the new social movements and their search for alternative and revisionist histories.”

simbólica para explorar ou rotular a falta de representação de uma variedade de grupos, incluindo gays e lésbicas, todas as mulheres e indígenas americanos.

A aniquilação simbólica, em referência ao turismo que envolve o Peabiru, está presente em situações em que não há reconhecimento, discussão ou referência à história indígena da região, ao protagonismo indígena na construção ou manutenção do caminho, à generalização dos povos que compuseram sua história, à forma como os indígenas foram expulsos dessas terras e à sua situação atual. Na sociedade ocidental, estruturalmente racista, o branco se coloca como líder moral e democrático, e há um padrão de apagamento referente a outras raças, culturas e sociedades não brancas.

No contexto do turismo, os povos indígenas são simbolicamente aniquilados quando as menções referentes à história, cultura e presença indígenas são superficiais, minimizadas ou mesmo invisibilizadas.

O conceito de aniquilação simbólica abrange uma série de práticas que, reproduzidas com ou sem esse propósito, contribuem para o apagamento da cultura indígena. Eichstedt e Small (2002) trazem alguns exemplos de aniquilação simbólica que podem ocorrer em visitas guiadas, e que, neste trabalho, foram adaptados a seu contexto, são eles: o uso de expressões e declarações de fatos referenciados apenas na experiência branca, e portanto, a banalização dos fatos históricos decorridos desse processo de universalização de experiências; o uso de eufemismos ao se referir ao genocídio e expulsão de comunidades indígenas de seu território original; e o uso da voz passiva na narração de histórias, que tende a trazer o reconhecimento de eventos históricos, mas reprime qualquer conexão da sociedade não indígena com eles, por não possibilitar uma pronta identificação dos agentes de uma determinada ação. Essas práticas de aniquilação simbólica não contribuem para a compreensão da condição indígena na história e na atualidade e normalizam práticas seculares que ao olhar branco, compuseram a história, mas que no cotidiano da vivência indígena, continuam.

Retomando os conceitos de Huyssen (2000, p. 27, tradução nossa)¹⁹, o autor afirma que “muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são ‘memórias imaginadas’”, e questiona: “se todo o passado pode ser refeito, não estamos apenas criando nossas próprias ilusões do passado enquanto ficamos presos em um presente cada vez mais contraído [...] ?”

¹⁹ No original: “*Many of the mass-marketed memories we consume are ‘imagined memories’*”

(HUYSEN, 2000, p. 31, tradução nossa)²⁰. Borges (2006, p. 40), afirma que o caminho de Peabiru

está sendo ressignificado com um propósito moderno que é desenvolver o turismo, apoiar certos grupos políticos, desenvolver o comércio. Na verdade, não se tem nada, está se reconstruindo alguma coisa a partir do nada. Como um louco que fala sobre isto e criaria uma teoria. Se lançou a pedra fundamental não com interesses obscuros, mas com interesses variados e agora estão chamando a atenção.

O questionamento de Huyssen e a colocação de Borges abrem espaço para as discussões acerca das problemáticas de aniquilação simbólica.

Tratando-se da memória indígena referente ao Peabiru, ao ser narrada por não indígenas, a história apresenta a perspectiva de quem não detém conhecimento sobre as culturas das quais se fala, sendo que alguns aspectos desse conhecimento são protegidos pelo silêncio tradicional desses povos. Como afirmou Dirce durante a entrevista, “o não indígena vai falar o que quer e desvaloriza nossa cultura, porque eles falam de coisas que leram em livros, coisas do passado, mas nós estamos aqui para contar nossa história” (informação verbal)²¹.

Na fala de Dirce, é clara sua posição em relação à forma como as histórias indígenas são contadas e por quem, demonstrando que à memória, é atribuído um valoroso significado para a representação de seu povo. Pollak (1989) traz o conceito de memórias subterrâneas, caracterizadas por memórias extraoficiais, que “desconhecidas pela maioria, seriam histórias diferentes lembradas apenas por alguns e que talvez, por motivos políticos, não teriam entrado no rol dos documentos representativos da memória oficial da região” (apud BORGES, 2006, p. 114). Brigitte (1995 apud ROCHA, 2017, p. 45) explica que, historicamente, os indígenas “esconderam suas antigas crenças e tradições, não permitindo que estas diluíssem a absorção total pela cultura hispânica”. Sendo assim, ao dar voz plena aos informantes, mantém-se a integridade de suas autobiografias e o respeito pelos conhecimentos que desejam compartilhar (BORGES, 2006).

²⁰ No original: “If all of the past can be made over, aren’t we just creating our own illusions of the past while getting stuck in an ever shrinking present [...]?”

²¹ Entrevista concedida por KAIKGANG, S. E. de M. D.; MELO, L.; PEREIRA, D. J. L. **Entrevista III.** [23 de abr. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

A forma como as memórias devem ser protegidas, estruturadas e representadas é uma questão política que diz respeito ao futuro da democracia e à forma como nacionalidade, cidadania e identidade são entendidas (HUYSEN, 2000),

afinal, a memória não pode substituir a justiça, e a própria justiça inevitavelmente ficará presa à falta de confiabilidade da memória. Mas mesmo onde as práticas de memória cultural carecem de um foco político explícito, elas expressam a necessidade da sociedade em ancorar-se no tempo, quando, devido à revolução da informação e uma compressão cada vez maior do espaço-tempo, a relação entre passado, presente e futuro está sendo radicalmente transformada (HUYSEN, 2000, p. 37, tradução nossa)²².

Nesse sentido do conceito de compressão do tempo, é necessário que seja removido o véu que normaliza e cobre o passado indígena colonial no panorama mental das sociedades contemporâneas, de forma a tornar explícita que a desumanidade ocorrida no passado, ocorre, da mesma e de outras formas, ainda hoje.

Em 1500, os indígenas eram cerca de **três milhões de habitantes**. Em 2010, a população indígena era de **817,9 mil** (FUNAI, s.d., grifo nosso). Em 2018, cresceu em **20%** o número de assassinatos de indígenas no Brasil (CIMI, 2019, grifo nosso). Em 2019, o número de mortes de lideranças indígenas foi o **maior em pelo menos 11 anos** (G1, 2019, grifo nosso). Em 2020, **97 áreas indígenas** foram invadidas pelo setor privado (RBA, 2021, grifo nosso). Em 2021, o número de conflitos registrados no campo é o maior dos últimos 35 anos, sendo que as famílias indígenas são **71% das vítimas** de invasões de terras (GREENPEACE, 2021, grifo nosso).

Há urgência em se tratar de questões indígenas, de escutar as vozes desses povos, reconhecer sua presença na sociedade, reconhecer seus saberes e aprender sobre seus conhecimentos, pois os dados estatísticos de violações aos direitos humanos contra povos indígenas mostram que a aniquilação não é somente simbólica. A sociedade atual, assentada no cientificismo, despreza e massacra seus conhecimentos e seus detentores.

No contexto do turismo, os povos indígenas continuarão a ser simbolicamente aniquilados enquanto forem excluídos dos processos de tomada de decisão, enquanto não tiverem suas crenças respeitadas, enquanto não tiverem poder de ação em projetos que tratam de seus

²² No original: “Memory, after all, can be no substitute for justice, and justice itself will inevitably be entangled in the unreliability of memory. But even where cultural memory practices lack an explicit political focus, they do express a society’s need for temporal anchoring when, in the wake of the information revolution and an ever-increasing time-space compression, the relationship between past, present, and future is being transformed beyond recognition.”

espaços, de suas crenças e de seus valores e enquanto não forem beneficiários do desenvolvimento causado pela atividade turística, seja econômico, social ou político.

Os estudiosos do caminho de Peabiru mencionam diversos povos que podem ter feito parte de sua construção. Arléto Rocha, em suas pesquisas, afirma que “os caminhos de Peabiru não são criação do Guarani, eles vieram antes, de 10 a 12 mil anos antes [...]. Os Guarani foram ditos donos do caminho de Peabiru porque tomaram conta desse ramal [...]” (informação verbal)²³. Retoma-se, como complemento, um trecho da fala de Borges (2006, p. 119): “quais memórias serão resgatadas? [...] Pertencente a qual grupo indígena, Gê, Guarani ou Inca?”.

Conclui-se este capítulo com o seguinte questionamento: a quem pertence o Peabiru?

Essa é uma delicada questão sobre uma complexa rede de caminhos com mais de três mil quilômetros de extensão, que, no decorrer da história, foi cenário da vivência de diversos povos. Não se pode pôr de parte a interpretação indígena sobre seu valor identitário acima de narrações não indígenas posteriores, assim como não se pode ignorar o fato de que a apropriação colonial desse caminho resultou no massacre desses povos. Diante disso, surgem outros questionamentos que se prefere deixar em aberto: quando se fala em “resgate de memória”, a quem se destina esse resgate? Para quem as informações estão veladas? Esses questionamentos já não atribuem ao indígena sua legitimidade sobre esse patrimônio? E ainda, apropriar-se do caminho para fins turísticos com a justificativa de que originalmente não pertence a um povo, não seria apenas outra maneira de aniquilar sua autenticidade sob efeitos de uma herança colonial?

²³ ROCHA, A. P. **Entrevista VI.** [6 de jun. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

3 NARRADORES DA MEMÓRIA DE BOTUCATU

A fim de compreender o nível de conhecimento e proximidade que pessoas relacionadas à região de Botucatu têm acerca do caminho de Peabiru, foi elaborada e aplicada uma pesquisa por meio de um questionário on-line para aferir esse cenário. Por "região de Botucatu" entende-se os municípios que fazem parte do Polo Cuesta, são eles: Anhembi, Areiópolis, Avaré, Bofete, Botucatu, Itatinga, Paranapanema, Pardinho, Pratânia e São Manuel.

De caráter qualitativo e quantitativo, a pesquisa buscou, por meio de perguntas cuidadosamente elaboradas, garantir o anonimato dos respondentes e não os expor à influência das opiniões do entrevistador.

Este capítulo tem por objetivo apresentar a análise dos resultados dessa pesquisa. A estrutura do questionário está inserida no Apêndice A, os resultados (respostas e percentuais) estão detalhadamente apresentados no Apêndice B e as publicações para divulgação do questionário em redes sociais estão no Apêndice C.

O questionário foi elaborado pelo aplicativo Formulários Google, aberto no dia 16 de março de 2021 às 11h47 e encerrado no dia 26 de março de 2021 às 12h18, totalizando 506 respostas.

Considerando que a população estimada de Botucatu, Bofete e Pardinho em 2020 soma 166.559 habitantes (IBGE, c2017), foi calculada, no site Comentto, a amostra mínima para que a pesquisa obtivesse um nível de confiança de 95% com erro amostral de 5%.

Considerando a população como heterogênea, ou seja, que apresenta entre si diferenças socioculturais, de gênero e idade, o tamanho mínimo da amostra seria de 384 pessoas. Como o questionário resultou em 506 respostas, o tamanho amostral mínimo foi superado, e com 95% de confiança, a margem de erro passou para 4,35% (COMENTTO, 2021).

O questionário foi veiculado em redes sociais e sites de notícias. Priorizou-se a busca por páginas, grupos e canais de notícias de Botucatu, visto que esse é o município-foco deste trabalho, mas tendo em vista que a atividade turística de Botucatu abrange a região da cuesta, e que diversos pontos de interesse turístico estão próximos à divisa entre Bofete e Pardinho (TRIPADVISOR, c2021), procurou-se também veicular o questionário em mídias desses municípios.

A fim de estabelecer o critério amostral apresentado, buscou-se veicular o questionário em mídias diversas que pudessem atingir todos os tipos de público, no entanto, reconhece-se a não garantia total de que a amostra seja representativa devido a problemas de viés de seleção. Como exemplo: um respondente pode ter respondido o questionário por ter reconhecido o tema, assim como outro pode tê-lo ignorado por desconhecê-lo. Os resultados devem ser considerados, portanto, tendo em vista essa possível limitação.

O questionário foi veiculado nas seguintes plataformas:

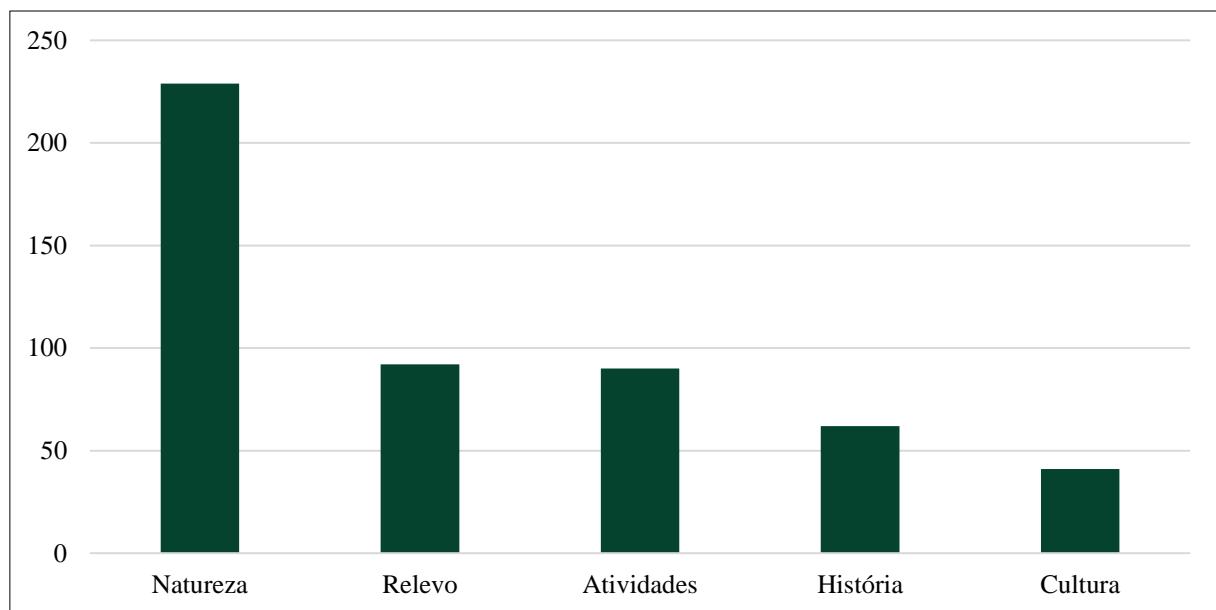
- Instagram:
 - Disponibilização de link do questionário no perfil do autor (@gabrieltonin);
 - publicação (Apêndice C) no perfil pessoal do autor, com o uso das seguintes hashtags: botucatu, bofete, pardinho, botucatusp, botucatuterradaaventura, cuesta, cuestadebotucatu, caminhodepeabiru, giganteadormecido, trespedras, botucatueregiao, unespbotucatu, botucatucity, descubrabitucatu, botucatumaravilhosa, bofetesp, pardinhosp;
 - publicação de stories; e
 - compartilhamento por outros usuários, influenciadores digitais, perfis promocionais de agências e guias de turismo de Botucatu e Pardinho, e perfil da Secretaria Adjunta de Turismo de Botucatu.
- Facebook:
 - Publicação com link do questionário no perfil do autor;
 - publicação com link do questionário em grupos relacionados a turismo ou não relacionados, mas que tivessem um significativo número de membros (Apêndice C);
 - compartilhamento por outros usuários; e
 - publicação de matéria na página do jornal Leia Notícias.
- Sites de notícias:
 - Matéria veiculada no site Leia Notícias (Anexo 1).

3.1 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

Para analisar o item “você considera a região de Botucatu um lugar turístico? Por quê?”, as respostas foram divididas em cinco categorias de acordo com a similaridade entre elas: natureza, relevo, atividades, história e cultura.

97,66% dos respondentes consideram turística a região de Botucatu, tendo sido a oferta natural o principal motivo identificado, conforme indica o Gráfico 1. “Relevo” e “atividades” tiveram um expressivo número de respostas, seguidos de “história” e “cultura”.

Gráfico 1 – Categorias de respostas à pergunta: "você considera a região de Botucatu um lugar turístico? Por quê?"



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Levando em consideração que a maior parte das atividades mencionadas pelos respondentes estão relacionadas à natureza (trilhas, morros testemunhos e esportes radicais) e que na categoria “relevo” a cuesta foi mencionada por todos os respondentes, nota-se que as três primeiras categorias (natureza, relevo e atividades) estão diretamente relacionadas entre si.

A categoria “história” traz a representação de lugares históricos, construções e a história da região como um todo. A categoria “cultura” destaca as lendas regionais e a oralidade como forma de transmissão desse conhecimento de forma significativa.

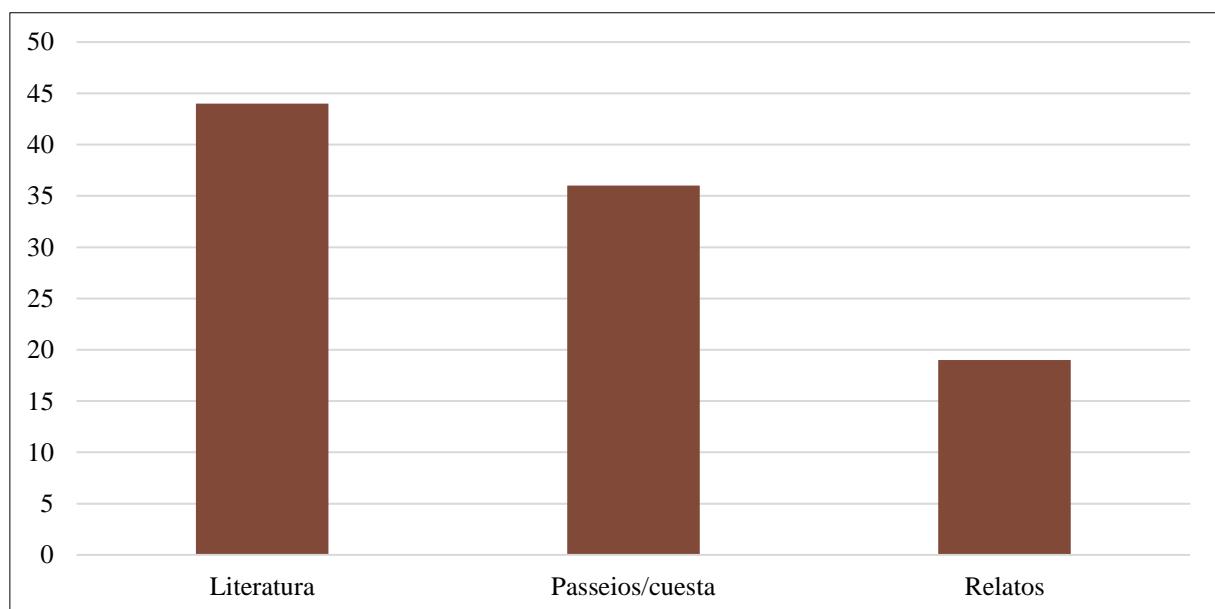
De acordo com essas informações e considerando que a categoria “cultura” também está relacionada às três primeiras categorias já que se refere à região da cuesta, sobretudo no que diz

respeito às histórias contadas pelos moradores, conclui-se que a região de Botucatu é considerada turística e que o maior atrativo de interesse dessa atividade é a cuesta e as atividades que estão relacionadas a ela. São considerados, portanto, o ecoturismo e o turismo de aventura como os maiores segmentos observados na região.

Da mesma forma em que na questão anterior, para analisar o item “comente sobre sua experiência com o caminho de Peabiru e com a história de Botucatu e região”, as respostas foram divididas em três categorias de acordo com a similaridade entre elas: literatura, passeios/cuesta e relatos.

A maioria das respostas, como indica o Gráfico 2, estão relacionadas às experiências de conhecimento do caminho de Peabiru por meio de referências históricas, como estudos, aprendizados na escola, pesquisas e outros meios semelhantes. Essas respostas foram categorizadas como “literatura”, representando a maior categoria deste item. Em segundo, está a categoria “passeios/cuesta”, referente às experiências obtidas através de passeios na região da cuesta, sobretudo passeios guiados. Em terceiro, a categoria “relatos” traz a oralidade, o conhecimento de moradores antigos e o “boca a boca” como formas de experiências de conhecimento acerca do caminho.

Gráfico 2 – Categorias de respostas ao item: "comente sobre sua experiência com o caminho de Peabiru e com a história de Botucatu e região."



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

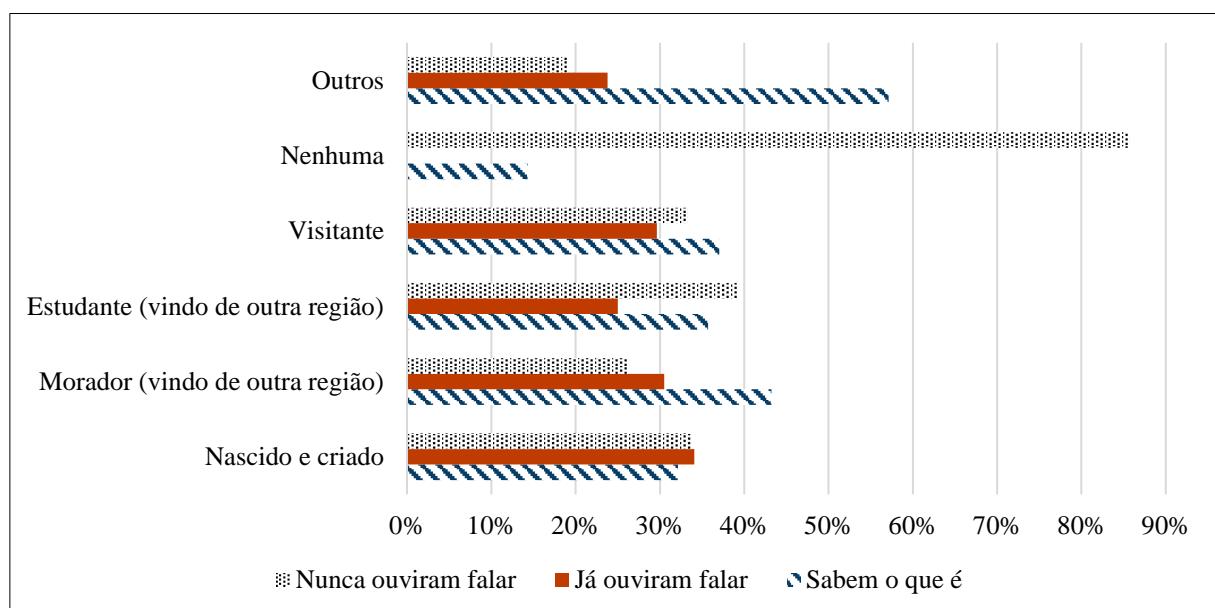
Com essas informações, conclui-se que a literatura tem contribuído para a difusão das memórias regionais à população, sendo de grande importância o trabalho dos historiadores e escritores

para manter viva a história, as lendas e as tradições da região de Botucatu. Do mesmo modo, é importante destacar o papel do turismo e dos guias de turismo na região da cuesta como difusores do conhecimento acerca do caminho de Peabiru, visto que essa categoria foi significativamente mencionada.

São três, portanto, os principais modos de experiências em relação ao caminho na região: a história documentada (literatura), a visitação a pontos onde o caminho passava (passeios/cuesta) e a oralidade (relatos).

O conhecimento dos respondentes acerca do caminho de Peabiru é significativo, sendo que a maioria (67,6%) já teve algum contato com o tema, entre os que sabem do que se trata o caminho e aqueles que já ouviram falar sobre ele, mas não sabem ao certo o que é. No que se refere ao conhecimento do caminho por esses respondentes de acordo com a relação que eles têm com a região, como aponta o Gráfico 3, percebe-se que essa variação de conhecimento não é tão expressiva. No entanto, os moradores vindos de outras regiões são os que mais têm conhecimento, seguido de visitantes, estudantes de outras regiões e moradores nascidos e criados na região. Para essa análise, desconsiderou-se a categoria outros por se tratar de poucos casos específicos. É interessante notar que aqueles que não têm nenhuma relação com a região, em sua maioria, não têm conhecimento sobre o caminho, e que em todas as outras categorias, a maioria teve contato com o tema (sabem o que é ou já ouviram falar).

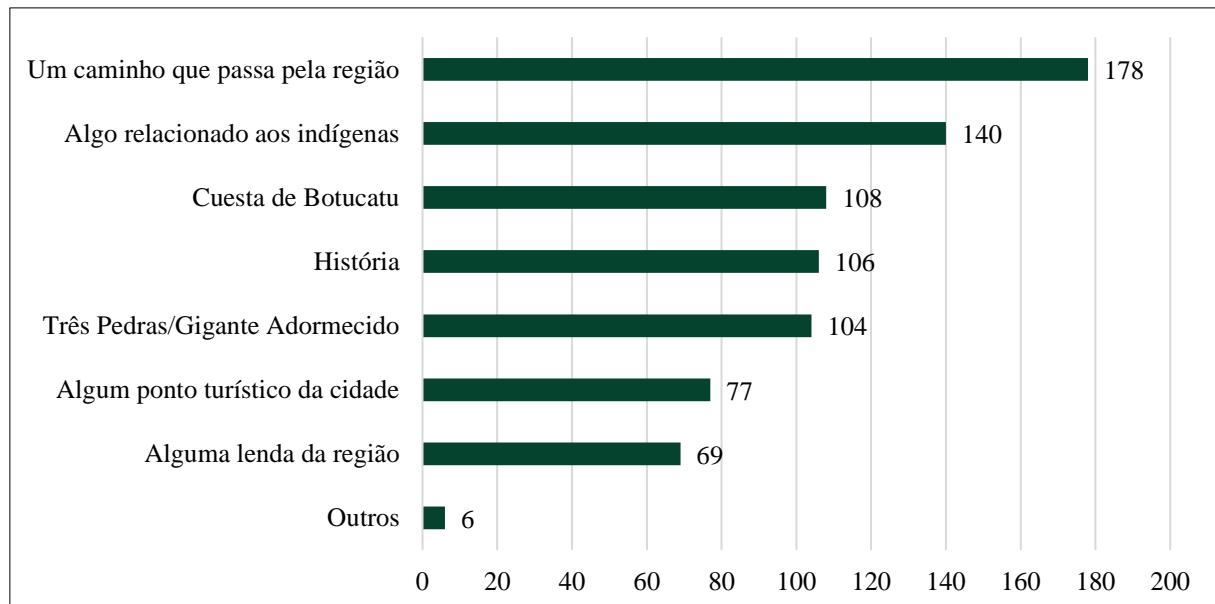
Gráfico 3 – Conhecimento dos respondentes de acordo com a relação com a região de Botucatu



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

A pergunta “o que vem à sua cabeça quando pensa no caminho de Peabiru?” foi destinada aos que sabiam o que era o caminho e aos que já tinham ouvido falar dele. O Gráfico 4 mostra a quantidade de respostas selecionadas.

Gráfico 4 – Pergunta: "o que vem à sua cabeça quando pensa no caminho de Peabiru?"



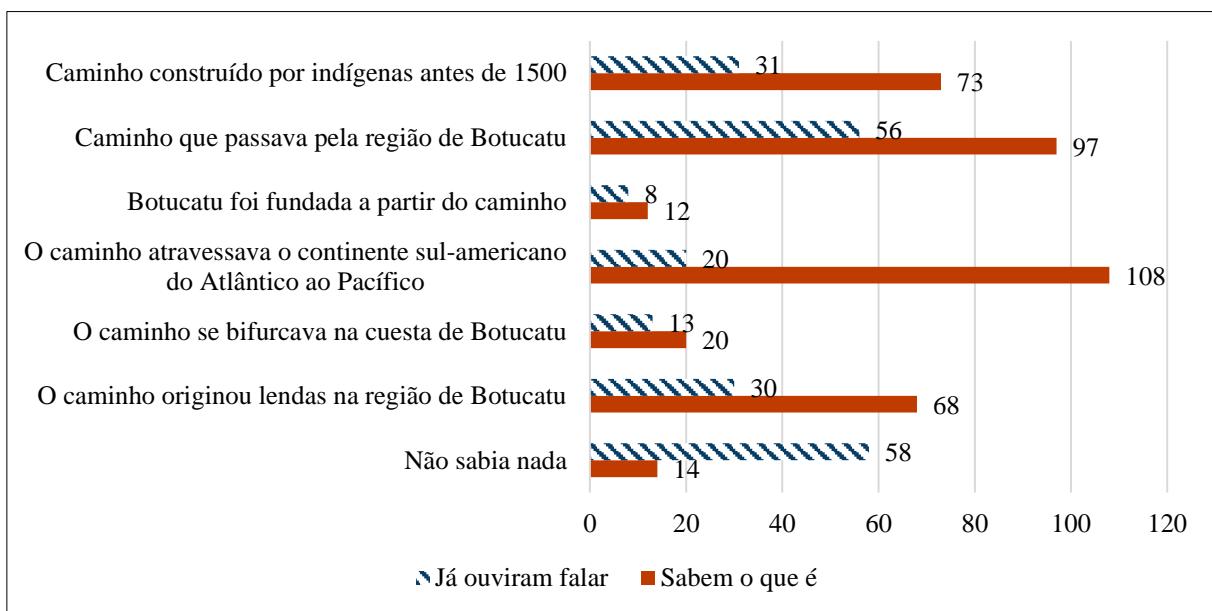
Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Os dois tópicos mais selecionados foram “um caminho que passa pela região” e “algo relacionado aos indígenas”. Outras três repostas foram quase que igualmente escolhidas, “Cuesta de Botucatu”, “história” e “Três Pedras/Gigante Adormecido”. As respostas menos escolhidas foram “algum ponto turístico da cidade” e “alguma lenda da região”.

Essas escolhas demonstram conhecimento por parte dos respondentes, visto que as duas primeiras respostas estão corretas e são as mais genéricas para explicar brevemente sobre o que se trata o caminho. Da mesma forma, as duas respostas menos escolhidas — com exceção de “outros” — também indicam conhecimento por parte da população, visto que o caminho não é, fisicamente, um ponto turístico da região e, propriamente, uma lenda.

A pergunta “o que você já sabia sobre o caminho de Peabiru?” foi destinada aos que sabiam o que era o caminho e, também, aos que já tinham ouvido falar dele, pois buscou-se verificar se esses últimos tinham algum conhecimento que poderiam considerar incerto no momento de responder ao item “você já ouviu falar do caminho de Peabiru?

Gráfico 5 – Pergunta: “o que você já sabia sobre o caminho de Peabiru?”



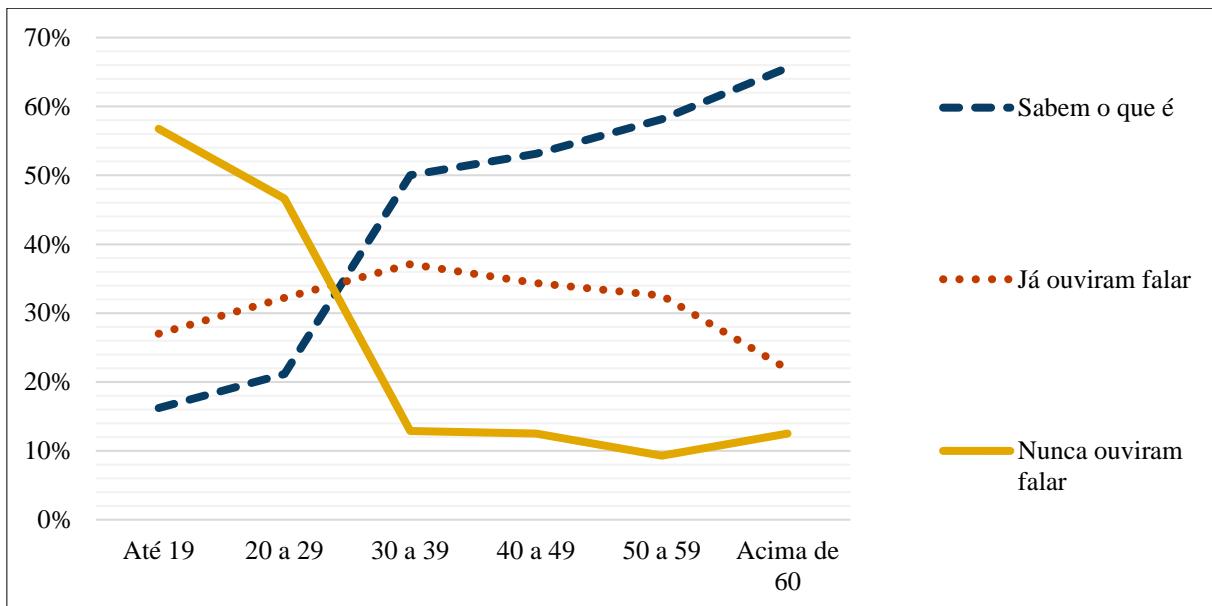
Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Foram obtidas 392 respostas dos 182 que sabem o que é o caminho, gerando uma média de 2,1 respostas por pessoa. Já em relação aos 160 que já ouviram falar do caminho, foram obtidas 216 respostas. Desses 216 respostas, 158 escolheram qualquer opção que não fosse “não sabia nada”, com uma média de 0,98 resposta por pessoa.

A partir da observação do Gráfico 5 e levando em consideração que nem todos os respondentes têm conhecimento aprofundado sobre o tema, observa-se que existe um conhecimento genérico sobre o caminho por parte deles. De todos os que já ouviram falar sobre o caminho, mas não sabiam ao certo do que se trata, houve quase uma resposta por pessoa sobre algum item que conhecia, com exceção de “não sabia nada”.

Esta pesquisa foi respondida por pessoas de diversas faixas etárias, e com a finalidade de compreender o nível de conhecimento acerca do caminho de cada uma delas, foi elaborado o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Pergunta: "você já ouviu falar do caminho de Peabiru?" por intervalo de idade dos respondentes da região do Polo Cuesta



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Ao observar o gráfico, de pronto, nota-se que a idade tem grande influência no conhecimento acerca do caminho de Peabiru. É notório que, quanto maior for a faixa etária, mais conhecimento se tem acerca do tema e menos pessoas nunca ouviram falar do caminho, com leve variação entre “50 a 59” anos e “acima de 60”.

Nota-se, também, um expressivo crescimento da linha “sabem o que é” e uma expressiva queda da linha “nunca ouviram falar” entre as faixas etárias “20 a 29” e “30 a 39”. De forma a levantar hipóteses para essa observação, é possível que essa grande diferença tenha ocorrido por conta do avanço da globalização e da internet no que se refere ao modo como se consolidou a geração pertencente à faixa etária de “20 a 29”. Como coloca Miranda (2000, p. 79), “a globalização estimula e favorece a remoção dos nossos relacionamentos e de nossas referências de vida de contextos locais para contextos transnacionais”.

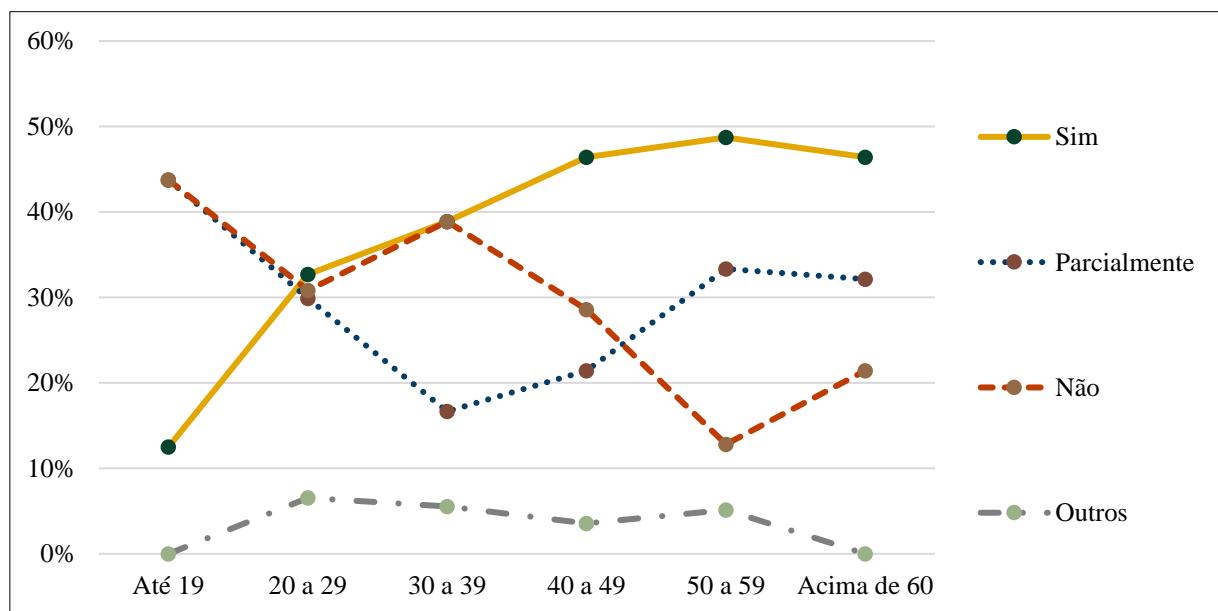
Como “literatura” foi a categoria mais significativa em relação ao conhecimento sobre o caminho, é possível que a falta de fontes digitais sobre a história da região e o desinteresse por fontes históricas físicas tenham causado esse abrupto afastamento da familiarização com o tema nessa faixa etária, já que nas demais essa alteração entre conhecer e não conhecer se dá de forma gradativa e sutil.

Conforme identificado através das respostas, os moradores com mais idade tiveram mais contato com o tema através da oralidade, da leitura de fontes históricas e do aprendizado na

escola. É possível, portanto, que com o avanço da urbanização, crescimento das cidades e processo de globalização ao longo dos anos, o foco de interesse por assuntos regionais tenha diminuído, e com isso, o caminho tenha se preservado na memória dos moradores antigos.

Da mesma forma que o conhecimento é maior quanto maior for a faixa etária da população, também é maior a sensação de pertencimento, como indica o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Pergunta: "você se sente representadx pela história do caminho?" por intervalo de idade dos respondentes da região do Polo Cuesta



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

No decorrer da pesquisa, alguns respondentes fizeram críticas e observações significativas para o entendimento do tema. Esses comentários, ainda que feitos por poucos ou um só respondente em alguns casos, valem ser apresentados.

Foi destacada a falta de exploração turística, falta de infraestrutura, e com menos ocorrências, falta de investimento e divulgação. Um fator mencionado, sobre a representação do caminho na região, foi a falta de evidências e registros físicos dele. Outro comentário relevante, este sobre sentir-se representado pelo caminho, foi a questão da falta de aprendizado sobre cultura indígena nas escolas, fator que poderia garantir, segundo esse respondente, a sobrevivência e representatividade do caminho especificamente.

Com base nos resultados gerados por esta pesquisa de conhecimento e nesta análise, e tendo em vista que 91,9% dos respondentes afirmam ter interesse em aprender mais sobre o caminho de Peabiru, considera-se que a região tenha potencial para trabalhar com o caminho de forma

mais aprofundada e com outros fins na região da Cuesta de Botucatu, visto que há conhecimento por parte da população — ainda que superficial — sobre esse elemento histórico.

Por fim, conclui-se que deve ser identificado um ponto de conexão entre a história do caminho na região com a memória indígena de povos que se sentem representados por esse patrimônio, a fim de que sejam diretamente envolvidos na condução dessas atividades. Espera-se que o turismo venha a ser usado como agente ativo na propagação do conhecimento e do reconhecimento da legitimidade indígena sobre o Peabiru, contribuindo para o aumento de interesse da população local e dos visitantes sobre seus aspectos identitários.

4 USO TURÍSTICO DO CAMINHO EM BOTUCATU

Este capítulo tem por objetivo descrever a oferta turística da região do município de Botucatu em relação ao caminho de Peabiru. Para isso, o capítulo foi dividido em três itens. O item 4.1 busca contextualizar a região da cuesta e do município por meio de um levantamento baseado em dados geológicos, demográficos e socioeconômicos; o item 4.2 traz um levantamento da oferta das agências de turismo receptivo, tendo em base entrevistas semiestruturadas com três operadores; e, por último, o item 4.3 traz uma descrição e análise do produto *Trekking Caminhos do Peabiru*, trilha que conecta a Pedra do Índio, em Botucatu, às Três Pedras, em Bofete.

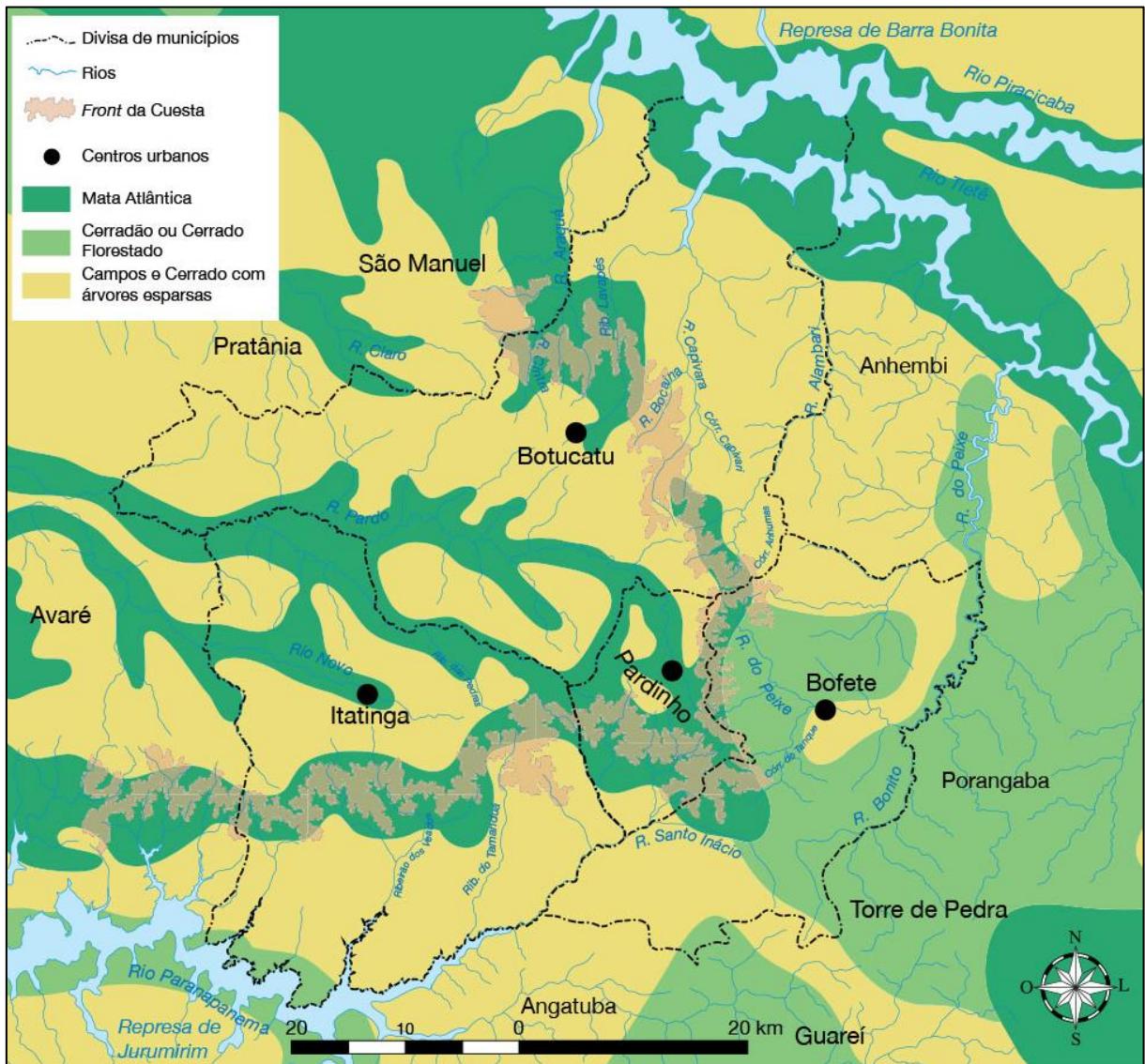
4.1 ALGUNS DADOS DA REGIÃO

O município de Botucatu está localizado na região centro-sul do Estado de São Paulo, fazendo divisa com os municípios de Anhembi, Avaré, Bofete, Dois Córregos, Itatinga, Pardinho, Pratânia, Santa Maria da Serra e São Manuel. Faz parte da região de governo de Botucatu e da região administrativa de Sorocaba. O município dista 235 quilômetros da capital paulista e apresenta altitudes que variam de 756 a 920 metros acima do nível do mar. A temperatura média anual é de 22°C e o clima subtropical úmido (BOTUCATU, c2021b).

A região de Botucatu faz parte da província geomorfológica das Cuestas Basálticas, na porção que se estende do rio Tietê ao rio Paranapanema. As cuestas basálticas são formações de planalto originadas de um processo de transformação do relevo ao longo de milhões de anos e apresentam altitudes que variam de 550 a 950 metros, o que confere à paisagem diferentes formas, como a encosta da cuesta (*front*) e os morros testemunhos — originados de um processo erosivo — que são morros, mesas, platôs e torres. Dentre os mais conhecidos na região, estão as Três Pedras, o Gigante Adormecido e o Morro do Peru (INSTITUTO ITAPOTY, 2012).

A cobertura vegetal da região é composta por Mata Atlântica e Cerrado, sendo o primeiro mais frequente nas áreas de encosta da cuesta, e o segundo na baixada serrana e no reverso da cuesta, como demonstrado no mapa da figura abaixo.

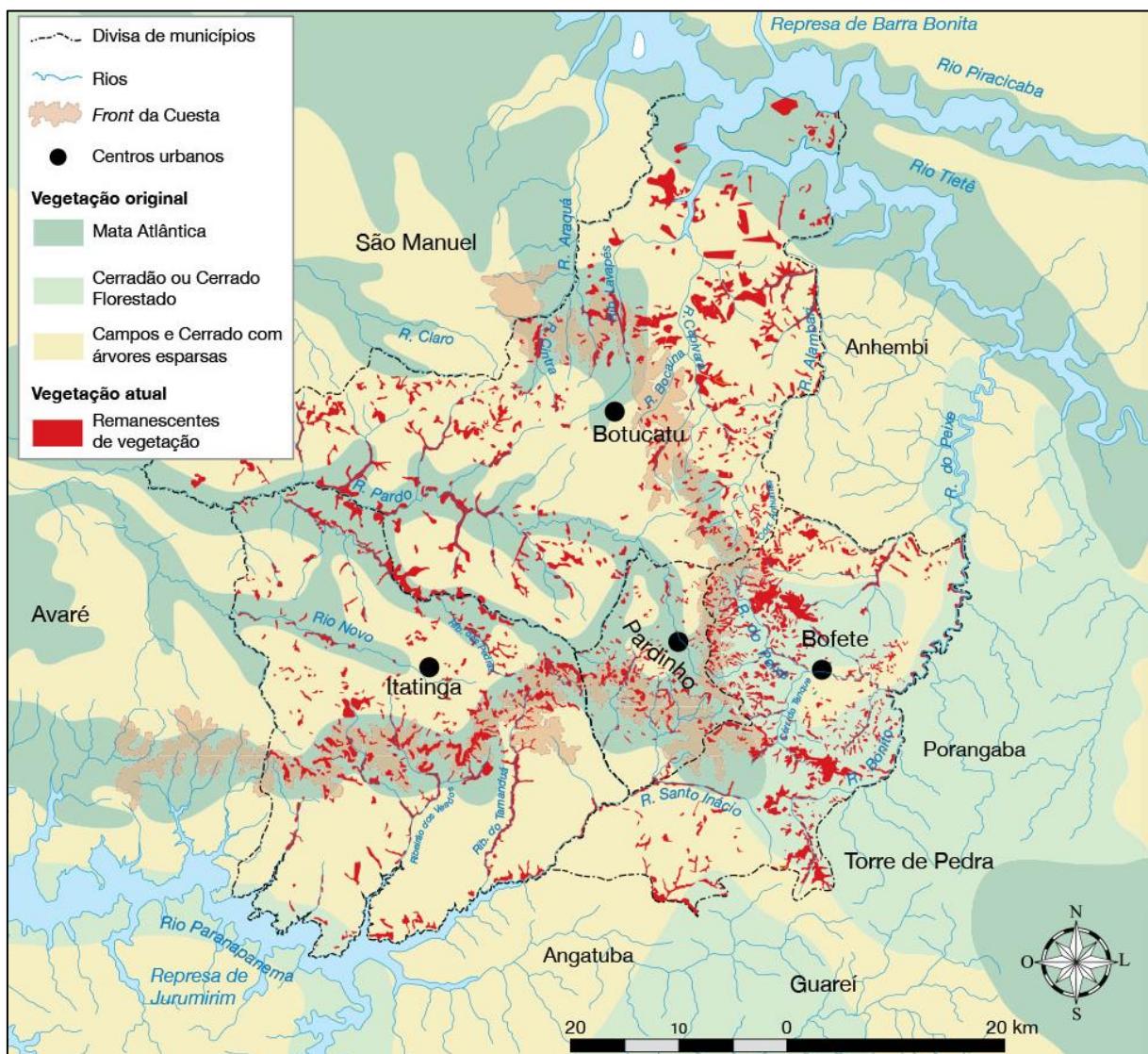
Figura 6 – Cobertura vegetal original da região de Botucatu



Fonte: Instituto Itapoty, 2012.

Segundo dados do Atlas Brasil de 2017, a cobertura vegetal nativa de Botucatu, Bofete, Pardinho e Itatinga, são, respectivamente, 22,54%, 28,66%, 18,28% e 23,72% (ATLAS BRASIL, s.d.). O mapa da Figura 7, disposto no *Atlas da Cuesta*, demonstra os remanescentes de vegetação da região em 2012.

Figura 7 – Remanescentes de vegetação na região de Botucatu



Fonte: Instituto Itapoty, 2012.

Segundo o IBGE (c2017), o município de Botucatu tem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito alto, de 0,800 (2010), e uma população estimada de 148.130 habitantes (2020).

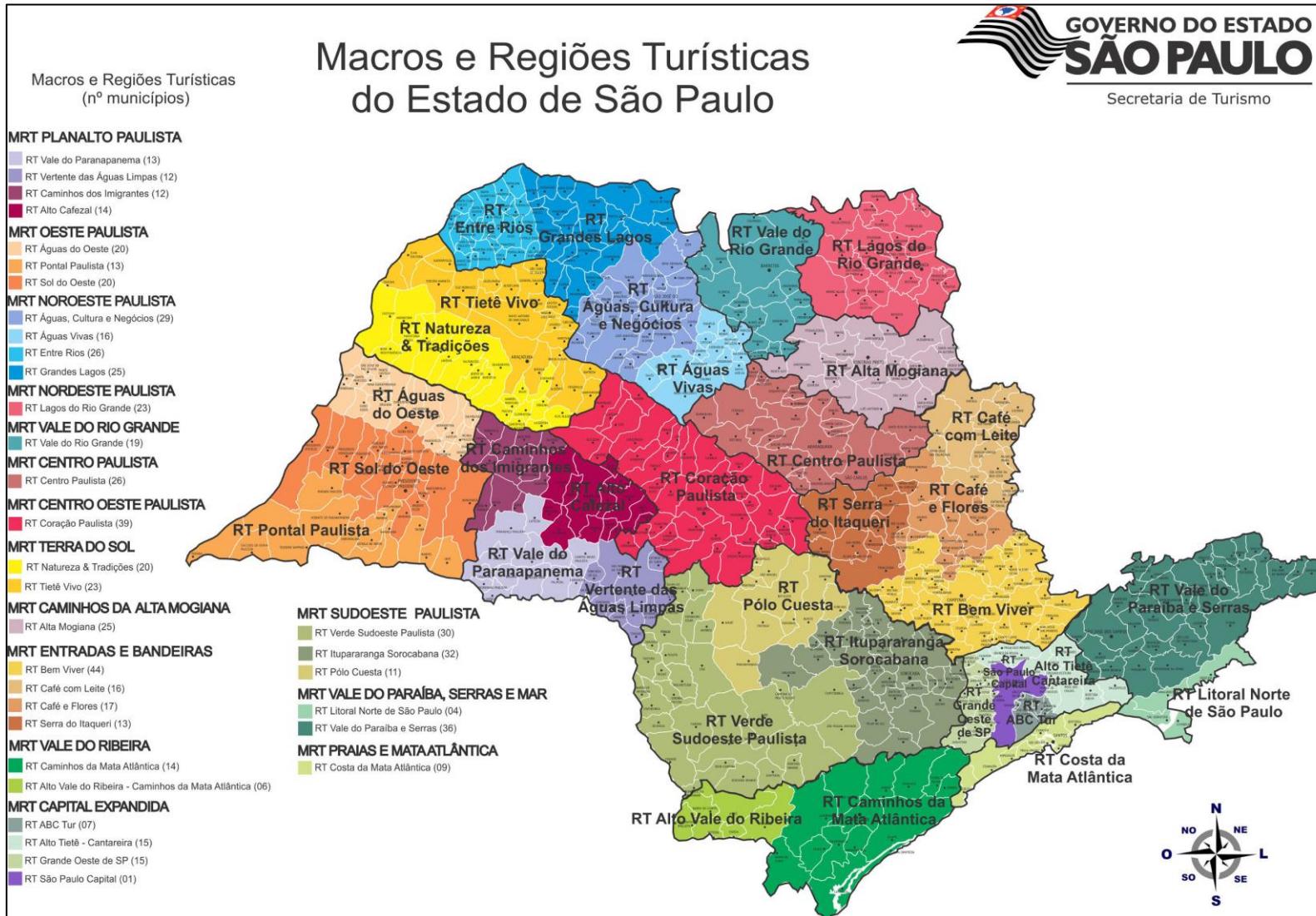
As atividades econômicas mais expressivas no município de Botucatu são: indústria, com destaque para Embraer, Caio, Irizar, Hidroplás, Duratex, Eucatex e Staroup; comércio, com aproximadamente 4.000 empresas entre comércio e prestação de serviços; e agropecuária, com destaque para a fruticultura e reflorestamento (POLO CUESTA, c2017b). Em Bofete, as principais atividades econômicas são a silvicultura, agropecuária (com destaque para o cultivo de laranja e integração de aves) e loteamentos para chácaras de veraneio (POLO CUESTA, c2017a). Em Pardinho, as atividades de destaque são o setor de serviços e a agropecuária, com

destaque para avicultura de corte, bovinocultura, milho, laranja, eucalipto, café e cana-de-açúcar (REDE-SANS, 2012).

De acordo com a classificação do estado de São Paulo em regiões turísticas, Botucatu se insere no Polo Cuesta, como mostra a Figura 8, e em relação à classificação dos municípios desse polo no *Mapa do Turismo: 2019-2021*²⁴, Botucatu está inserida na categoria B, assim como o município de Avaré. Já Bofete, Itatinga, Paranapanema, Pardinho e São Manuel estão inseridos na categoria D, e Pratânia, na categoria E (MINISTÉRIO DO TURISMO, c2021).

²⁴ Mostra a categorização de municípios de A e E. Essa categorização é um instrumento elaborado pelo MTur para identificar o desempenho da economia do setor de turismo nos municípios que constam no Mapa do Turismo. A consulta pode ser feita no site: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>.

Figura 8 – Regiões turísticas do estado de São Paulo



Fonte: Estado de São Paulo, 2016.

Quanto à formalização dos empreendimentos relacionados ao turismo no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo (Cadastur)²⁵, foram buscadas, no dia 7 de julho de 2021, as categorias: restaurante, cafeteria, bar e similares; agências de turismo; guias de turismo; e meios de hospedagem. O município de Botucatu conta com quatro restaurantes e similares, 29 agências de turismo, 14 guias de turismo e nenhum meio de hospedagem cadastrado; o município de Pardinho conta com dois restaurantes e o município de Bofete não conta com nenhum cadastro nessas categorias (MINISTÉRIO DO TURISMO, s.d.).

De acordo com o *Inventário Municipal de Turismo de Botucatu*, o turismo representa aproximadamente 2,5% da economia municipal, sendo que Botucatu recebe um total estimado de 190.000 turistas por ano e seu maior fluxo turístico está entre dezembro e fevereiro em razão do período de férias escolares, cerimônias acadêmicas, atividades turísticas de lazer e sol e praia; essas últimas dizem respeito aos ranchos à beira da represa do rio Tietê (BOTUCATU, 2018a).

No município, duas instituições oferecem cursos profissionalizantes de turismo, são elas:

- Senac Botucatu, com os cursos: técnico em turismo, capacitação profissional em turismo e pós-graduação EAD em turismo; e
- Senar São Paulo/Sindicato Rural Patronal de Botucatu, com os cursos turismo rural, turismo rural pedagógico e monitoria em turismo rural (BOTUCATU, 2018a).

Do total de turistas que visitam Botucatu, 48% gastam em média mais de 500 reais por viagem, 27% até 500 reais e 22% até 200 reais. 50% do total de turistas permanece de 1 a 3 dias no município, 29% de 1 a 2 e 13% apenas um dia. Em relação à motivação da viagem, 30% vêm por esporte, 25% a lazer e 20% com motivação cultural (BOTUCATU, 2018b).

Os maiores segmentos observados do município são o ecoturismo e o turismo de esportes; e os atrativos mais visitados são o centro histórico (32%) e o Rio Bonito (17%). A Pedra do Índio representa 3% das visitas, e estima-se que receba 7.300 turistas por ano (BOTUCATU, 2018b).

O Peabiru é mencionado no Plano Diretor de Turismo de Botucatu (2018b) em dois momentos: na caracterização da história do município, em “as mais antigas referências de ocupação da região e, especialmente à serra de Botucatu falam de Peabiru, caminho que ligava São Vicente a Assunção no Paraguai [...]” (BOTUCATU, 2018b, p.3); e na caracterização dos aspectos

²⁵ Cadastro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo. O cadastro e busca de prestadores de serviços turísticos podem ser feitos no link: <<https://cadastur.turismo.gov.br/>>.

históricos e culturais, em “[...] Peabiru, trilha lendária que ligava o litoral atlântico às terras peruanas. O povoamento teve início entre o Ribeirão Lavapés e a Praça Coronel Moura, onde se concentrava parte da tribo dos índios Caiouás” (BOTUCATU, 2018b, p.19).

4.2 PROTAGONISTAS DA ATIVIDADE TURÍSTICA

De modo a compreender como a atividade turística que tematiza o caminho de Peabiru ocorre na região, foram feitas entrevistas semiestruturadas com representantes de agências de turismo receptivo. Com essas entrevistas, buscou-se caracterizar a oferta, verificar se há protagonismo indígena, entender de que maneira o conhecimento acerca do Peabiru é passado para os visitantes e identificar as dificuldades encontradas na elaboração de roteiros.

Optou-se pelo método de entrevistas por pautas, apresentado por Gil (2008), que consiste em elaborar poucas perguntas diretas de modo a permitir que o entrevistado discorra livremente sobre essas pautas. Preserva-se, assim, a espontaneidade das informações passadas.

As perguntas preestabelecidas foram:

- Quantas agências e guias atuam na Cuesta de Botucatu?
- Que atividades vocês oferecem na cuesta?
- Abordam o caminho de Peabiru nos passeios? De que maneira?
- Que informações passam para os visitantes?
- Onde encontram referências sobre a história do Peabiru?
- Sabe se há vestígios físicos do Peabiru na região?
- Os visitantes e a comunidade local conhecem algo sobre o Peabiru?
- Quais as dificuldades e como a temática pode ser melhor abordada?

Ao todo, foram três entrevistados:

- Alexandre Rogério Vicentim, representante da Berakah Turismo, entrevistado no dia 5 de abril de 2021;
- Augusto César Tecchio, representante da Ecocuesta Turismo e Aventura, entrevistado no dia 11 de abril de 2021; e

- Cristiano Vieira Pinto, representante da Mundo Cuesta Ecoturismo e presidente do Conselho Municipal de Turismo de Botucatu (COMUTUR), entrevistado no dia 21 de maio de 2021.

Todos os entrevistados autorizaram o uso das informações concedidas durante as entrevistas para uso neste trabalho.

De modo a organizar as informações e facilitar a compreensão e comparação dos dados, optou-se, neste capítulo, por apresentar os resultados das entrevistas em quadros.

Quadro 2 – Pergunta: quantas agências e guias atuam na Cuesta de Botucatu?

Entrevistado	Resposta
Alexandre	São 4 empresas, Berakah, Ecocuesta, Mundo Cuesta e Elite da Cuesta. Os guias que fazem o caminho estão geralmente atrelados à Berakah ou à Ecocuesta.
Augusto	São 5 empresas (Ecocuesta, Mundo Cuesta, Berakah, Viva Turismo, Elite da Cuesta), e cadastrados no Cadastur há cerca de 40 guias na região. A maioria dos guias são autônomos.
Cristiano	São 8 agências e 48 guias.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Quadro 3 – Pergunta: que atividades vocês oferecem na cuesta?

Entrevistado	Resposta
Alexandre	Trilhas, rapel, acampamento e ensaios fotográficos. Os pacotes entre as agências são praticamente iguais na cuesta.
Augusto	Ecoturismo, esportes de aventura, rapel, <i>trekking</i> , acampamento, passeios de bicicleta e outros.
Cristiano	Ecoturismo, esportes de aventura, serviço de guia, roteiros estruturados, <i>trekking</i> , rapel e voo de paraglider (operado por terceiros).

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

A fim de ter conhecimento de quantas agências e guias de turismo atuam na prática e com maior notoriedade, julgou-se pertinente perguntar aos entrevistados quantos são, conforme indica o Quadro 2.

Conforme indicado no item 4.1, no Cadastur há 14 guias de turismo e 29 agências cadastradas em Botucatu, Bofete e Pardinho, que são os três municípios da região que abrangem a região de maior atividade turística relacionada ao Peabiru.

Já de acordo com o Quadro 3, percebe-se que as atividades trabalhadas pelas agências na região da cuesta estão voltadas ao ecoturismo e à prática de esportes de aventura. Durante as entrevistas, foi identificado que os produtos ofertados pelas agências e guias de turismo que operam na cuesta são iguais ou parecidos, e que o acampamento é atualmente uma das atividades que mais atraem visitantes.

Quadro 4 – Pergunta: abordam o caminho de Peabiru nos passeios? De que maneira?

Entrevistado	Resposta
Alexandre	Sim. Na trilha do Peabiru, passeio das Três Pedras, Pedra do Índio e Sítio Doces Grand'Amore. Falam um pouco do caminho nos locais mais próximos a esses pontos.
Augusto	Sim. Usam o caminho como forma de vender produtos turísticos envolvendo a história e lendas da região. Têm a trilha da Pedra do Índio para as Três Pedras que denominam “Caminhos do Peabiru”, sendo que algumas outras agências também trabalham com esse nome. Têm também uma trilha próxima às Três Pedras por onde passam rios e ravinas que denominam “Águas do Peabiru”.
Cristiano	Sim. Têm a trilha da Pedra do Índio para as Três Pedras que denominam “Caminhos do Peabiru” e algumas outras agências também trabalham com esse nome. Têm uma trilha próxima às Três Pedras por onde passam rios e ravinas que denominam “Águas do Peabiru”.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Conforme indica o quadro acima, todas as agências entrevistadas abordam o caminho de Peabiru em passeios relacionados à Cuesta de Botucatu, sobretudo nos passeios que envolvem as Três Pedras e a Pedra do Índio. Foi comentado pelos entrevistados que a trilha que conecta esses dois pontos recebeu o nome de Caminhos do Peabiru, e que outras agências e guias trabalham com o mesmo nome.

Quadro 5 – Pergunta: que informações passam para os visitantes?

Entrevistado	Resposta
Alexandre	Abordam a história e deixam claro a distinção de informações históricas e lendas.
Augusto	Fazem um descriptivo nas mídias sobre a história do Peabiru e seu percurso.
Cristiano	Priorizam passar informações históricas, dependendo do interesse do grupo. Contam as histórias das pedras, do caminho e das lendas de forma vaga.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Quadro 6 – Pergunta: onde encontram referências sobre a história do Peabiru?

Entrevistado	Resposta
Alexandre	Informações pegadas on-line e em agência que trabalhou anteriormente. Informações superficiais.
Augusto	Informações pegadas on-line (Google), pesquisas e estudos de Frei Fidelis.
Cristiano	Informações pegadas on-line (Google e blogs) e pesquisas de vários autores. Comenta que as histórias encontradas sobre a região são muito vagas e que usam as fontes disponíveis para montar os roteiros adaptados à realidade regional. Comentou sobre a contratação de uma dramaturga pela prefeitura para estruturar o modo como as lendas serão contadas.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

O Quadro 5 e o Quadro 6 apresentam os comentários dos entrevistados sobre a superficialidade das informações passadas e encontradas acerca da história do Peabiru. Durante as entrevistas, comentaram sobre a dificuldade de encontrar fontes fundamentadas em sério referencial teórico, e ressaltaram que alguns blogs retratam o tema de forma mística sem a presença de fontes.

Quadro 7 – Pergunta: sabe se há vestígios físicos do Peabiru na região?

Entrevistado	Resposta
Alexandre	Não conhece vestígios físicos do caminho. Trabalham de maneira simbólica e abstrata com as lendas e histórias (ressalta a questão dos tropeiros, dos jesuítas, casas de pedra na barriga do Gigante Adormecido e ruínas usadas por jesuítas).
Augusto	Afirma que não há relatos fidedignos de lugares por onde o caminho passou, mas sabe-se que envolve a região. Trabalham de maneira simbólica.
Cristiano	Não conhece vestígios físicos do caminho. Trabalham de maneira simbólica de acordo com os relatos do percurso que passava pela região da cuesta (do rio Tietê, contornava a cuesta, passava pelas Três Pedras e Gigante Deitado e ia até o rio Paranapanema). Comenta que ninguém faz ideia de onde possa ter vestígios.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

A falta de vestígios físicos do Peabiru, conforme apontam as respostas do quadro acima, não impede que a atividade turística aconteça com essa temática. As agências e guias trabalham de forma simbólica com esse patrimônio, trazendo para o imaginário do visitante que a região da Cuesta de Botucatu esteve imersa no contexto desse sistema de caminhos.

Quadro 8 – Pergunta: os visitantes e a comunidade local conhecem algo sobre o Peabiru?

Entrevistado	Resposta
Alexandre	Afirma que os turistas não conhecem e sempre perguntam o que é, e que algumas propriedades no entorno têm uma noção.
Augusto	Afirma que os turistas não conhecem mas perguntam e têm interesse em conhecer, mas a grande maioria não tem ideia do que seja. A população local da cuesta também não tem conhecimento. A população da cidade, por sua experiência, não tem interesse em buscar informações a respeito.
Cristiano	Afirma que quem é da região não tem bom conhecimento, apenas poucas pessoas com idade mais avançada. Disse que se uma pesquisa fosse feita, deveria ser já e <i>in loco</i> . Os visitantes não sabem sobre o Peabiru ou raramente ouviram falar.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

De acordo com as percepções dos entrevistados, apresentadas no quadro acima, há pouco ou nenhum conhecimento acerca do Peabiru por parte dos visitantes. Já a comunidade local da cuesta, apresenta algum conhecimento. Destaca-se a observação feita por Cristiano, de que a população mais antiga tem conhecimento e maior proximidade com o tema, e que pesquisas referentes a essa memória deveriam ser feitas o quanto antes, para que menos informações se percam com o passar do tempo.

Quadro 9 – Pergunta: quais as dificuldades e como a temática pode ser melhor abordada?

Entrevistado	Resposta
Alexandre	Falta um bom levantamento histórico para se ter dados mais concretos sobre por onde passou o caminho e como. Seria interessante trabalhar com roteiros mais específicos, por exemplo histórico. Alguns outros lugares (fora da região) têm marcas e calçamento, o que acaba sendo mais lúdico. Já aqui perguntam: “passou. Mas onde?” O local exato não existe mais. Se fosse possível, seria interessante fazer um levantamento dos locais por onde passou. Ter mais fontes históricas para elaborar algum pacote a fim de deixar mais lúdico e com teor histórico, para que além de trilha e caminhada, possa ser um passeio histórico. Seria possível, ainda, explorar outros públicos, sem fazer tudo a pé, ou incluir uma caminhada histórica.

Augusto	O caminho é usado para desenvolver os produtos. O seu trabalho pode ser usado até pelo poder público para uma divulgação e para desenvolver um produto baseado na história.
Cristiano	A ideia é aflorar as histórias com a contratação de uma dramaturga, para disseminar a informação e mostrar para a população que temos histórias muito interessantes. Hoje, com o turismo se desenvolvendo na região, a atenção das pessoas está mais voltada à cuesta, estão mais curiosas, não só o <i>trade</i> turístico que trabalha com isso, mas os próprios municípios estão explorando mais a região e, consequentemente, vem a curiosidade de saber o que foi o Peabiru. Compilar as informações junto às nossas pesquisas para passar um treinamento para os guias de turismo para que estejam todos alinhados no mesmo assunto. Envolver a Secretaria de Turismo e de Cultura, envolver os conselhos e disseminar essas informações. Divulgar, usar as identidades. Há necessidade de obter informações e criar identidades. Vamos colher informações em Bofete.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Em relação às dificuldades e possibilidades de exploração da temática, foram mencionadas no quadro acima a necessidade de realizar um levantamento histórico para desvendar os locais por onde o caminho de fato passou, a possibilidade de implementação de roteiros de turismo histórico, a necessidade de capacitar guias de turismo e de envolver o poder público para a divulgação, a importância de estabelecer uma identidade coletiva em Botucatu a partir do Peabiru e a necessidade de colher informações junto à população local detentora das memórias.

Entende-se que na região da Cuesta de Botucatu, a atividade turística relacionada ao caminho de Peabiru é feita de forma simbólica e abstrata, apresentando ao turista e visitante alguma contextualização histórica embasada em fontes encontradas por meio de plataformas de buscas on-line, de forma superficial.

De modo geral, as entrevistas resultaram em respostas consideravelmente parecidas entre os entrevistados. De acordo com eles, as agências e guias atribuíram o nome Caminhos do Peabiru à trilha que conecta a Pedra do Índio às Três Pedras. Essa trilha não obedece ao traçado original, inclusive os pontos exatos por onde passou são desconhecidos.

O fato de as agências trabalharem com o mesmo nome associa uma identidade ao produto e reforça sua presença na região, mas é importante questionar até que ponto esse nome ajuda a esclarecer o visitante sobre a história do Peabiru e sua relação com os povos indígenas da região, bem como os significados e valores que tem para esses povos.

Questiona-se, então, se a alusão ao Peabiru e à presença indígena regional relatadas pelos agentes coadunam com o que se propôs nos capítulos anteriores, pois mesmo que se mencione a história do Peabiru no contexto das visitas, não se recorre ao indígena, não se aprofunda a pesquisa e não se trabalha com especialistas no tema. Idealmente, o turismo que faça menção

ao indígena deve atentar-se a seus posicionamentos e interesses e, sobretudo, à sua interpretação e perspectiva sobre o bem cultural do qual se faz uso.

Foi pontuado nas entrevistas a necessidade de fazer pesquisas sobre a memória regional do Peabiru. Questiona-se, no entanto, o que o mercado do turismo, como agente da construção das narrativas sobre as histórias desse lugar, efetivamente faz para garantir interpretações fundamentadas nas referências indígenas. Os agentes de turismo são sujeitos e atores desse projeto na medida em que podem colaborar para recuperar certas memórias e abordá-las da melhor maneira possível.

Ainda que se trabalhe com a ludicidade a depender do perfil de público, o objetivo de um *trekking* que carrega o nome do Peabiru pode ser mais plural e colaborar como uma ação reparadora. Os agentes de turismo podem pensar em diferentes formas de abordagem durante a trilha para além do entretenimento, reconhecendo que os produtos turísticos sob a rubrica indígena carregam outras responsabilidades.

Como exemplo, Cury (2017, p. 87), quando afirma que “a temática indígena ainda está por ser valorizada e fortalecida no Brasil”, refere-se aos processos de descolonização e indigenização de museus como movimentos de transformações que objetivam desconstruir o pensamento colonialista responsável pela formação de estereótipos sobre as comunidades indígenas.

Essa lógica se aplica ao turismo no Peabiru. Da mesma forma que a autora considera novas formas de representações dos indígenas em museus para a descolonização desses espaços, novas formas de representações dos indígenas nas visitas guiadas em trechos do caminho de Peabiru poderiam ser enquadradas; e da mesma forma em que, na curadoria de museus, a autora aponta uma necessidade de requalificação de coleções, no turismo, as culturas indígenas representadas pelo Peabiru devem participarativamente nos processos de elaboração de roteiros.

O *Trekking Caminhos do Peabiru*, portanto, para além de uma visita guiada, pode ser um instrumento descolonizador, reposicionando o indígena como seu protagonista.

Além disso, as informações prestadas aos visitantes num circuito histórico-cultural não precisam estar circunscritas à história oficial. O turismo também pode ser um canal de acesso à cultura, história, identidade, lugares e pessoas ainda sem visibilidade. Questiona-se aqui, inclusive, em que medida o próprio agente do mercado tem consciência de que pode colaborar para invisibilizar os indígenas e suas referências culturais em lugar de iluminá-los, a depender

da abordagem que faz do tema. Cabe, neste parágrafo, lembrar o conceito de aniquilação simbólica trabalhado por Eichstedt e Small (2002), visto que a invisibilidade do indígena é tão acentuada, que nem se cogita recorrer a eles na concepção de produtos que levam sua identidade, como se de fato não existissem ou como se seus posicionamentos e interesses fossem indiferentes em um território onde não vivem atualmente.

Quando o mercado indica o que pensa ser importante para o futuro do turismo relacionado ao Peabiru, questiona-se em que medida ele colabora para a construção de sua identidade regional. O Gráfico 2 da análise das respostas ao questionário à população de Botucatu (item 3.1 deste trabalho) confirma a importância do papel dos guias de turismo como difusores do conhecimento acerca do Peabiru. Se as visitas à cuesta são tão importantes para transmitir esses conhecimentos, faz-se, então, necessário que os profissionais que atuam na área percebam sua responsabilidade como transmissores de informações e reconheçam a possibilidade de serem agentes capazes de iluminar esses povos que historicamente foram invisibilizados, valorizando suas culturas e seus conhecimentos. O privilégio da posição de um guia de turismo, que através de sua fala constrói imaginários ao transmitir o que está na literatura e na oralidade dos mais velhos e dos povos indígenas, exige responsabilidade sobre a interpretação de fatos e lugares que, no caso do Peabiru, se reveste de interesse público.

4.3 TREKKING CAMINHOS DO PEABIRU

Como levantado no item anterior (4.2), os agentes e guias denominam Caminhos do Peabiru o *trekking* que parte do deque do Ecoparque Pedra do Índio até as Três Pedras, e devido ao fato desse percurso ser operado por diversos guias e agências, decidiu-se ir a campo para caracterizá-lo. O objetivo central dessa visita técnica, portanto, foi de perceber e analisar as menções feitas aos povos indígenas.

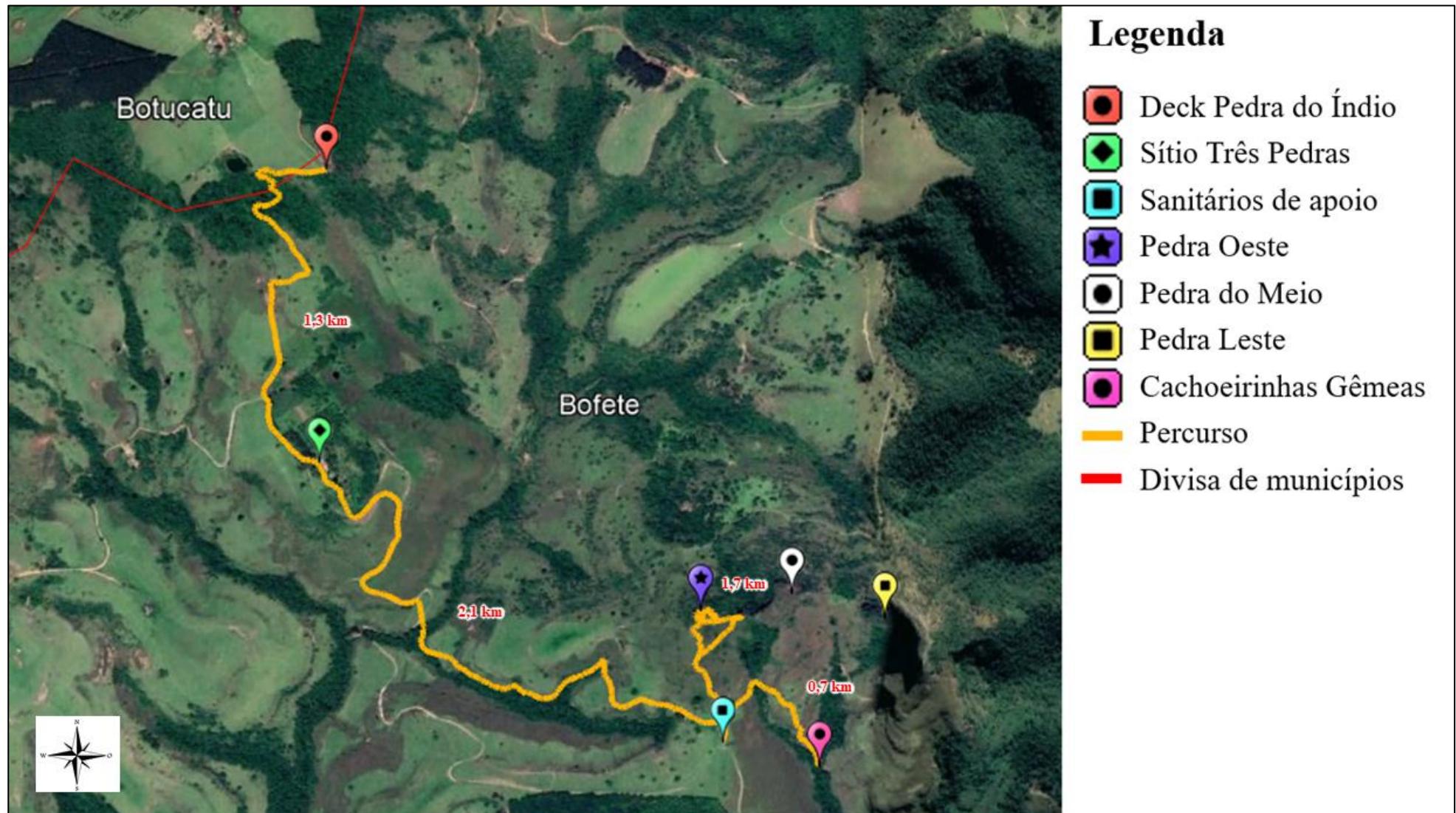
O *trekking* ocorreu no dia 12 de junho de 2021 e foi operado por Cristiano Vieira da agência Mundo Cuesta Ecoturismo. O grupo somava oito pessoas, além do guia e deste autor, e toda a atividade durou oito horas, das 8h20 às 16h20.

A descrição do produto *Trekking Caminhos do Peabiru* é a que segue:

O encontro do grupo com o guia de turismo foi realizado no Ecoparque Pedra do Índio depois que os participantes assistiram ao nascer do sol e tomaram café da manhã no Espaço Pedra do Índio Café & Food. O grupo iniciou o *trekking* às 8h20, saindo do deque do Ecoparque Pedra do Índio e logo adentrando o município de Bofete ao começar a descer a serra. O grupo caminhou até o Sítio Três Pedras, onde foi recebido pelos proprietários. No sítio, há sanitários e bancos para descanso. No mesmo espaço, o guia entrega os equipamentos de proteção para a escalaminhada, composto por cadeirinha, mosquetão e fita de ancoragem. O grupo continua a caminhada até a base das Três Pedras, onde encontra sanitários, bancos, balanços de corda, espaço para acampamento e torneiras com água mineral. Nesse local o grupo faz um breve descanso, veste os equipamentos de proteção e caminha em relevo inclinado em direção ao topo da Pedra Oeste. Nos pontos mais altos e estreitos da pedra, há cordas e cabos de aço para auxiliar a subida com equipamento. No topo, o guia de turismo tira fotos individuais e oferece um momento para contemplar a vista. Depois da descida e descanso nos bancos à base das Três Pedras, o grupo caminha rumo às Cachoeirinhas Gêmeas. Após a volta aos bancos e breve descanso, o grupo segue o mesmo percurso da base das Três Pedras até o deque da Pedra do Índio, com parada para descanso e devolução dos equipamentos no Sítio Três Pedras.

Uma das participantes demarcou a trilha através do aplicativo Strava, e disponibilizou os resultados no grupo de *Whatsapp* feito para compartilhamento de fotos. Nesse aplicativo, a distância total resultou em 10,52 quilômetros e o tempo de movimentação (entende-se o tempo total menos o tempo de descanso) em 5 horas e 8 minutos. A Figura 9 apresenta o mapa do percurso, indicando os pontos de interesse e as distâncias em quilômetros entre esses pontos. Já o Quadro 10 apresenta as informações técnicas da trilha, disponibilizadas pelo guia de turismo Cristiano Vieira.

Figura 9 – Mapa do *Trekking Caminhos do Peabiru na Cuesta de Botucatu*



Fonte: elaborado pelo autor através do aplicativo Google Earth; adaptado de Orlandi via Strava, 2021.

Quadro 10 – Ficha técnica do produto *Trekking Caminhos do Peabiru*

Percorso	13 quilômetros	Esforço	Moderado superior
Duração	De 5 a 6 horas	Exposição	Severa
Altitude inicial	900 metros	Orientação	Guia de turismo
Altitude mínima	609 metros	Insolação	Alta

Fonte: Mundo Cuesta, 2021; adaptado pelo autor, 2021.

O percurso é sinalizado com placas indicativas e interpretativas. Essas últimas traziam informações sobre a cuesta, presença de povos indígenas, fauna, crimes ambientais e cuidados a serem tomados em alguns pontos do percurso. No entanto, durante o passeio, não foram encontradas placas interpretativas que caracterizassem o caminho de Peabiru; apenas indicativas como na foto à esquerda da Figura 10. Todas as informações acerca do caminho são passadas oralmente pelos guias de turismo.

Segundo sinalizações interpretativas alocadas no deque (foto à direita da figura abaixo), o nome Pedra do Índio vem do formato de uma das encostas rochosas, semelhantes à face de um indígena. O local, segundo a propriedade, era usado como mirante dos povos indígenas que passavam por aquela região.

Figura 10 – Placas informativas no Ecoparque Pedra do Índio



Fonte: fotos tiradas pelo autor, 2021.

Na Figura 11, observam-se duas sinalizações que diretamente mencionam povos indígenas. À esquerda, uma placa explicativa que nomeia os povos que habitavam a região antes e durante sua ocupação colonial. À direita, uma placa maior indica o início da Trilha do Guariní, e duas menores representam a figura de um indígena e sua caracterização como “guerreiro”.

Figura 11 – Placas com menção a povos indígenas no Ecoparque Pedra do Índio



Fonte: fotos tiradas pelo autor, 2021.

Além do conteúdo das placas, observa-se que algumas delas trazem a representação de grafismos indígenas como decoração, como é o caso da placa à esquerda da figura acima e da placa à esquerda da figura abaixo.

Nessa mesma figura (Figura 12), o totem na foto do meio traz grafismos descontextualizados. Supõe-se, por uma questão de estruturação do produto, que tenham querido fazer alusão ao povo Inca por meio dessas representações, a quem alguns pesquisadores atribuem a abertura dos caminhos de Peabiru. No entanto, esses grafismos têm algumas características de povos originários do México, visto que a figura do topo se assemelha a *Tonatiuh*, deus sol asteca, ou a *Tlaltecuhtli*, deusa da terra. Essa figura está representada no centro da Pedra do Sol, popularmente conhecida como calendário asteca (BIDÓN-CHANAL; OCAMPO, 1981), conforme mostra a Figura 13. Outras representações foram identificadas, como desenhos de rostos indígenas, como mostra a placa da foto à direita na figura abaixo.

Figura 12 – Placas que contêm grafismos e representações indígenas no Ecoparque Pedra do Índio



Fonte: Fonte: fotos tiradas pelo autor, 2021.

Figura 13 – Pedra do Sol asteca

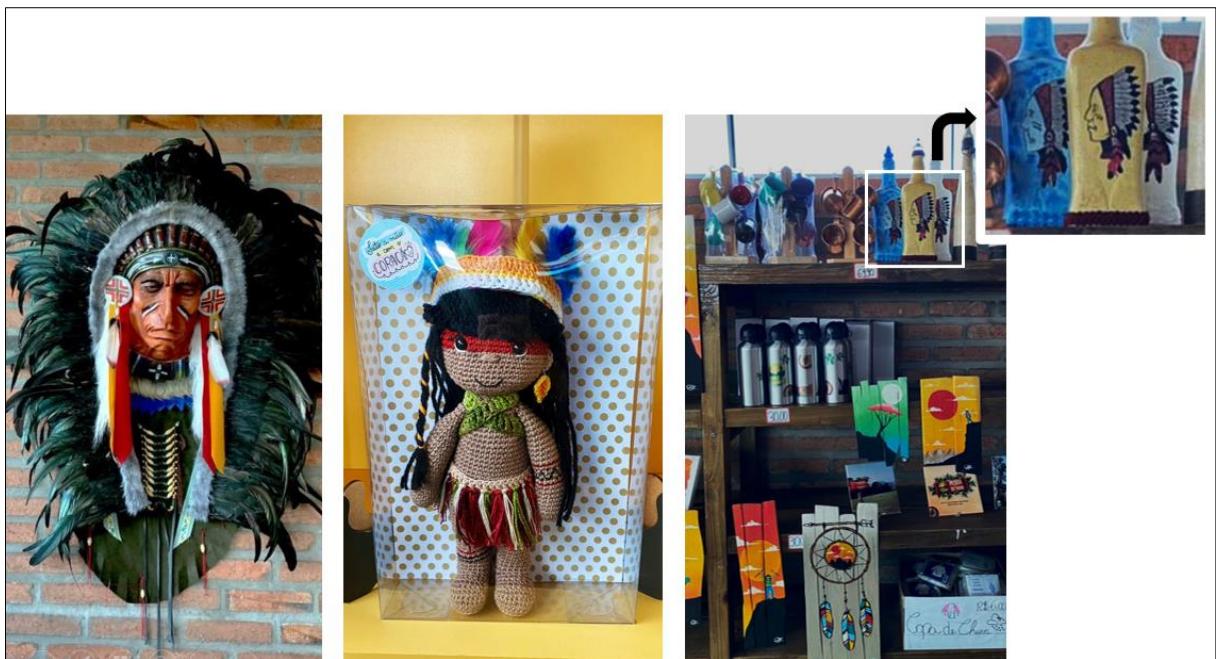


Fonte: Bidón-Chanal e Ocampo, 1981.

O Ecoparque Pedra do Índio tem um restaurante que oferece café da manhã, salgados, porções, sanduíches, cafés, acompanhamentos, cervejas e sucos; uma loja, intitulada Empório Ibytu-Katú²⁶ que vende doces caseiros, produtos regionais, suvenires e artesanatos com temática indígena; além de estacionamento, trilhas, e um deque para contemplação da paisagem da cuesta.

A Figura 14 mostra alguns produtos do empório. À esquerda, enfeite de parede que figura um homem indígena aparentemente norte-americano; no meio, uma boneca indígena; e à direita, detalhe para as garrafas em que foram pintados rostos de indígenas norte-americanos; essa constatação se confirma pela presença dos cocares de penas de águia, referência identitária dos povos das Grandes Planícies (BRUCHAC, 2016).

Figura 14 – Produtos do Empório Ibytu-Katú com representações indígenas



Fonte: fotos tiradas pelo autor, 2021.

Os sanitários masculino e feminino, na figura abaixo, são identificados, respectivamente, como “índio” e “índia”.

²⁶ Ibytu-Katú é uma das formas não aportuguesadas de Botucatu.

Figura 15 – Sanitários masculino e feminino no Espaço Pedra do Índio Café & Food



Fonte: fotos tiradas pelo autor, 2021.

As opções de salgados fritos, porções e lanches do Espaço Pedra do Índio Café & Food têm nomes indígenas. O restaurante usa como base para a maioria de seus salgados a mandioca, e justifica no rodapé do cardápio que esse é um produto nativo da cultura indígena, como mostra o anverso do cardápio, na figura abaixo.

Figura 16 – Anverso do cardápio do Espaço Pedra do Índio Café & Food

Cardápio

Café da manhã calpira do sítio (coma a vontade) **25,00 a 18,00** criança (6 a 10 anos)
Sábados, domingos e feriados das 07:00 as 11:00h

Salgados Fritos

PAJÉ massa de mandioca chapeada recheada com carne seca ou frango	15,00	XAMÃ bolinho de mandioca com linguiça caseira	5,00
CACIQUE bolinho de mandioca com carne de porco calpira	5,00	TIBIRICÁ Pastel de queijo minas padrão	6,00
YARA coxinha de batata doce com frango	5,00	HETEREÍ Salgado assado com massa de mandioca recheado com alho poró, queijo e requeijão	6,00
TUPÃ bolinho de abóbora com carne seca	5,00	TAMANDARÉ Salgado assado com massa de mandioca recheado com carne bovina desfiada, cheddar e brócolis	6,00

Porções

MANÍ mandioca cremosa frita	INTEIRA 19,00	MEIA 13,00	IBIRI batata crinkle frita	INTEIRA 22,00	MEIA 15,00
KAIABÍ batata palito frita	INTEIRA 19,00	MEIA 13,00	ABATI polenta palito frita	INTEIRA 19,00	MEIA 13,00

Porção inteira 1kg / meia porção 500gr | Todas as porções acompanham 2 tipos de molho.
Molho adicional R\$2,00.

Sanduíches naturais

IBERÊ Pão preto, peito de peru, tomate seco, rúcula e minas padrão	8,00	IRACEMA Pão de forma, frango desfiado, alface, cenoura e tomate	8,00
PIRAJÁ Pão sírio, atum, repolho, cenoura e molho especial	8,00		

Cafeteria
Bebidas

CAFÉ COADO NA HORA	6,00	CAPPUCCINO	7,00
EXPRESSO	3,00	CHOCOLATE EUROPEU	7,00
PINGADO EXPRESSO	5,00	CHAI INDIANO	7,00

NOSSA MATERIA PRIMA BASE PARA MAIORIA DOS NOSSOS SALGADOS É A MANDIOCA
PRODUTO NATIVO DA CULTURA INDÍGENA

Fonte: foto tirada pelo autor, 2021.

A Figura 17, disponibilizada pelo guia de turismo Cristiano Vieira, serve como registro da visita técnica efetuada nesse dia. Todos os participantes autorizaram o uso de imagem.

Figura 17 – Participantes do *Trekking Caminhos do Peabiru* no deque da Pedra do Índio



Fonte: Pinto, 2021.

É notório o crescimento do Ecoparque Pedra do Índio como equipamento turístico. Percebe-se que houve forte investimento em espaços, segurança e pessoal capacitado. Durante a visita, houve boa recepção e os protocolos sanitários de enfrentamento à Covid-19 foram seguidos. O Sítio Três Pedras, embora não tenha restaurante e loja, tem recepção, sinalização, sanitários e chuveiro na área de acampamento, bem como a frequente presença dos proprietários na base das Três Pedras para controlar a limpeza do espaço de apoio e a segurança das atividades.

No Sítio Três Pedras não são feitas menções aos povos indígenas. Por sua vez, no Ecoparque Pedra do Índio, há menções simbólicas em pinturas, nomes de trilhas, nomes de produtos do restaurante e produtos do empório. Nota-se, que apesar de mencionar a presença anterior dos povos Guarani, Oti-Xavante e Kaingang, e denominar uma trilha como Trilha do Guariní, generaliza-se a figura do indígena, notável principalmente pela presença de pinturas e decorações de indígenas norte-americanos, povos que estão fora do contexto regional. Além

disso, a simples menção aos povos que viveram na região não é suficiente para entender quem eram, como viveram, seus valores, conhecimentos, para onde foram e qual sua condição atual.

A exemplo das sinalizações interpretativas sobre a origem do nome Pedra do Índio, na Figura 10, questiona-se a trivialidade do uso da imagem do indígena nesse contexto. Optou-se nessa placa por caracterizar a forma da rocha, enquanto há, de fato, uma leitura da presença histórica do indígena sobre essas formações rochosas e sobre a cuesta em geral atrelada ao caminho de Peabiru.

Os termos “índio” e “índia”, usados para designar os sanitários masculino e feminino do estabelecimento, não são aceitos pelos povos indígenas. Embora semelhantes os radicais, as palavras têm origens diferentes. A palavra “índio” é referente a povos originários da Índia, tendo os indígenas recebido essa conotação por conta da crença dos colonizadores de que navegando à oeste, chegariam às Índias. A palavra “indígena”, no entanto, provém do latim *indigena*, significando “aquele que é natural do lugar em que vive”. D’Angelis (2017), contudo, afirma que até mesmo a palavra indígena acaba sendo tão genérica como índio, pois não expressa a diversidade dos povos indígenas e suas particularidades.

Em algumas placas, nota-se a presença de grafismos indígenas como forma de referenciar esses povos de alguma forma. Na entrevista feita com as gestoras do Museu Worikg Kaingang (item 2.1.2), foi demonstrado pelas entrevistadas o repúdio pelo uso de grafismos por pessoas que não fazem parte desse contexto cultural e por sua representação em placas e *outdoors*, visto que apresentam uma conotação sagrada e um sentido específico para cada povo, não devendo ser propagados de forma indiscriminada, sem fundamento e desconectados de seus sentidos originais.

O excesso de imagens e menções aos povos indígenas de forma tão generalizada e estereotipada, descaracteriza a especificidade dos povos que viveram nessa região. E, ainda, as imagens, produtos e nomes de salgados em línguas do tronco tupi-guarani não oferecem entendimento algum das culturas e dos saberes indígenas, sendo meramente ilustrativas. Figura, assim, como um “fetiche”. Nesse sentido, questiona-se: o que dá autoridade para alguém falar pelo outro? O que dá autoridade para o não indígena falar pelo indígena? Essa leitura exógena ocorre tanto nos produtos do empório, quanto no roteiro, nas placas e nas pinturas.

A fim de complementar esse argumento, a boneca indígena vendida no empório (Figura 14), por exemplo, pode ser por um lado um elemento de pluralização de linguagens e de diversidade

para as crianças, mas por outro, pode ser a representação de alguém cuja essência seja desconhecida até mesmo para quem a fez, sendo que esse alguém — indígena — vive e pode ser consultado e envolvido no processo de elaboração de artesanatos para venda nesse espaço. We'e'ena Tikuna, artista plástica indígena que confecciona bonecas com características do povo Ticuna, afirma: “as minhas bonecas indígenas contam a história dos povos indígenas **por nós mesmos**, pois nós, os indígenas, somos **os próprios protagonistas** da nossa história” (WE'E'ENA TIKUNA, 2021, grifo nosso).

Os artesanatos vendidos no empório, poderiam, como sugestão, ser feitos pelos próprios indígenas, com matéria-prima de seu convívio. Dessa forma, além do lucro que seria revertido para essas comunidades, elas poderiam melhor qualificar a manifestação de sua cultura nesses produtos.

Tais observações envolvem particularmente a responsabilização do profissional de turismo. Por que esses equívocos e usos superficiais das referências indígenas nunca foram discutidos? Por que nunca se corrigiu os símbolos indígenas de outras localidades estampados nas sinalizações, visto que grupos de visitantes guiados passam por ali rotineiramente? Por que não se questiona essa falta de contexto e identidade étnica?

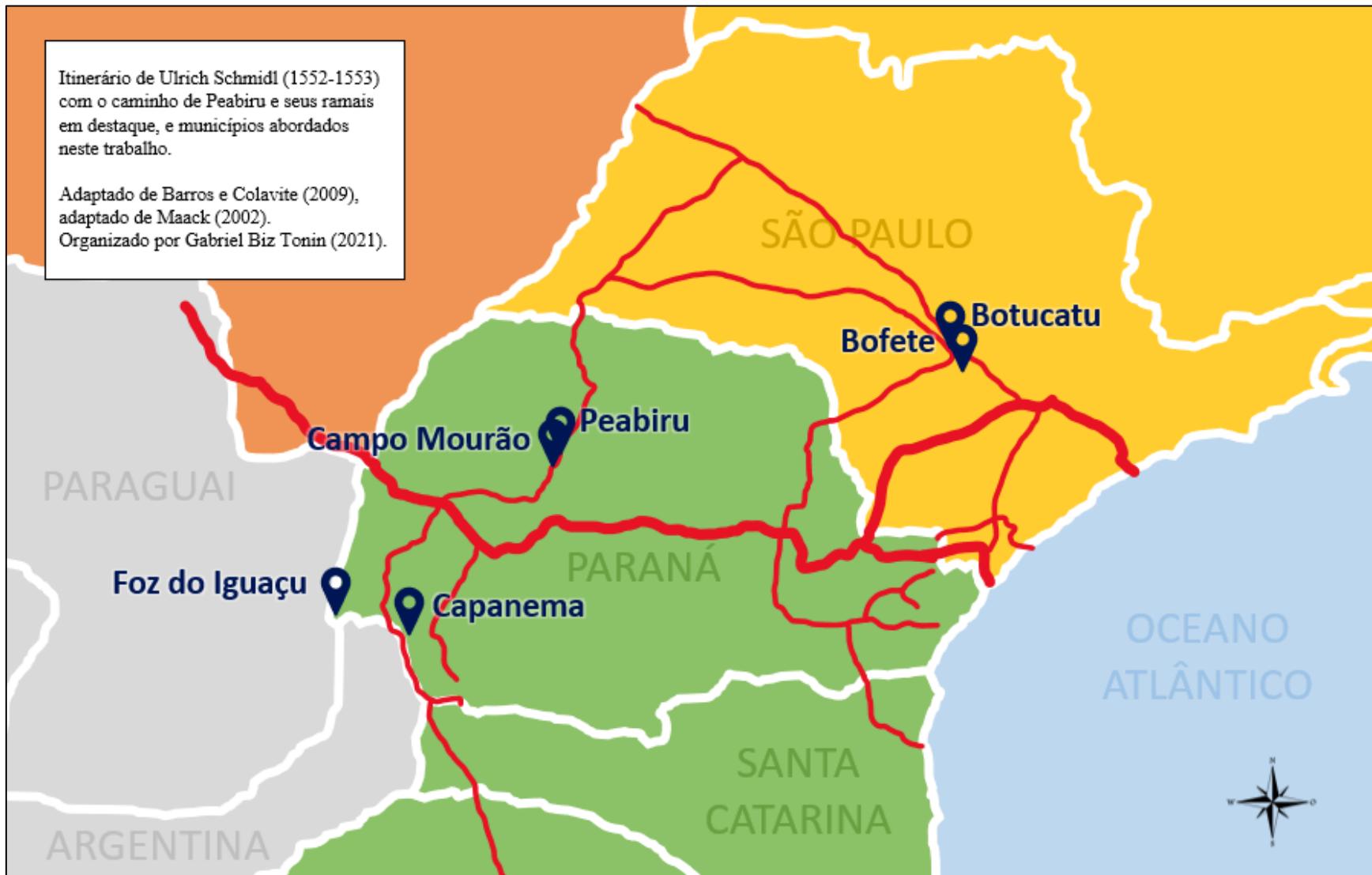
5 CASOS DE TURISTIFICAÇÃO DO CAMINHO

Como previamente mencionado no capítulo 1, o Peabiru é um caminho transcontinental de cerca de três mil quilômetros de extensão, e por isso, sua história é retratada em diversas localidades pelo continente sul-americano por onde passava.

Este capítulo tem como finalidade apresentar alguns casos de municípios em que o turismo relacionado ao caminho de Peabiru se faz presente, de modo a entender como a atividade ocorre, se há protagonismo indígena e se as propostas de turismo dessas localidades conversam com as necessidades de Botucatu.

Na figura abaixo, foi feita uma adaptação dos mapas de Barros e Colavite (2009) que representam o traçado do caminho de Peabiru segundo o itinerário de Ulrich Schmidl (Figura 2), e foram incluídos os nomes dos municípios abordados neste capítulo. Consegue-se perceber, desse modo, que esses municípios estão conectados pelo Peabiru, que simbolicamente, convida essas localidades a trabalharem conjuntamente em prol da preservação da sua memória.

Figura 18 – Mapa dos municípios abordados neste trabalho



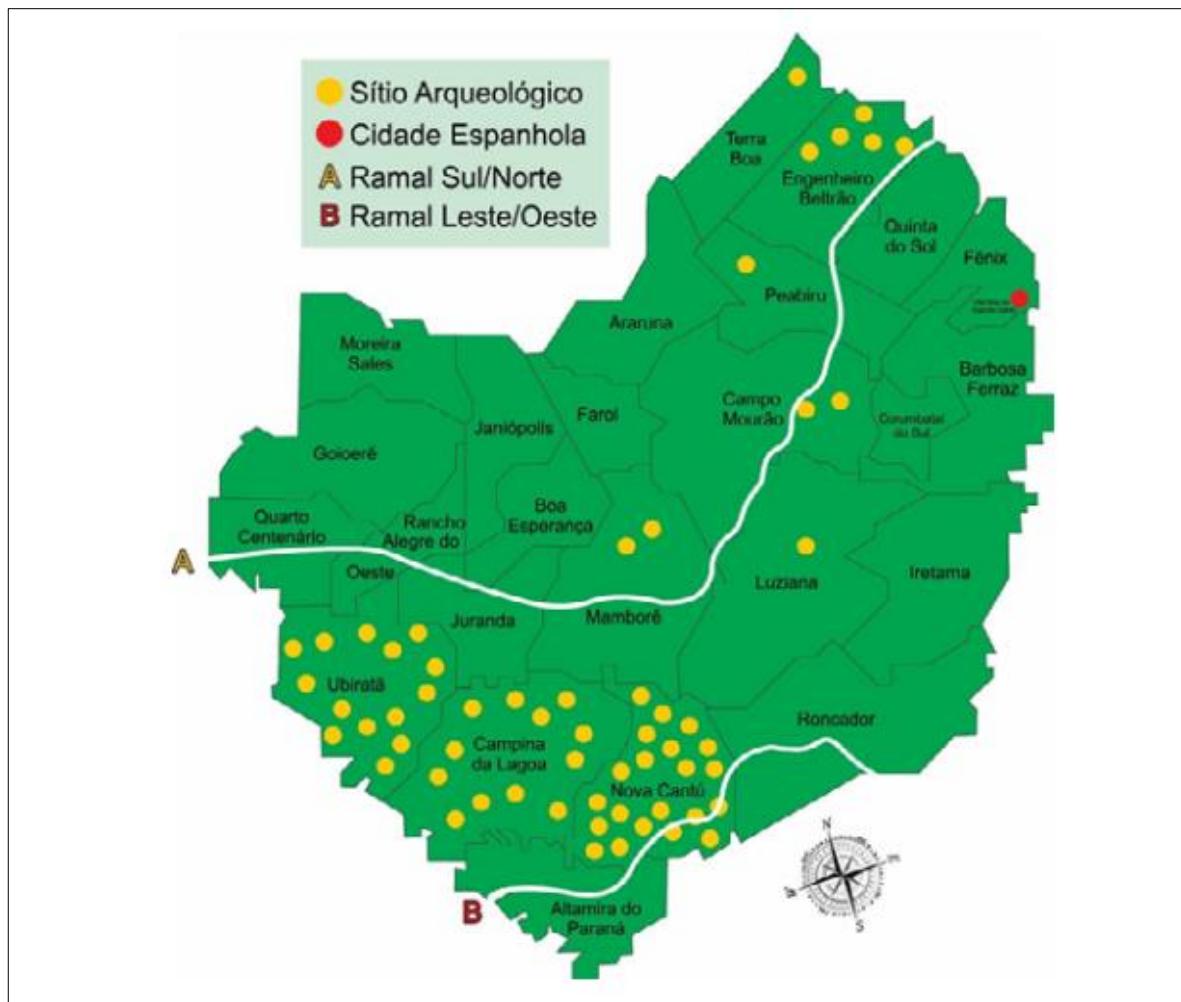
Fonte: Adaptado de Barros e Colavite, 2009 (adaptado de Maack, 2002). Organizado pelo autor, 2021.

5.1 TRECHO PEABIRU–CAMPO MOURÃO

Município de destaque no turismo que envolve a temática explorada por este trabalho, Peabiru leva o nome do caminho e está inserido na Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM), no Paraná, que segundo Azuma, Franciscon e Marques (2017, p. 113-114),

é imensamente rica em se tratando de vestígios arqueológicos, havendo indícios do Peabiru em Pitanga, Campinas da Lagoa, Peabiru, Campo Mourão, entre outros. Há também sítios arqueológicos, objetos líticos, e cemitérios indígenas na região. Todo esse patrimônio pode e está ligado a passagem do Peabiru pela região. Atualmente, Campo Mourão possui o maior entroncamento viário da região Sul do país, outra característica que possa talvez ser atribuída à rede de Caminhos indígenas que nela passava.

Figura 19 – Mapa da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná com trechos do Peabiru



Fonte: Rocha, 2017.

Em um primeiro momento, quando foram iniciadas as pesquisas e pensadas possíveis alternativas para fomentar a atividade turística no trecho de Campo Mourão, no Paraná, como a instauração de uma rota de peregrinação parecida com a de Santiago de Compostela entre a França e a Espanha, os idealizadores se depararam com questões legais em função do retorno dos Guarani à região, e por conta da forma como pretendiam trabalhar com o caminho, tiveram que pensar em alternativas para desenvolver o turismo regional de forma que o Peabiru fosse um atrativo turístico no cenário dos segmentos de turismo rural, aventura, ecológico ou histórico-cultural (ROCHA, 2015).

A professora Sinclair, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Caminho de Peabiru na Região de Campo Mourão-PR (NECAPECAM), grupo que realiza trabalhos de resgate histórico do Peabiru, comentou que ao desenvolver alguma atividade no caminho, compromete-se com toda uma cultura, com a responsabilidade de agir de forma diferente àquela dos primeiros não indígenas que o conheceram. Segundo a autora, foi começado um trabalho com o foco único de resgatar a história da região, sendo que Campo Mourão tem uma estreita relação com o Paraguai e o norte da Argentina. Ressaltou também que não se pode pôr de parte a presença paulista, que também figura a história do Peabiru. O NECAPECAM acredita que o Peabiru possui um passado ainda presente, que permite a compreensão do multiculturalismo étnico na construção de uma sociedade melhor (RIBEIRO, 2006; CASEMIRO, 2010a apud AZUMA; FRANCISCON; MARQUES, 2017).

Em comparação com a região de Botucatu, na COMCAM, o trecho do caminho de Peabiru transcende seus aspectos de memória. Sua presença — física e simbólica — não é marcada apenas pelo seu uso turístico. A região tem foco em pesquisa, diálogo com comunidades indígenas e elaboração de projetos de desenvolvimento. Sinclair (apud RIBEIRO, 2006, p. 131-132), reconhecendo a importância do Peabiru para o indígena, afirma que

a herança que nós temos é dessa rica nação Guarani, da terra sem mal. Eles utilizaram o caminho em busca da terra sem mal. [...] E foi pelo Caminho do Peabiru que eles viram morrer todo seu clã, toda sua descendência. [...] A nação Guarani [...] deixa pelo Caminho do Peabiru essa vontade de a gente se integrar, de se unir num caminho, numa terra onde não existam as maldades, um mundo onde a gente possa viver harmonicamente, solidariamente.

O caminho de Peabiru mostra-se como um elemento prioritário nas ações de turismo do Município de Peabiru. A lei nº 1413/2021 de 19 de maio de 2021, que cria o Conselho Municipal de Políticas de Turismo de Peabiru, coloca no inciso IV do artigo 5º das funções do

conselho, a “elaboração de projetos e programas específicos voltados ao turismo e ao lazer com ênfase ao potencial histórico, cultural, turístico pertinente aos Caminhos de Peabiru” (PEABIRU, 2021, p. 2).

No dia 6 de junho de 2021, foi realizada uma entrevista com Arléto Pereira Rocha, geógrafo, historiador e criador da trilha Caminhos de Peabiru no município de Peabiru. As principais pautas levantadas durante a entrevista estão indicadas no Quadro 11, separadas por temas de conversa, de forma a organizar os comentários para melhor compreensão do leitor. A transcrição dessa entrevista está disponível no Apêndice E. O entrevistado autorizou o uso das informações concedidas durante a entrevista para uso neste trabalho.

Quadro 11 – Resultados da entrevista com Arléto Pereira Rocha

Tema de conversa	Comentários
Benefícios do turismo para o município de Peabiru-PR	O turismo como forma de trazer emprego e renda para o município deu resultado, gira a economia da cidade. Entre 2017 e 2020, quase 20 mil turistas foram para Peabiru.
Projetos de turismo em Peabiru-PR relacionados ao caminho de Peabiru	Projeto “Caminhos de Peabiru, História, Cultura e Turismo”, grupo “Família Caminhos de Peabiru”, Museu Caminhos de Peabiru, Associação Caminhos de Peabiru, Poema no Prato, trilhas em outros municípios, proposta de ajuste histórico (mudança de nome da Av. Raposo Tavares).
Investimentos no <i>trade</i> turístico	Querem fazer parcerias público-privado para atrair investimentos.
Vestígios físicos do caminho de Peabiru	Pesquisas, achados arqueológicos, artefatos líticos, marcas da presença indígena. Uma parte da trilha é simbólica, outra é de fato o caminho, segundo levantamentos. Foi mudada de lugar para não deixar os achados expostos. A trilha tem 10 km.
Algumas metas do turismo no caminho de Peabiru	Criar um sentimento de pertencimento com os moradores, trazer à tona questões nunca abordadas.
Problemas para a comunidade indígena da região	O governo tirou a escola rural de dentro da aldeia. 40 hidrelétricas foram aprovadas no PR, uma vai inundar parte da aldeia. Ofereceram dinheiro mas não quiseram sair. As vozes deles são pouco ouvidas. Em Peabiru houve um apagamento da cultura indígena.
Comunicação com a comunidade Guarani	Conversaram bastante com indígenas Guarani da região. Num primeiro momento o turismo para eles não era bom, no segundo já se tornou uma saída, foi uma questão de sobrevivência. “A relação do indígena com a terra é diferente da nossa, não é de capital, é de vivência”.
Operação do caminho e protagonismo Guarani	Entraria como agente de viagens e para oferecer a estrutura, mas os indígenas que tomariam conta do negócio. Procuraram-no pois perceberam que o trabalho respeita sua cultura. Os indígenas têm colaboração em algumas informações que são passadas na trilha, outras são pegadas em historiografia e outras do senso de amor à natureza.
Benefícios à comunidade Guarani	Por conta do turismo, trabalharam a questão do respeito, visibilidade e integração indígena. Começou-se a ter um respeito maior pela cultura e pela pessoa do indígena na região. Não há benefícios econômicos.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Durante a entrevista, Arléto comentou sobre diversos projetos relacionados ao caminho de Peabiru e sobre os benefícios que o turismo trouxe ao município. Disse que num primeiro

momento, poucas pessoas aderiram à trilha, mas que após alguns anos, passou a receber centenas de visitantes e movimentar a economia da cidade.

No entanto, devido ao comportamento dos visitantes nas trilhas, foram advertidos pelos indígenas Guarani do município, que disseram que eles estavam profanando os caminhos de Peabiru, e segundo Arléto, fizeram a seguinte comparação: “pense bem, vocês gostariam que nós indígenas fôssemos no meio da missa de vocês e começássemos a beber cerveja, ouvir música e dançar? É o que vocês estão fazendo nos caminhos de Peabiru” (informação verbal)²⁷. A citação original de Arléto sobre a fala do indígena Juarez se encontra no item 2.1.1.

Conforme comentou o entrevistado, a Associação Indígena Arandu Aty (ARA) da *tekoha* (aldeia) Verá Tupã'i em Campo Mourão, mantinha um certo distanciamento em relação ao turismo. No entanto, devido a ameaças que sofrem no município, e que se acentuaram com a atual gestão federal, procuraram-no para implementar o turismo no Peabiru como uma forma de “sobrevivência”, como coloca. O entrevistado disse que os indígenas que tomariam conta desse negócio, e que eles (entende-se não indígenas) operariam na estrutura, agenciamento e suporte.

Além das questões que tangem o turismo, o entrevistado comentou sobre outras propostas de intervenção relacionadas à memória indígena, como a proposição de alterar o nome da principal avenida da cidade — a Avenida Raposo Tavares — que homenageia um dos maiores genocidas indígenas no processo de expansão territorial do Brasil. Segundo ele, a intenção era de trazer à tona a discussão sobre esse tipo de assunto, tendo alcançado seu objetivo.

Arléto comentou que nunca se obteve lucro com os caminhos de Peabiru por parte sua, da prefeitura, ou da equipe de apoio Família Caminhos de Peabiru, visto que não são cobradas inscrições nas ações de visitação. Pede-se alimentos, água de coco e brinquedos. A única renda, indiretamente proporcionada, é por meio da movimentação da economia local.

A comunidade Guarani de Campo Mourão, portanto, não recebe benefícios econômicos com o turismo no caminho de Peabiru. O entrevistado disse que foi iniciada uma conversa com o intuito de realizar visitações à aldeia. A iniciativa, contudo, foi suspensa por conta da pandemia de Covid-19. Outra questão pontuada por Arléto foi de que os Guarani não usam seus artesanatos como fonte de renda, por atribuir-lhes sentidos espirituais.

²⁷ Entrevista concedida por ROCHA, A. P. **Entrevista VI.** [6 de jun. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

O benefício à comunidade Guarani de Campo Mourão, segundo o entrevistado, foi de conseguir, por meio dessas iniciativas, elevar o indígena a um patamar de igualdade, sendo capaz de inseri-los no protagonismo desse tipo de turismo. E afirmou que, em uma futura parceria público-privada, será repassada uma porcentagem do lucro à ARA.

Como conquista, então, disse que o município tem visto um crescimento do respeito pela cultura e pela pessoa do indígena, e assim, estão sendo capazes de mudar aos poucos o cenário de apagamento histórico em que viviam.

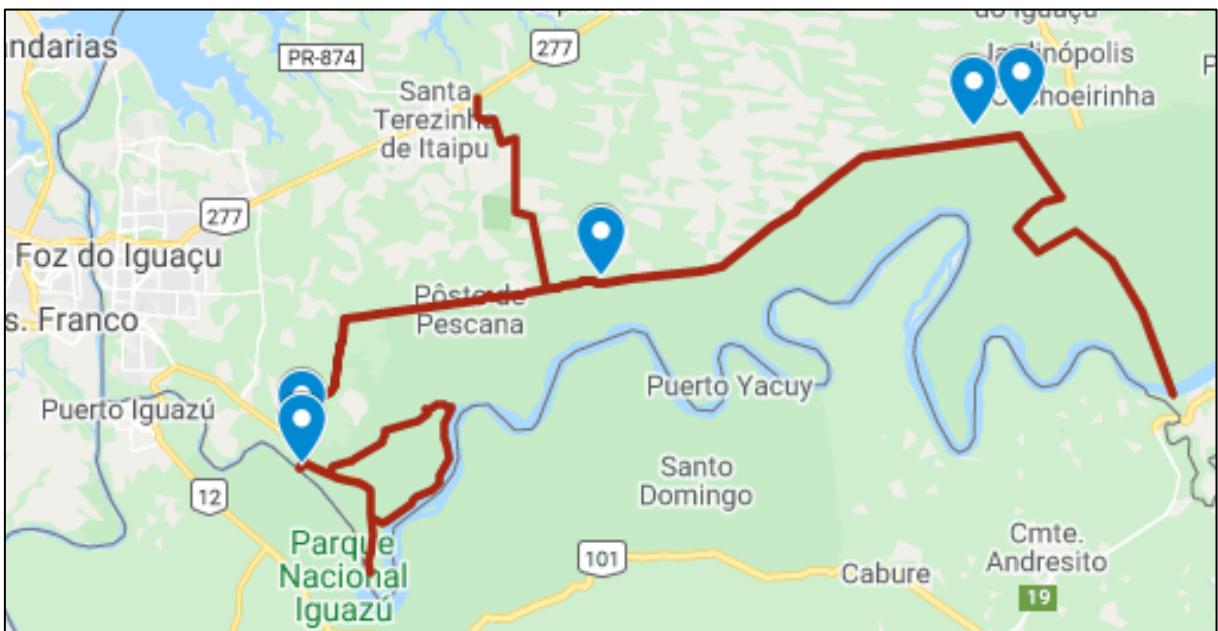
Peabiru é, sem dúvidas, um caso diferenciado no que diz respeito à forma como o turismo opera no caminho de Peabiru. A presença de vestígios físicos e achados arqueológicos facilita a operação turística dado que os roteiros saem do contexto puramente simbólico. Além disso, o protagonismo indígena local e o consentimento das lideranças Guarani para a execução dos trabalhos acontecem. Ainda assim, mesmo que o turismo no Peabiru tenha trazido benefícios à comunidade Guarani como visibilidade e reconhecimento de seus direitos de protagonismo, lamenta-se que o turismo tenha sido, para eles, a saída ou a única opção para sobreviver na região, tendo em vista os problemas que vão além da aniquilação simbólica.

5.2 TRECHO FOZ DO IGUAÇU–CAPANEMA

Foz do Iguaçu, no Paraná, faz parte do itinerário histórico do Peabiru. Nessa região, foi criada a trilha Caminhos do Peabiru por iniciativa da Associação de Desenvolvimento de Esportes Radicais e Ecologia (A.D.E.R.E.). A trilha, de caráter simbólico, inicia-se em Foz do Iguaçu e termina em Capanema, com uma distância de 125 quilômetros e duração de três dias de caminhada.

A trilha (Figura 20) está inserida no Parque Nacional do Iguaçu (PARNA Iguaçu), segundo a Rede Brasileira de Trilhas, por dois motivos: historicamente, devido a Álvar Núñez Cabeza de Vaca ter sido o primeiro não indígena que, vindo pelo Peabiru, conheceu as Cataratas do Iguaçu; e estrategicamente, devido à visibilidade que o PARNA Iguaçu tem, sendo Patrimônio Mundial da Natureza reconhecido pela Unesco (REDE BRASILEIRA DE TRILHAS, c2020).

Figura 20 – Mapa da trilha “Caminhos do Peabiru” de Foz do Iguaçu a Capanema



Fonte: REDE Trilhas, c2020.

No dia 21 de maio de 2021, foi realizada uma entrevista com Marcelo Penayo de Melo, um dos idealizadores dessa trilha, juntamente com Cristiano Vieira Pinto, presidente do COMUTUR de Botucatu. As principais pautas levantadas durante a entrevista estão indicadas no Quadro 12, separadas por temas de conversa, de forma a organizar os comentários para melhor compreensão do leitor. A transcrição dessa entrevista está disponível no Apêndice F. Todos os entrevistados autorizaram o uso das informações concedidas durante a entrevista para uso neste trabalho.

Quadro 12 – Resultados da entrevista com Marcelo Penayo de Melo

Tema de conversa	Comentários
Processo de criação da trilha	São 5 trilhas nacionais concebidas pela Rede Brasileira de Trilhas, e Caminhos do Peabiru é uma delas. Conversaram com pessoal de outras cidades para fazer conexões. Podem ser guiadas ou não, mas normalmente quem não é local não entra sem guia.
Pretensões futuras para a operação do caminho	O caminho não precisa e dificilmente será contínuo, são trechos. Pode-se criar um passaporte Caminhos do Peabiru. Pode-se criar um mapa, material, um site só para isso.
Sinalizações indicativas e interpretativas sobre o caminho de Peabiru	Há sinalização na área de uso público do parque e está sendo feita uma capacitação de guias de turismo para fazer a interpretação histórico-cultural da trilha. Sinalização interpretativa é um projeto que corre em paralelo. Haverá um grande trabalho de interpretação na zona histórico-cultural do parque. Têm como missão esse resgate histórico-cultural.
O caminho de Peabiru no Paraguai	O paraguaio tem memória. Lá o desenvolvimento acontece a partir dessa memória. É uma experiência diferente. Eles têm outra relação com o caminho, é outro perfil cultural. É bacana trazer o ponto de vista deles num debate. Para eles (de Foz do Iguaçu) é mais fácil fazer a trilha internacional que nacional. Já imagina o caminho sendo transcontinental.

Vestígios físicos do caminho de Peabiru em Foz do Iguaçu-PR	No parque há relatos sobre o caminho real e há um sítio arqueológico. Há relatos sobre o trecho original inclusive em área urbana de Foz do Iguaçu. Esse tracejado que fizeram é simbólico e reforçam isso.
Sente falta de fontes históricas e vestígios físicos do caminho?	Sente falta de ambos. “Se a gente tivesse um trecho do caminho aqui, preservado, ou que pelo menos tivéssemos certeza de que passou por aqui, seria sensacional” (informação verbal) ²⁸ .
Comunicação com as comunidades indígenas	Nunca se conversou com comunidades indígenas, mas reconhece que essa abordagem é importante. Têm interesse em ter a trilha simbólica. “Nosso interesse não é de lucrar com isso, não estamos ligados à cadeia do turismo, são trilhas de uso público” (informação verbal) ²⁹ . Afirmou que podem ouvir os indígenas em relação a isso e ver se têm memória do caminho. Podem fazer um debate exclusivamente sobre isso. “Um fator é ouvir o indígena, buscar uma forma de colocá-lo como beneficiário dessa trilha e a outra é promover bem-estar e qualidade de vida” (informação verbal) ³⁰ .
Criação de grupo de debate sobre o caminho de Peabiru	Há um planejamento de realizar debates sobre o Peabiru. Reunir o pessoal de todas as regiões, criar pautas, fazer seminários, <i>lives</i> , reuniões virtuais, debater assuntos dentro do desenvolvimento da trilha, falar sobre geração de emprego e renda através do caminho de Peabiru e fazer capacitação.
Críticas sobre a atividade turística no caminho de Peabiru	Há críticas e controvérsias, como de Rosana Bond, contra a atividade turística. Ela critica a exploração do caminho porque vai contra o seu espírito sagrado. Existe um conflito de ideais em relação ao resgate do caminho.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Segundo Marcelo, conforme as trilhas regionais vão crescendo, essas se conectam com outras trilhas, passando a ser uma trilha nacional, sendo essa a proposta da Rede Brasileira de Trilhas para o caminho de Peabiru.

Foi comentado pelo entrevistado sobre uma proposta de criação de um grupo de debates sobre o Peabiru que seria organizado em pautas que visassem a implementação da trilha nacional. Nesse debate haveria participação de um grupo de trabalho que representasse cada município por onde o Peabiru passa que tenha interesse em integrar-se. Essa proposta, no que concerne a este trabalho, seria importante para pôr em pauta as questões de protagonismo indígena observadas.

À diferença do município de Peabiru, Foz do Iguaçu trabalha de forma integralmente simbólica, com um traçado estratégico elaborado em consonância com a viabilidade de uso do espaço do PARNA Iguaçu, e, assim como acontece em Botucatu, a organização da trilha carece de embasamento teórico sobre as questões de representatividade indígena, com informações baseadas inteiramente em fontes históricas para a construção dos roteiros.

Marcelo disse que durante o processo de criação e implementação da trilha, não houve participação indígena, mas reconhece que esse é um aspecto importante, tendo sugerido um

²⁸ Entrevista concedida por MELO, M. P. de; PINTO, C. V. **Entrevista V.** [21 de mai. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

debate exclusivamente sobre isso. Complementou dizendo que “um fator é ouvir o indígena, buscar uma forma de colocá-lo como beneficiário dessa trilha” (informação verbal)³¹. Ainda, complementou que não existe interesse em lucrar com a exploração dessa trilha pois são de uso público, sendo que a Rede Brasileira de Trilhas não está ligada à cadeira do turismo.

Pensa-se, no entanto, na elaboração de uma trilha nacional e eventualmente transcontinental, sem que ainda se tenha considerado a presença indígena e o valor identitário reclamado sobre esse patrimônio em esfera local. Retoma-se, uma vez mais, o conceito de aniquilação simbólica, evento que se faz presente a todo instante na vivência indígena. Sua existência, história e identidade são tão aniquiladas, por assim dizer, que nem se pensa em inclui-los nos processos de elaboração de roteiros, quanto menos em reconhecer sua legitimidade, e tão somente sua, para conduzir um plano de exploração desse caminho.

Em Campo Mourão, a *tekoha* Verá Tupã’i, por estar localizada à beira do Peabiru, pôde expor seus posicionamentos acerca do modo como o turismo vinha sendo operado. Em Foz do Iguaçu, da mesma forma que em Botucatu, não há comunidades indígenas que atualmente busquem resgatar o valor identitário do caminho de Peabiru, e possivelmente por esse motivo não se tenha ainda considerado explorar e aprofundar essas questões.

Enquanto em Campo Mourão, os operadores de turismo dialogam com a comunidade indígena, os organizadores da trilha de Foz do Iguaçu a Capanema, ainda pensam em **ouvir** essas comunidades. Nota-se, no entanto, que as considerações deste trabalho tenham sido já capazes de alertar sobre essas questões durante a entrevista, e o fato de o entrevistado concordar e reconhecer que o indígena deve ser o beneficiário dessas atividades, abre espaço para que novas formas de trabalho nessa trilha sejam pensadas, e que se analise, junto ao Parna Iguaçu e à anuência das lideranças indígenas, possíveis formas de viabilizar essa visitação com um propósito social e reparador que gere benefícios às comunidades indígenas participantes.

³¹ Entrevista concedida por MELO, M. P. de; PINTO, C. V. **Entrevista V.** [21 de mai. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trata de um elemento ancestral, simultaneamente material e imaterial, que fez parte da história pré-colombiana e colonial brasileira e que, hoje, com poucos vestígios físicos, vive na crença dos Guarani e na voz das populações dos locais contemplados por sua presença: o caminho de Peabiru.

A definição do problema de pesquisa deste trabalho teve origem nas seguintes indagações: de que maneira o turismo poderia operar na região de Botucatu de forma a respeitar a história e a sacralidade do Peabiru? Que autoridade tem o não indígena para apropriar-se desse elemento e decidir sobre seu uso na atividade turística? Para responder a essas questões, foi apresentada uma série de posicionamentos divergentes, visto que há pesquisadores que defendem o uso do caminho para fins turísticos e outros que criticam tal finalidade. Por esse motivo, essas questões foram analisadas com base em três interlocutores principais: os indígenas, a população da região de Botucatu e os operadores do turismo.

Este trabalho pôs em pauta considerações que visam auxiliar na compreensão do turismo no Peabiru, um elemento que pode ser reconhecido por meio de um turismo consciente, que coloque em primeiro lugar a presença das comunidades indígenas, o contexto no qual elas estão inseridas atualmente e que proteja e propague uma identidade patrimonial legítima do caminho.

Academicamente, este trabalho contribui para o entendimento de questões de protagonismo indígena no turismo e reforça a necessidade de descentralizar a autoridade sobre a finalidade desse tipo de atividade turística por não indígenas. Mercadologicamente, pode contribuir para um eventual planejamento sustentável do turismo no caminho de Peabiru por comunidades indígenas, de forma a manter seu protagonismo, seus posicionamentos e suas questões de pertencimento e sacralidade. E socialmente, o trabalho trata da necessidade de gerar benefícios às comunidades indígenas através do Peabiru, tendo como inversão para esses povos a visibilidade, a propagação do conhecimento sobre sua presença ancestral no território e geração de benefícios econômicos.

As considerações suscitadas pelo problema de pesquisa foram feitas a partir da análise dos objetivos específicos, que foram atingidos em cada capítulo. Esses objetivos, convergidos,

atenderam ao objetivo central deste trabalho: verificar os limites e possibilidades do turismo nas áreas que compreendem o caminho de Peabiru na região do município de Botucatu.

Desse modo, o **capítulo 1** confirma a presença histórica do Peabiru na região de Botucatu e atesta o processo de apagamento das culturas indígenas da região por colonos europeus e seus descendentes. O **capítulo 2** resultou na compreensão acerca do posicionamento indígena sobre o turismo e trouxe importantes reflexões sobre a exclusão do indígena nos processos de turistificação de seus elementos histórico-culturais. O **capítulo 3** resultou na confirmação do potencial turístico que a cuesta tem na região de Botucatu, na demonstração de conhecimento sobre a presença do Peabiru por parte da população e na importância do papel dos historiadores e operadores de turismo na transmissão desse conhecimento. O **capítulo 4** caracterizou a oferta turística relacionada ao Peabiru na região e resultou na discussão da forma como os aspectos relacionados à memória indígena e seu legado vêm sendo abordados atualmente, sendo necessária uma reformulação desses produtos. Por fim, o **capítulo 5** apresentou as diferentes abordagens utilizadas por duas localidades que trabalham com a mesma temática no estado do Paraná, confirmando a necessidade de articulação entre os organizadores de turismo e as lideranças indígenas locais.

No decorrer da elaboração deste trabalho foram encontradas algumas dificuldades e limitações, sendo as maiores: a impossibilidade de conversar com representantes Guarani acerca de suas visões sobre o turismo no Peabiru; a inexistência de comunidades indígenas na região de Botucatu, que dificultou as discussões sobre o direito à posse do caminho e a possibilidade de trabalhar conjuntamente; e a análise das relações de pertencimento entre diferentes grupos socioculturais com o Peabiru, visto que no decorrer de sua existência, foi utilizado por diversos povos.

A pesquisa mostrou que não é possível atribuir um modelo correto de operação do turismo para todos os trechos do caminho de Peabiru, visto que cada caso apresenta relações específicas de pertencimento e vivência desse patrimônio pela população local e por diferentes povos indígenas. No caso da região de Botucatu, a falta da presença indígena atual abre espaço para a apropriação do caminho por não indígenas sem que haja conhecimento dessas relações culturais. Além disso, por mais que se note um maior vínculo do Peabiru com os Guarani, alguns estudiosos atribuem a construção desses caminhos a outros povos, o que possibilita a exclusão de suas relações com o caminho através dessas justificativas. São representações conflitantes e que têm sido objeto de debates no âmbito das novas lógicas descolonizadoras.

As discussões sobre o que é considerado patrimônio pulsam no país atualmente, e existe uma preocupação das instituições e dos profissionais que trabalham com o conceito de patrimônio mundial sobre o quanto essa atribuição ofuscou e eclipsou as experiências locais que acabam sendo suplantadas pelos grandes monumentos e grandes referências artísticas. As considerações acerca das percepções dos problemas identificados em cada capítulo deste trabalho, evidenciam essa preocupação e a necessidade de mudança.

O processo de aniquilação simbólica da figura do indígena, presente em diversos elementos que referenciam o Peabiru na região, reforça o quanto deixar de lado a sua existência tem sido normalizado ao longo dos processos de turistificação desse elemento. No entanto, é possível transformar essa realidade através da participação efetiva dos indígenas nos processos de tomada de decisão e disponibilização de informações sobre sua história, costumes e saberes. Os próprios indígenas colocaram como isso é possível. Inclusive, o município de Peabiru é um exemplo de como operar de outra forma, visto que há participação da comunidade Guarani local. Aquilo que não pode ser aceito, na medida em que se comprehende a importância dessas discussões, é continuar a ignorar a existência indígena, limitando-a ao passado.

No que concerne às preocupações ambientais sobre o turismo no Peabiru na região de Botucatu que foram identificadas durante o trabalho, estão: encontrar formas de evitar depredações e pichações em árvores e pedras, evitar a deterioração das rochas areníticas por conta do excesso de visitantes, ampliar a consciência ambiental dos visitantes e determinar capacidades de carga para esses atrativos. No entanto, também é preciso refletir sobre o papel social que a atividade tem, e assim, reformular a maneira como o turismo é operado no caminho de Peabiru a fim de que, futuramente, seja feita uma capacitação de operadores e guias de turismo para que, além de transmitir seus saberes históricos e técnicos sobre o caminho, exerçam o papel de transformadores sociais, pautados nas narrativas indígenas, bem como espera-se que os gestores de turismo da região reconheçam sua responsabilidade ao incentivar esse tipo de turismo no território.

Desejo, por fim, que os resultados deste trabalho atinjam as partes interessadas, principalmente indígenas, para que tenham conhecimento de como suas memórias estão sendo trabalhadas por terceiros. E espero, no mais, que este trabalho ganhe espaço nas discussões sobre elaborações de produtos turísticos relacionados ao caminho de Peabiru e que cumpra seu papel social ao trazer à tona essas questões com responsabilidade.

REFERÊNCIAS

A GAZETA DE BOTUCATU. **Botucatu:** história de uma cidade. 2^a ed. Botucatu: A Gazeta de Botucatu, 2002.

A MAIOR VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS É A DESTRUÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS, APONTA RELATÓRIO DO CIMI. **Conselho Indigenista Missionário**, 2019. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contra-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/>>. Acesso em: 4 de jun. de 2021.

ACADEMIA BOTUCATUENSE DE LETRAS. **Peabiru:** revista botucatuense de cultura, Botucatu, ABL 30 anos 1972-2002: edição especial comemorativa, nº 20, p. 8, jul. 2002.

ALOISE, B. V. **Vinício Aloise:** uma história desenhada. Botucatu: [s.n.], 2007.

ASSOCIAÇÃO REDE BRASILEIRA DE TRILHAS. **Rede Trilhas**, c2020. Trilha Caminhos do Peabiru. Disponível em: <<http://www.redetrilhas.org.br/w3/index.php/as-trilhas/trilha-regional-3/trilha-caminhos-do-peabiru>>. Acesso em: 21 de mai. de 2021.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, [s.d.]. Perfil: Botucatu, SP. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/350750>>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, [s.d.]. Perfil: Bofete, SP. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/350690>>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, [s.d.]. Perfil: Pardinho, SP. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/353610>>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, [s.d.]. Perfil: Itatinga, SP. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/352350>>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

BARBIERI, J. C.; BRANDÃO, C. do N; SILVA, L. C. de J. Turismo Sustentável em Comunidades Indígenas da Amazônia. **Revista de Administração de Roraima - RARR**, ed. 2, v. 2, p 17-28 , 2º sem., 2012. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/adminrr/article/view/1136/897>>. Acesso em: 04 de mar. de 2021.

BARROS, M. V. F.; COLAVITE, A. P. Geoprocessamento aplicado a estudos do Caminho de Peabiru. **Revista da ANPEGE**, v. 5, p. 86-105, 2009.

BIDÓN-CHANAL, C.; OCAMPO, E. **La piedra del sol:** notas sobre la concepción del tiempo entre los aztecas. v. 31, p. 173-185. [S.I.]: Boletín americanista, 1981. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2445/107448>>. Acesso em: 06 de jul. de 2021.

BOND, R. **A saga de Aleixo Garcia:** o descobridor do Império Inca. Florianópolis: Insular, 1998.

- BORGES, André E. **Caminhos da cultura indígena**: o Peabiru e o neoindianismo. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88385/230689.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 8 de mai. de 2020.
- BOTUCATU. **Inventário Municipal de Turismo de Botucatu**. Botucatu: Secretaria Adjunta de Turismo, 2018a.
- BOTUCATU. **Plano Diretor de Turismo de Botucatu**. Botucatu: Secretaria Adjunta de Turismo, 2018b.
- BOTUCATU. **Prefeitura de Botucatu**, c2021a. Símbolos. Disponível em: <<https://www.botucatu.sp.gov.br/portal/servicos/1003/simbolos/>>. Acesso em: 18 de abr. de 2021.
- BOTUCATU. **Prefeitura de Botucatu**, c2021b. Nossa cidade: localização. Disponível em: <<https://www.botucatu.sp.gov.br/portal/servicos/1058/localizacao/>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.
- BRASIL. **FUNAI**, [s.d.]. Quem são. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em: 4 de jun. de 2021.
- BRASIL. **IBGE**, c2017. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.
- BRUCHAC, M. **Considering the Feather Headdress**. Penn Museum Blog. [S.l.]: University of Pennsylvania: 2016. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1064&context=anthro_papers>. Acesso em: 2 de jul. de 2021.
- CAMINHO DE PEABIRU. **Tape'i Oguatá Porã**, [s.d.]. O Caminho da terra e a terra que se encantou. Disponível em: <<https://www.caminhodepeabiru.com.br/2017/09/14/o-caminho-da-terra-e-a-terra-que-se-encantou/>>. Acesso em: 8 de junho de 2021.
- CAMINHO DE PEABIRU. **Tape'i Oguatá Porã**, [s.d.]. Tekohá “Verá Tupã’i”. Disponível em: <<https://www.caminhodepeabiru.com.br/tekoha-vera-tupa-i/>>. Acesso em: 8 de junho de 2021.
- COMENTTO. **Comentto**: pesquisa de mercado, c2018. Calculadora amostral. Disponível em: <<https://comentto.com/calculadora-amostral/>>. Acesso em: 10 de mar. de 2021.
- CURY, M. X. Circuitos museais para a visitação crítica: descolonização e protagonismo indígena. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 7, p. 87-113, 2017. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/4175>>. Acesso em: 4 de jul. de 2021.
- D'ANGELIS, W. da R. No Brasil ainda tem “índio”. **Kamuri**, 2017. Disponível em: <<https://kamuri.org.br/kamuri/no-brasil-ainda-tem-indio/>>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.
- DANTAS, J. E. Violência no campo: número de conflitos registrados pela CPT em 2020 é o maior dos últimos 35 anos. **Greenpeace**, 2021. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/violencia-no-campo-numero-de-conflitos-registrados-pela-cpt-em-2020-e-o-maior-dos-ultimos-35-anos>>. Acesso em: 4 de jun. de 2021.

DE FARIA, I. F. **Ecoturismo indígena:** território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-17022011-095412/publico/2007_IvaniFerreiradeFaria.pdf>. Acesso em: 04 de mar. de 2021.

DONATO, H. Peabiru. Separata de: Revista Comentário. **Revista Comentário:** revista trimestral que comenta o mundo e seus problemas. Rio de Janeiro: ano XII, v. 12, nº 48, p. 3-16, out-dez. 1971.

DONATO, Hernâni. **Achegas para a história de Botucatu.** 4. Ed, v. 1. Botucatu: CopyGráfica – Gráfica e Editora; São Manuel: Grafillar – Gráfica e Editora Lar Anália Franco, 2008.

EICHSTEDT, J. L.; SMALL, S. **Representations of Slavery:** Race and Ideology in Southern Plantation Museums. Washington; Londres: Smithsonian Institution Press, 2002.

FIGUEIREDO, P. Número de mortes de lideranças indígenas em 2019 é o maior em pelo menos 11 anos, diz Pastoral da Terra. **G1**, [S.l.], 10 de dez. de 2019. Natureza. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/10/mortes-de-liderancas-indigenas-batem-recorde-em-2019-diz-pastoral-da-terra.ghtml>>. Acesso em: 4 de jun. de 2021.

FRANCISCON, A.; MARQUES, C. S. da P.; AZUMA, M. H. **A arquitetura na reprodução da memória:** o caminho de Peabiru. Umuarama: Akrópolis, v. 25, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/6295/3684>>. Acesso em: 8 de mai. de 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE. **Formulários Google**, [s.d.]. Formulários. Disponível em: <<https://docs.google.com/forms/u/0/>>. Acesso em: 8 de mar. de 2021.

HISTÓRIA DE BOTUCATU É TEMA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ALUNO DA USP; PARTICIPE DO ESTUDO. Leia Notícias, Botucatu, 16 de mar. de 2021. Botucatu. Disponível em: <<https://leianoticias.com.br/historia-de-botucatu-e-tema-de-trabalho-de-conclusao-de-curso-de-aluno-da-usp-participe-do-estudo/>>. Acesso em: 16 de mar. de 2021.

HUYSEN, A. **Present pasts: media, politics, amnesia.** Public Culture, [S.l.]. V. 12, nº 1, p. 21-38, inverno de 2000.

INSTITUTO ITAPOTY. **Atlas da Cuesta.** Botucatu: FEPAF, 2012.

INSTITUTO ITAPOTY. **Instituto Itapoty**, [s.d.]. Quem somos. Disponível em: <<http://itapoty.org.br/portal/itapoty>>. Acesso em: 19 de abr. de 2021.

INSTITUTO ITAPOTY. **Instituto Itapoty**, 2012. Atlas da Cuesta. Disponível em: <<http://www.itapoty.org.br/atlas/livro/>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena: resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas. MAE. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2017. ISBN: 978-85-60984-59-6.

KAINGANG, S. E. de M. D.; MELO, L.; PEREIRA, D. J. L. **Entrevista III.** [23 de abr. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

LEIS MUNICIPAIS. **Botucatu**, Lei nº 273, de 28 de agosto de 1952. Dispõe sobre o brasão de armas de Botucatu. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/b/botucatu/lei-ordinaria/1952/27/273/lei-ordinaria-n-273-1952-dispõe-sobre-o-brasão-de-armas-de-botucatu>>. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

MARINS, F. Discursos de Hernâni Donato e Francisco Marins. Separata de: APL. **Revista da Academia Paulista de Letras.** São Paulo: Academia Paulista de Letras, nº 80, p. 29-30, dez. 1972.

MELO. M. P. de; PINTO, C. V. **Entrevista V.** [21 de mai. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

MINICUCCI, A. **Os bruxos do morro maldito e os filhos de Sumé.** São Paulo: Editora Moraes, 1992.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Cadastur:** fazendo o turismo legal, [s.d.]. Consulte os prestadores de serviços turísticos cadastrados. Disponível em: <<https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/sou-turista/inicio>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do turismo:** 2019-2021, c2021. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago. 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a10v29n2.pdf>. Acesso em: 2 de mai. de 2021.

MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO FRANCISCO BLASI. **Comemore o mês de aniversário de Botucatu com arte e criatividade!** Botucatu: MuHP, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1JXBrYAI5nvD4_ie2nUTFWfDdmrZA0jE9?usp=sharing>. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

OLIVEIRA. C. de. País teve 97 áreas indígenas invadidas por agentes privados em 2020. **Rede Brasil Atual**, [s.l.], 19 de jan. de 2021. Cidadania. Disponível em: <<https://www.redebrasilitatual.com.br/cidadania/2021/01/bolsonaro-areas-indigenas-invasao-2020/>>. Acesso em: 4 de jun. de 2021.

PEABIRU. Lei nº 1413/2021, de 19 de maio de 2021. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Políticas de Turismo – CPTUR de Peabiru e dá outras providências. **Prefeitura do Município de Peabiru**, Peabiru, PR, 19 mai. 2021.

PÉREZ, X. P. Reflexión antropológica sobre el turismo indígena. **Desacatos: Revista de Ciencias Sociales**, [s. l.], n. 47, p. 18–35, 2015. DOI: 10.29340/47.1419. Disponível em: <https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/1419>. Acesso em: 4 jun. 2021.

PINTO, C. V. **Entrevista IV.** [21 de mai. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

PIZA, A. **[As Três Pedras – Botucatu]**. 1991. 1 pintura, óleo sobre tela. 40x50cm.

POLO CUESTA. Polo Cuesta, c2017a. Bofete: a cidade Disponível em:
 <<https://polocuesta.com.br/municipios/bofete/a-cidade/>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

POLO CUESTA. Polo Cuesta, c2017b. Botucatu: a cidade Disponível em:
 <<https://polocuesta.com.br/municipios/botucatu/a-cidade/>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

PREFEITURA DE BOTUCATU. Pequeno Guia de Botucatu 1989-1990. Botucatu: Gráfica Municipal, 1990.

REDE-SANS. Rede-SANS, c2020. Pardinho. Disponível em:
 <<http://redesans.com.br/pardinho/>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

RIBEIRO, E. A. W. Caminho do Peabiru: Entrevista com a Professora Sinclair Pozza Casemiro. **Revista Saber Acadêmico**: Revista Multidisciplinar da Uniesp. / Faculdade de Presidente Prudente, v.1, n. 2, p. 128-132, 2006. Presidente Prudente: Uniesp, 2006.

ROCHA, A. P. **Caminhos de Peabiru**: história e memória. Maringá: UEM, 2017.

ROCHA, A. P. **Entrevista VI**. [6 de jun. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

ROCHA, A. P. **O caminho de Peabiru: implicações em seu tombamento como patrimônio material e imaterial**. VII Congresso Internacional de História, p. 1433-1445. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2015. Disponível em:
 <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1291.pdf>>. Acesso em: 2 de jun. de 2021.

SÃO PAULO. **Turismo**, 2016. Regiões turísticas. Disponível em:
 <<https://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=56>>. Acesso em 04 de abr. de 2021.

TECCHIO, A. C. **Entrevista II**. [11 de abr. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

TRIPADVISOR. Tripadvisor, c2021. **O que fazer: Botucatu**. Disponível em:
 <https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g780026-Activities-Botucatu_State_of_Sao_Paulo.html>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.

VICENTIM, A. R. **Entrevista I**. [5 de abr. de 2021]. Entrevistador: Gabriel Biz Tonin. Botucatu, 2021.

WE'E'ENA TIKUNA. **As minhas bonecas indígenas [...]**. [S.l.]. 21 de abr. de 2021. Instagram: @weena_tikuna. Disponível em:
 <<https://www.instagram.com/p/CN8ePV1nNmo/>>. Acesso em: 06 de jul. de 2021.

ANEXO 1 — DIVULGAÇÃO DO QUESTIONÁRIO NO SITE LEIA NOTÍCIAS

Figura 21 – Matéria veiculada no site Leia Notícias

BOTUCATU

História de Botucatu é tema de Trabalho de Conclusão de Curso de aluno da USP; participe do estudo



16 DE MARÇO DE 2021 | 104 REAÇÕES | LEIA NOTÍCIAS

Gabriel Bizz Tonin é aluno de turismo da USP e está desenvolvendo uma pesquisa sobre história de Botucatu e você pode participar desse estudo!

O Trabalho de Conclusão de Curso (TOC) tem como tema "Limites e possibilidade do turismo no Caminho de Peabiru na região de Botucatu", o objetivo é verificar as possibilidades da implementação da atividade turística nas áreas que compreendem o Caminho de Peabiru na região, visando fortalecer o turismo comunitário de forma sustentável.

Um dos processos iniciais da pesquisa é entender a proximidade da comunidade local com o tema, você pode contribuir nessa etapa da pesquisa respondendo a este formulário: <https://forms.gle/MhmzYjYkJGhBac8e6>

As respostas são anônimas e o formulário leva cerca de um minuto para ser preenchido.

Com Assessoria

Fonte: Leia Notícias, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A — ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO

Figura 22 – Mensagem de introdução do questionário

Pesquisa de conhecimento sobre o Caminho de Peabiru

Olá! Essa pesquisa tem como objetivo identificar o conhecimento que os moradores e visitantes da região de Botucatu têm acerca do Caminho de Peabiru.

Essa pesquisa é realizada para um trabalho de conclusão de curso que tem como tema os "limites e possibilidades do turismo no Caminho de Peabiru na região de Botucatu".

Por "região de Botucatu" entende-se os municípios que fazem parte do Pólo Regional de Desenvolvimento Turístico - Pólo Cuesta (Bofete, Avaré, São Manuel, Paranapanema, Botucatu, Anhembi, Pardinho, Itatinga, Pratânia e Areiópolis).

Por favor, responda com sinceridade e lembre-se: não existe resposta certa! :)

Fonte: elaborado pelo autor via Google Formulários, 2021.

O questionário foi dividido em três seções. A primeira continha informações básicas sobre os respondentes, sendo todas as perguntas de múltipla escolha:

- De onde você é?
 - Respostas: Botucatu-SP; Bofete-SP; Pardinho-SP; outros (onde);
- Qual é a sua relação com a região de Botucatu (Botucatu, Bofete, Pardinho etc.)?
 - Respostas: nascido e criado; morador (vindo de outra região); estudante (vindo de outra região); visitante; nenhuma; outros (qual);
- Onde você mora?
 - Respostas: zona urbana; zona rural;
- Qual sua idade?
 - Respostas: até 19 anos; de 20 a 29 anos; de 30 a 39 anos; de 40 a 49 anos; de 50 a 59 anos; de 60 a 69 anos; de 70 a 79 anos; de 80 a 89 anos; 90 ou mais;
- Você já ouviu falar do caminho de Peabiru?
 - Respostas: sim, sei o que é; já ouvi falar, mas não sei ao certo o que é; não, nunca ouvi falar.

As respostas “sim, sei o que é” e “já ouvi falar, mas não sei ao certo o que é” da última pergunta, direcionaram os respondentes para a segunda seção. Já a resposta “não, nunca ouvi falar”, direcionou os respondentes diretamente para a terceira e última seção.

A segunda seção do questionário continha perguntas específicas sobre o caminho de Peabiru, sobre sua relação com a comunidade e sobre o turismo na região. Foram feitas duas perguntas com caixa de seleção, onde mais de uma resposta poderia ser escolhida:

- O que vem à sua cabeça quando pensa no caminho de Peabiru?
 - Respostas: alguma lenda da região; algo relacionado aos indígenas; algum ponto turístico da cidade; um caminho que passa pela região; Cuesta de Botucatu; Três Pedras/Gigante Adormecido; história;
- O que você já sabia sobre o caminho de Peabiru?
 - Respostas: caminho construído por indígenas antes de 1500; caminho que passava pela região de Botucatu; Botucatu foi fundada a partir do caminho; o caminho atravessava o continente sul-americano do Atlântico ao Pacífico; o caminho se bifurcava na Cuesta de Botucatu; o caminho originou lendas na região de Botucatu; não sabia nada.

Em seguida, duas perguntas de múltipla escolha:

- Você acha que o caminho representa a história da região?
 - Respostas: sim; não; parcialmente; outros (por quê?);
- Você se sente representadx pela história do caminho?
 - Respostas: sim; não; parcialmente; outros (por quê?).

E, por fim, duas perguntas abertas e opcionais com resposta longa:

- Você considera a região de Botucatu um lugar turístico? Por quê?
- Comente sobre sua experiência com o caminho de Peabiru e com a história de Botucatu e região.

A terceira seção, a qual todos os respondentes foram finalmente direcionados, teve caráter informativo. Foi apresentado um breve texto para que o respondente se aproximasse do tema. A explicação foi apresentada ao final para que não interferisse na pesquisa:

O caminho de Peabiru é uma rota indígena que cruza a América do Sul de leste a oeste e passa por territórios que hoje pertencem ao Brasil, Paraguai, Bolívia e Peru. No Brasil, passa por São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul; e supostamente passa por territórios do Rio Grande do Sul, Uruguai e Chile. Segundo Bond (1996, apud AZUMA et al., 2017), “é considerado uma obra-prima construída pelos índios antigos”. Segundo Cadernos da Ilha (2004), “a palavra Peabiru é tupi-guarani e para ela há várias traduções: ‘Caminho forrado’; ‘Por aqui passa o Caminho antigo de ida e de volta’; ‘Caminho sem ervas’; ‘Caminho que leva ao céu’, entre outras.” (apud AZUMA et al., 2017). A rota de cerca três mil quilômetros de extensão era considerada sagrada e ainda o é para os indígenas contemporâneos, principalmente Guarani, que acreditam na existência da Terra Sem Mal, que poderia ser alcançada através do caminho de Peabiru (TORRES, 1987, apud BOND, 1998).

Em seguida, a pergunta que concluiu o questionário foi:

- Você tem interesse em aprender mais sobre o caminho de Peabiru?
 - Respostas: sim; não.

Figura 23 – Mensagem de conclusão do questionário

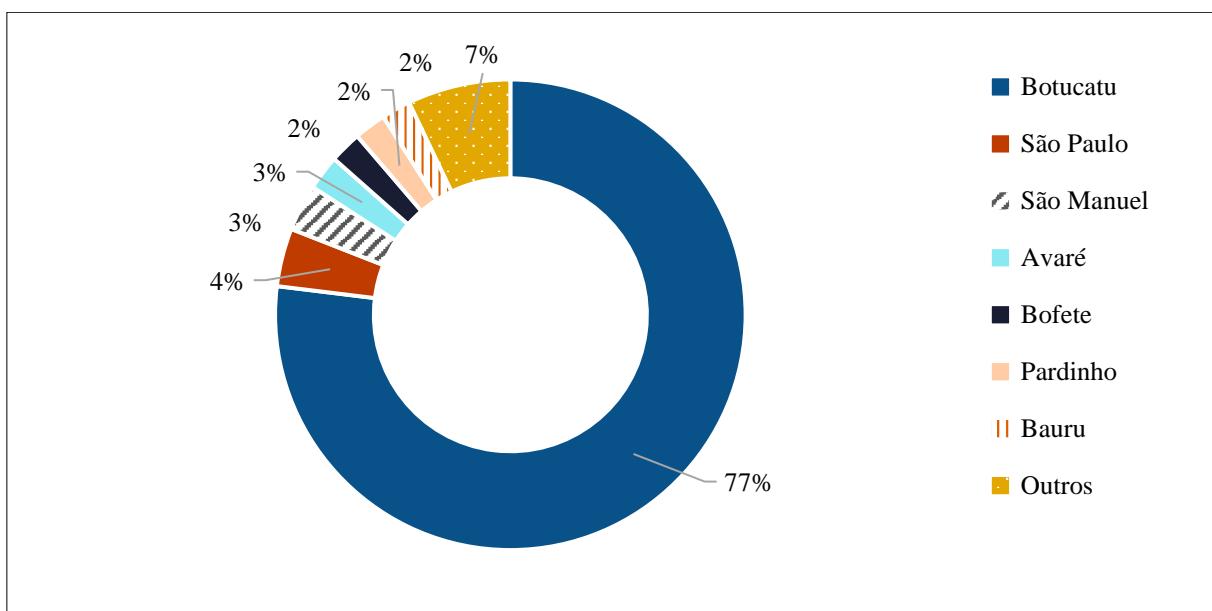
The screenshot shows a Google Form completion message. At the top, there is a dark brown horizontal bar. Below it, the main content area has a white background with a thin gray border. The title 'Pesquisa de conhecimento sobre o Caminho de Peabiru' is centered in large, bold, dark blue font. Below the title, a message in smaller dark blue font reads: 'Obrigado a todos que contribuíram. O formulário foi encerrado dia 26 de março de 2021 com 506 respostas.' To the right of this message is a blue link: 'Retomar a coleta de respostas (somente os editores do formulário podem ver este link)'. At the bottom left, a note in small gray font states: 'Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)'. In the bottom right corner, the 'Google Formulários' logo is visible.

Fonte: elaborado pelo autor via Google Formulários, 2021.

APÊNDICE B — RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

O total de respostas obtidas através do questionário foi de 506. Desses, conforme demonstra o Gráfico 8, a maioria dos respondentes são do município de Botucatu (77,1%), e os outros 22,9% são, de modo decrescente, de São Paulo (4%), São Manuel (3,2%), Avaré (2,4%), Bofete (2,2%), Pardinho (2,2%) Bauru (2%), e outros (7,1%), os quais se referem a municípios e locais que representaram menos de 10 respostas, foram eles: Anhembi, Brotas, Buri, Cidade do México (México), Conchas, San José (Costa Rica), Diadema, Dourados, Gaspar, Guarapari, Iguatama, Itatinga, Jaú, Lençóis Paulista, Limeira, Marialva, Marília, Medellín (Colômbia), Minas Gerais (sem município), Pernambuco (sem município), Piraju, Pirassununga, Presidente Prudente, Santos, Sorocaba, Taubaté e Votorantim.

Gráfico 8 – Municípios onde vivem os respondentes



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

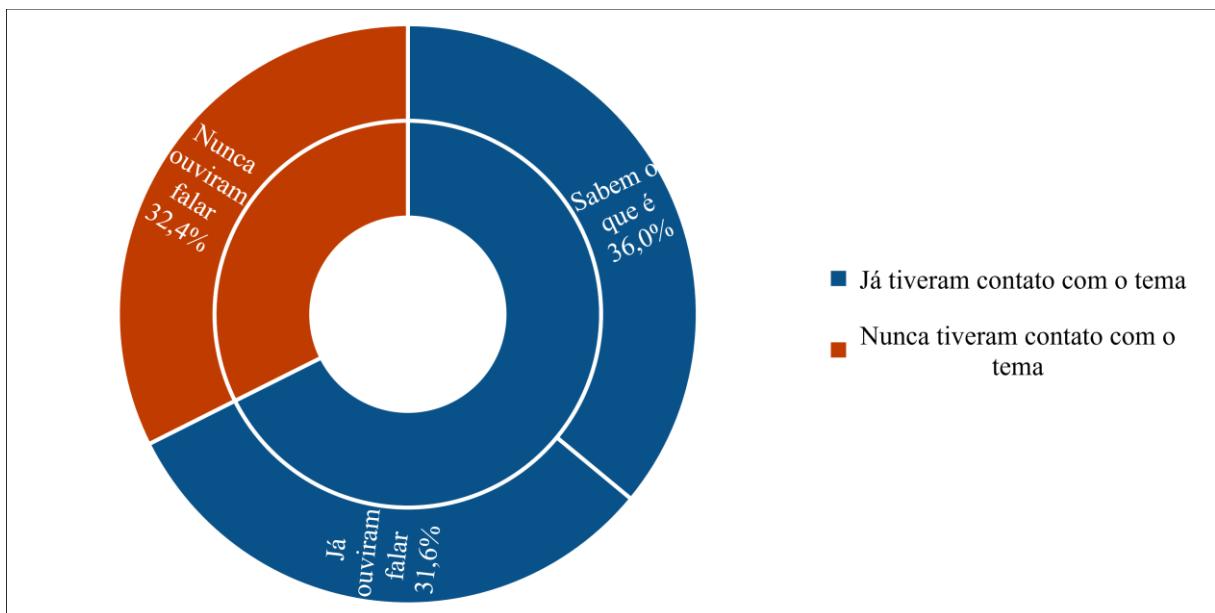
Quando questionados sobre a relação que os respondentes têm com a região de Botucatu, a maioria foi “nascidos e criados”, com 60,3%; depois, “moradores vindos de outra região”, com 23,3%; “estudante vindo de outra região” com 5,5% e “visitantes” com 5,3%. Os demais 5,6% que selecionaram “outros”, responderam “nenhuma relação” (1,4%), e outras respostas específicas (4,2%).

Do total de respondentes, 97% moram em zona urbana e 3% em zona rural.

A maior parte dos respondentes têm entre 20 e 29 anos (44,5%), seguido de 30 a 39 anos (15,6%), 40 a 49 anos (15,2%), 50 a 59 anos (9,7%), até 19 anos (7,7%), de 60 a 69 anos (5,1%), e com menor expressividade, de 70 a 79 anos (1,8%), de 80 a 89 anos (0,2%), e 90 ou mais (0,2%).

Como aponta o Gráfico 9, em relação ao nível de conhecimento que os respondentes têm quanto ao caminho de Peabiru, 182 (36%) alegaram saber o que é o caminho, 160 (31,6%) já ouviram falar, mas não sabem ao certo o que é, e 164 (32,4%) nunca ouviram falar do caminho. Portanto, do total de 506 respondentes, 342 têm algum conhecimento acerca do caminho, compondo 67,6% do total.

Gráfico 9 – Contato dos respondentes com o tema "caminho de Peabiru"



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

A pergunta “o que vem à sua cabeça quando você pensa no caminho de Peabiru?” podia ser respondida com a seleção de uma ou mais opções, além da opção “outros”. A pergunta foi respondida por 342 pessoas com um total de 788 seleções. As opções e quantidade de seleções, para cada uma e em ordem decrescente, foram as seguintes: um caminho que passa pela região (178), algo relacionado aos indígenas (140), Cuesta de Botucatu (108), história (106), Três Pedras/Gigante Adormecido (104), algum ponto turístico da cidade (77), alguma lenda da região (69), e outros (6), com as seguintes respostas: “história, uma antiga rota pré-cabralina, ou até mesmo pré-incaica”, “Machu Picchu, turismo, história e cultura”, “me lembro de uma empresa de transporte com este nome”, “um caminho dos incas” e “me interesso muito pela história, acompanho via publicações e por informações locais”.

Também em ordem decrescente e com 609 seleções, a pergunta “o que você já sabia sobre o caminho de Peabiru?”, gerou o seguinte número de respostas: caminho que passava pela região de Botucatu (153), o caminho atravessava o continente sul-americano do Atlântico ao Pacífico (128), caminho construído por indígenas antes de 1500 (104), o caminho originou lendas na região de Botucatu (98), não sabia nada (72), o caminho se bifurcava na Cuesta de Botucatu (33), e Botucatu foi fundada a partir do caminho (20). A opção “outros” foi escolhida por um respondente, que disse “me interesso demais!”.

Dos 342 respondentes que sabem do que se trata o caminho ou já ouviram falar de alguma forma, 73,1% acham que o caminho representa a história da região, 19% que ele representa parcialmente, 5% que não representa, e os demais 2,9%, em “outros”, alegaram a falta de evidências e registros, falta de divulgação e estudo, a região como sendo uma joia a ser lapidada (estudada), a história de Botucatu como sendo mais complexa e rica, embora o caminho seja importante; respostas repetidas (sim, não, parcialmente) e alguns que não souberam dizer.

Dos mesmos 342 respondentes, 36,8% se sentem representados pela história do caminho, 30,1% não se sentem representados, 26% se sentem parcialmente representados, e os demais 7,1% que responderam “outros”, alegaram não saber e/ou não conhecer a história da região. Três comentários adicionais merecem destaque: “aprendi sobre o caminho porque dou aulas de história, e sinto que ele poderia representar a população. Mas, como poucas pessoas sabem da parte histórica, não sei dizer se já sinto que ele representa”, “não, por desconhecer os detalhes [...] e não conseguir conectar-lo com a cidade. Sim, como parte da história”, e “me sinto representado por ser botucatuense e algo tão incrível assim “fazer parte” da minha cidade. Porém acredito que muitos outros pontos turísticos de Botucatu são muito mais inseridos na minha cultura, de jovem branco criado em escola particular de classe média. Acredito que se desde a infância aprendêssemos mais sobre a cultura indígena poderíamos nos apropriar muito mais dessa questão, e consequentemente enaltecer esse ponto turístico e a história dele, garantindo a sobrevivência dele e de tudo o que representa.”

Em relação à pergunta aberta e opcional, “você considera a região de Botucatu um lugar turístico? Por quê?”, foram obtidas 300 respostas. 293 respondentes afirmaram que sim, correspondendo a 97,66%. Cinco afirmaram que não, e dois, parcialmente.

Em relação ao porquê, uma categoria de destaque entre as respostas foi quanto às características morfológicas da geografia regional. A Cuesta de Botucatu foi diretamente mencionada por 49 respondentes e de outras formas como formação geológica/rochosa (18), relevo (10), morros

(4) e serra (2). Outras características geográficas foram mencionadas, como localização (6), altitude (2) e vales (1).

Ainda sobre características morfológicas, a biodiversidade da região teve destaque entre as respostas. Natureza e belezas naturais foram mencionadas por 84 respondentes. Outros termos mencionados foram cachoeiras (63), belas paisagens (38), beleza da região em geral (18), clima (12), atrativos/atrações naturais (7), Aquífero Guarani (2), lugares exóticos (2), área de reserva e preservação ambiental (1), parque (1) e encontro de vegetação (1), referindo-se ao encontro da Mata Atlântica e do Cerrado, presente na região.

Os termos genéricos “atrativos”, “atrações” e “pontos turísticos” foram diretamente mencionados por 33 respondentes. Em relação aos atrativos, o termo “trilhas” foi mencionado 14 vezes, seguido de Três Pedras (7), mirantes (6), Base da Nuvem (5), Gigante Adormecido (5), Pedra do Índio (4), Morro de Peru (2), esportes radicais (3), e mencionados uma vez, os termos: rapel, bicicleta, rali, parapente, festivais de aventura na cuesta, sítios, Gruta do Pedrinho (Três Pedras), Vivan (Pardinho-SP), Rio Tietê, represas e estradas rurais.

Em relação à oferta histórica, foram mencionados os seguintes termos: história (36), lugares históricos (9), Fazenda Lageado (5), construções (4), história do café (2), pinacoteca (2), Museu do Café (2), estudos (1) e povos indígenas do passado (1). Em relação à cultura e tradições, o termo “histórias” apareceu 15 vezes, seguido de hospitalidade (7), cultura (6), lendas (6), Saci (3), folclore (2), tradição (1) e cidades subterrâneas (1), lenda relacionada à cuesta e às Três Pedras.

Os segmentos do turismo mencionados pelos respondentes foram: aventura (9), ecoturismo (8), rural (7), histórico (4), lazer (2), religioso (2), segmentos vários (2), saúde (1) e turismo gerado pela vida universitária (1).

Dentre os pontos positivos do turismo na região levantados pelos respondentes, estão: região com potencial turístico (7), oferta gastronômica (5), restaurantes (2), lugares diferenciados/únicos (2), oferta hoteleira (2), e com uma resposta: investimento do governo, investimento da região, pontos conservados, atividades gratuitas, cidade legal, tranquilidade, shopping, região ótima para se viver e pontos naturais acessíveis.

Algumas observações e críticas foram feitas em relação ao turismo, são elas: falta de exploração turística (15), falta de infraestrutura (6), falta de investimento (2), pouca valorização (2), e com uma resposta: pouca divulgação, falta de atrativos, cidade não acolhe o turismo, cidade

conservadora, falta de políticas públicas, falta de um circuito turístico, falta de organização das atividades, falta de conhecimento por parte da população, abandono das cachoeiras, não se vê turismo no município, falta de apoio por parte da prefeitura, e falta de esforço coordenado para criar uma identidade turística, como Brotas-SP.

Também aberta e opcional, o item “comente sobre sua experiência com o caminho de Peabiru e com a história de Botucatu e região” gerou 108 respostas.

Grande parte das respostas acerca de experiências com o caminho estiveram relacionadas à região da cuesta. Foram elas: *trekking* (6), passeios guiados/agências de turismo (6), visita a pontos turísticos (5), acampamento nas Três Pedras (4), frequentaçāo da região da cuesta (2) e com uma resposta: cavalgada, cachoeira, trilha com o grupo Papa-trilhas, trilha de moto, cicloturismo, caminhada pelo caminho, *aquatrekking*, caça de sacis nas matas, propriedade na região, conhecimento sobre locais do caminho, morro do Cerrito e passeio.

Alguns respondentes informaram outros meios de conhecimento acerca do caminho, foram eles: histórias faladas/boca a boca (14), estudos pessoais/literatura (10), história (8), escola (7), pesquisas (4), historiadores (2), relatos de moradores antigos (2), lendas (2), peça de teatro (2), faculdade/curso de turismo em Botucatu (2), e com uma resposta: estudo sobre arte indígena, cultura, excursão da escola, reportagem, relatos de Frei Fidelis, filme, palestras, site da cidade, revista/jornal e trilha temática na Escola do Meio Ambiente (EMA).

Outras experiências e percepções foram: energia fantástica/surreal (2), encantamento, pessoas receptivas, deveria ser mais divulgado para todos, e caminhada num trecho do caminho no estado de Santa Catarina. Onze respondentes afirmaram não conhecer o caminho, quatro não têm nenhuma experiência e dois não sabem dizer.

Por fim, ao questionar se os respondentes têm interesse em aprender mais sobre o caminho de Peabiru, de um total de 506, 465 (91,9%) responderam que sim, e 41 (8,1%) responderam que não têm interesse. Dos 164 que nunca ouviram falar do caminho, 149 têm interesse em obter mais informações acerca do tema.

Considerando exclusivamente os 446 respondentes da região turística do Polo Cuesta, 161 afirmaram saber o que é o caminho, 143 já ouviram falar e 142 nunca ouviram falar. Somando os dois primeiros grupos, um total de 304 já tiveram algum contato com o tema, com maior ou menor conhecimento. Desse total de 304 respondentes, 200 são nascidos e criados na região e 75 são moradores vindos de outras regiões.

Dos 200 respondentes nascidos e criados e que moram atualmente na região, 80 se sentem representados pela história, 59 parcialmente representados e 48 não se sentem representados. Já dos 75 respondentes moradores vindos de outras regiões, 29 se sentem representados, 14 parcialmente representados, e 31 não se sentem representados. Sendo assim, 40% dos nascidos e criados na região e que moram nela atualmente, se sentem representados pela história do caminho, e 38,6% dos moradores vindos de outras regiões se sentem representados.

Dos 446 respondentes da região do Polo Cuesta, 32 têm acima de 60 anos, 169 têm entre 30 e 60 anos e 245 têm até 30 anos de idade. Dos 32 com idade acima de 60 anos, 21 sabem o que é, 7 já ouviram falar e 4 nunca ouviram falar. Dos 169 de 30 a 60 anos, 90 sabem o que é, 59 já ouviram falar, e 20 nunca ouviram falar. Já dos 245 respondentes que têm até 30 anos de idade, 50 sabem o que é, 77 já ouviram falar e 118 nunca ouviram falar.

Sendo assim, dos respondentes que têm acima de 60 anos, 65,6% sabem o que é o caminho, dos que têm entre 30 e 60 anos, 53,2% sabem o que é, e dos que têm até 30 anos de idade, 20,4% sabem o que é.

Quanto à questão de sentir-se representado pela história do caminho, dos 245 que têm até 30 anos de idade, 70 se sentem representados; dos 169 de 30 a 60 anos, 66 se sentem representados, e dos 32 com mais de 60 anos, 13 se sentem representados. As porcentagens são, respectivamente, 28,5%, 39% e 40,6%.

Em relação aos 446 respondentes da região, 13 moram em zona rural e 433 em zona urbana. Dos moradores da zona rural, 46,1% sabem o que é e 23% já ouviram falar. Dos moradores da zona urbana, 35,8% sabem o que é e 32,3% já ouviram falar.

Dos 55 respondentes de outras regiões fora do Polo Cuesta, 18 sabem o que é, 16 já ouviram falar e 21 não. Desses 55, todos têm interesse em saber mais sobre o tema.

APÊNDICE C — DIVULGAÇÃO DO QUESTIONÁRIO EM REDES SOCIAIS

Figura 24 – Post de Instagram 1



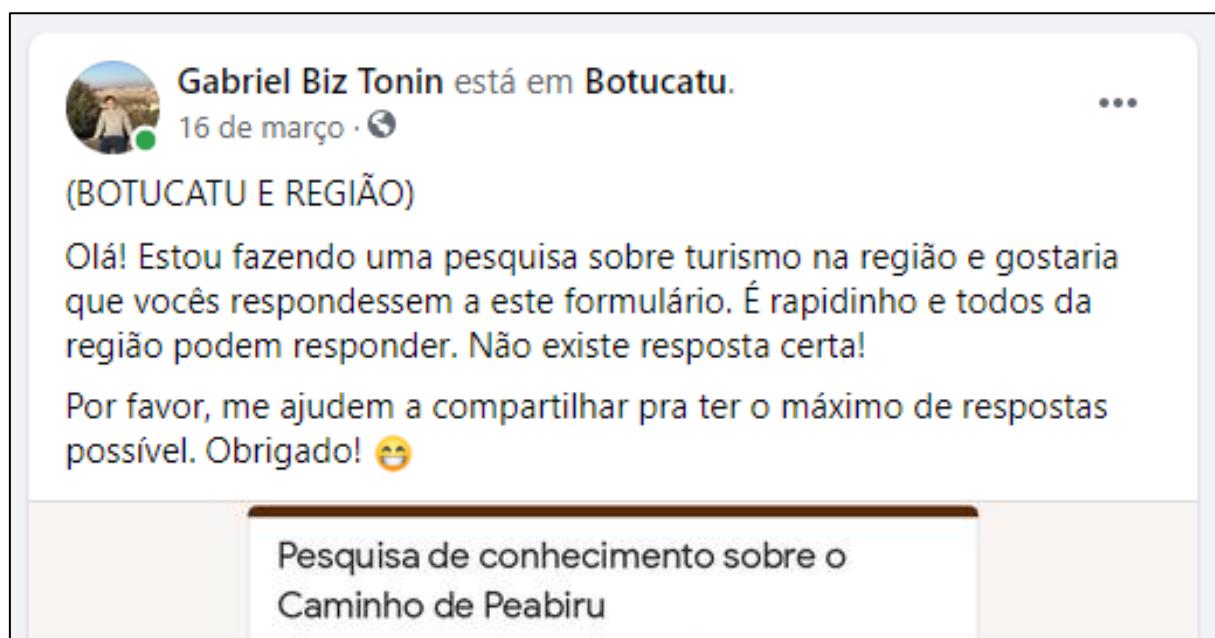
Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Figura 25 – Post de Instagram 2



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Figura 26 – Post de Facebook



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

APÊNDICE D — ENTREVISTA COM DIRCE, LUCILENE E SUSILENE

A entrevista foi realizada no dia 23 de abril de 2021. As entrevistadas foram Dirce Jorge Lipu Pereira, Lucilene Melo e Susilene Elias de Melo Deodato Kaingang. Coordenam o Museu Worikg Kaingang na Terra Indígena Vanuíre, localizada nos municípios de Arco-Íris e Tupã, no estado de São Paulo.

A entrevista foi transcrita de forma direta, no entanto, foram omitidas as falas do entrevistador com o intuito de evidenciar os posicionamentos das entrevistadas de forma a apresentá-los como um relato de experiências. Além disso, comentários “soltos” que desviassem dos objetivos da entrevista tampouco foram transcritos.

As perguntas norteadoras da conversa foram:

- Vocês têm conhecimento sobre o caminho de Peabiru? Qual a conexão dos Kaingang com o caminho?
- Vocês têm histórico de participar em programas de turismo?
- Vocês trabalham no museu Índia Vanuíre? Como é o trabalho lá?
- Vocês têm alguma conexão passada com a região de Botucatu?
- Como trabalhar memórias sem evidências físicas? Como os indígenas pensam nisso?
- Como propõem um trabalho de curadoria compartilhada de um possível roteiro de memória indígena em Botucatu?
- Como narrar uma história que não vai ser contada por indígenas?

O conteúdo da entrevista é o que segue:

Susilene: não temos nenhum conhecimento sobre o Peabiru. Nunca ouvi falar. A gente não trabalha em parceria com outras pessoas com turismo. Já tentaram mas não deu certo. A gente recebe os alunos e visitantes dentro do Museu Worikg desde antes de 2015. Vimos a necessidade de guardar nossas memórias, aí a gente continuou recebendo visita. A gente tentou com o município de Arco-Íris implementar turismo dentro da aldeia mas aconteciam coisas que não eram boas para nós. A secretaria queria trabalhar do jeito deles e não do nosso. Eu acho que tem que ser como o indígena quer e não do jeito que o não indígena acha que tem que ser. Marcavam a visita, nos avisavam em cima da hora e tínhamos que fazer tudo correndo. A parceria não estava sendo legal e acabamos nos afastando. Trabalhamos por conta própria. A

gente se reunia, fazia a dança, explicava o que a gente estava cantando e sobre nossa cultura e abria para perguntas. Depois disso tinha venda de artesanato mas eles queriam algo muito cronometrado. Para nós era pouco tempo e o indígena não trabalha assim. As perguntas surgem e não dava tempo de explicar.

Dirce: tudo era na correria e as crianças queriam saber tudo sobre nossa cultura. Eu e minha filha fomos fazer um curso de turismo. A gente já entende tudo sobre nossa cultura. E quando as crianças queriam ver o artesanato, já levavam elas embora. Nossa trabalho não era recompensado. Não achamos certo o não indígena falar pelo indígena. Nós vivemos na nossa terra e sabemos como vivemos, sabemos a nossa história e dos nossos antepassados. O não indígena, falando de nós, nunca sabe falar como o indígena vive e mostrar como vive, de que vive. Como se não houvesse indígena mais por perto. Nós nunca vamos morrer, nunca vamos deixar de existir e nunca vamos estar em extinção. Então quem tem que contar nossa história somos nós mesmos. O não indígena vai falar o que quer e desvaloriza nossa cultura, porque eles falam de coisas que leram em livros, coisas do passado, mas nós estamos aqui para contar nossa história. Agora a gente está caminhando com as nossas pernas. Temos nosso museu Worikg, recebemos visitas, fazemos comidas típicas, assim a gente leva nossa vida sem o turismo, porque não gostamos do jeito de ser do turismo, do jeito deles. Nós falamos por nós mesmos.

Susilene: tivemos um problema muito grande em Tupã, que é conhecida como cidade turística e é muito usada a imagem do indígena, mas é um índio de mascote que não é Kaingang, não sei de que etnia é. É usado na prefeitura, é muito falado e usado, “cidade turística, de terras indígenas”, mas somos totalmente desvalorizados, não se dá valor ao que se fala, e isso não é bom. Estamos a 24 km de Tupã. Eu não acho certo uma pessoa usar qualquer etnia que seja, e fazer turismo em cima do indígena. Tem que perguntar para ele se ele quer! Isso traz muito dinheiro, muito benefício para dentro do município, e para nós dentro da reserva não tem esse benefício. A cidade de Tupã não coloca nada dentro da aldeia, na verdade só tira. Fizemos um protesto em 2018 e sofremos muita coisa dentro da cidade, fizeram pintura Kaingang nos postes da cidade, fomos na delegacia por causa desse protesto. O museu Índia Vanuíre, a gente todo ano trabalha com atividades lá mas esse ano pedimos afastamento para a gente cuidar do nosso museu e da parte do sagrado, da espiritualidade. Nossa museu já foi para países fora e esse ano estamos dando visibilidade para o nosso museu. Eu não aceito o turismo que não tenha o indígena para falar por ele. O não indígena não sabe a necessidade, não sabe o que a gente

passa. Minha família é completa, a gente faz tudo. Danças, artesanato, palestras, viagens para fora, apresentações em outras cidades.

Dirce: não adianta falar do índio do passado, a gente não foi extinto, estamos aqui para contar nossa história, para verem a gente hoje. Tinha um lugar em Varpa que dizia que a gente tinha sido extinto. A gente está aqui na luta e não achamos certo. Nós vivemos, estamos aqui. Nós que vamos contar nossa história, nós vamos falar dos nossos antepassados que sofreram. Não é fácil mesmo lutar, mas não é fácil ver as pessoas falarem do nosso povo sabendo que nós estamos aqui. Graças a Deus você nos procurou e sabe que estamos aqui. Temos nosso museu para guardar nossa história e levá-la a outras pessoas.

Susilene: não sei como faz para chegar em quem trabalha com turismo aí em Botucatu, mas é interessante convidar o indígena para falar, deixar um depoimento gravado. Estamos abertos à conversa, queremos falar de nós e nada melhor que nós falarmos de nós mesmos. A gente agradece demais. Me surpreendi que você nos encontrou através de um livreto do MAE. Me deu uma alegria muito grande saber que valeu a pena o esforço e dedicação de montar aquela exposição e que faz diferença na vida da gente. Essa reunião aqui é muito importante para nós.

Lucilene: a gente é uma comissão, coordenação, administrativo, educativo, guia turístico, minha mãe é pajé, somos educadoras, tudo num grupo só. Concordo com o que elas disseram. O que foi colocado em Tupã sobre a delegacia, eu participei do manifesto a noite, da parte burocrática. A situação turística é muito delicada, é um slogan que está lá sem vida, sem história, os donos da terra, nós Kaingang de SP e Tupã, pertencente à aldeia Vanuíre, não tem histórico nosso dentro da cidade, só dentro do museu, nomes na rua e uma avenida com nome Kaingang. O logotipo é um desrespeito contra nós. O nosso grafismo estampado nos muros da cidade, outdoors, pessoas que não fazem parte do nosso contexto cultural e participou dessa discussão. Me senti muito gratificada pelo respeito e busca da pesquisa, esse é o fundamento legal de um pesquisador. Sobre Botucatu ... (cortou) histórico da gente de passagem por Botucatu, é um fato muito perigoso de abordar por conta de o risco de pessoas terem oportunidades indevidas é grande. No que você precisar durante a pesquisa, beleza, já fazemos parte da pesquisa, mas algum projeto, levantamento, durante esse percurso dessa trilha ser reativada, para nós não é interessante. Nós não estamos lá, serão outras pessoas para falar da nossa história. No nosso museu Worikg a gente que fala da trilha, o que contém nela, o significado dela. Toda trilha que passou um Kaingang tem uma história e o sagrado. No caminhar do indígena, ele para, se consagra, acende a fogueira. O não indígena não consegue

relatar isso com tanta verdade para quem está pesquisando e passeando naquela trilha. Interessante sua pesquisa e desinteressante se abordar algum projeto para reativar essa trilha pois não é interessante a gente não falar de nós mesmos (travou).

Dirce: eu sou pajé, a gente fala da espiritualidade. Outras pessoas falam sobre isso e não tem entendimento nenhum. Desvaloriza nossa cultura o não indígena falar sem aquele sentimento que a gente tem, e que a gente passa para quem está ouvindo. A gente luta contra. Fica uma história fria, que não passa o sentimento.

Susilene: a história que é contada em livros, inclusive temos um livro reeditado, trata dos indígenas, em especial Kaingang, como sendo agressivo, que matou o branco. Quem está contando está falando no passado de muitos anos atrás. Para quem não conhece o Kaingang, acha que continua agressivo. Pensam, “será que ainda existe?” Imaginam a gente com as roupas do passado, com arco e flecha, machadinha. O guia conta de forma errada, narrando uma história no passado, mas será que é verdadeira? Aconteceu aquilo? Se o Kaingang matou, foi para se defender. Será que ele não foi atacado? A terra foi invadida. Eles foram atacados. Não é bom. Você já conseguiu sentir que a gente não aceita esse tipo de turismo.

Susilene: há esse problema de as pessoas não saberem da presença do indígena, e a gente está tão próximo. Podem entrar em contato com a gente, convidar para a gente falar da nossa história e perguntar se o indígena quer falar. Para Botucatu a gente nunca conseguiu ir e contar nossa versão da história.

Dirce: era difícil conversar com os mais velhos. Falavam que eram divididos em grupos para poderem se proteger melhor do massacre. Teve um grupo que foi totalmente massacrado, mas era muito indígena. Nossa cultura é rica porque a gente mantém, passa de geração a geração. Na aldeia tem Krenak (MG) e Terena (MS).

Lucilene: os Guarani Kaiowá não conversam muito com pesquisadores, devido a história de massacre muito recente. O deles é muito frequente. São fechados para esse tipo de pesquisa. Não estou falando por eles, mas enquanto rede indígena, deixam muitos relatos. Já deixo claro que não quero deixar a história deles enterrada, mas no momento estão mais imersos nas próprias questões. Estão sob muito ataque. Oriento que você não tire relatos de páginas publicadas, porque pode não ser eles falando por eles. O luto deles é permanente.

APÊNDICE E — ENTREVISTA COM ARLÉTO PEREIRA ROCHA

A entrevista foi realizada no dia 3 de junho de 2021. O entrevistado foi Arléto Pereira Rocha, geógrafo, historiador, mestre em história e criador da trilha Caminhos de Peabiru em Peabiru, no Paraná.

A entrevista foi transcrita de forma direta, no entanto, foram omitidas as falas do entrevistador com o intuito de evidenciar os posicionamentos do entrevistado de forma a apresentá-los como um relato de experiências. Além disso, comentários “soltos” que desviassem dos objetivos da entrevista tampouco foram transcritos.

As perguntas norteadoras da conversa foram:

- Como é feito o turismo sobre o Peabiru em Peabiru?
- Há vestígios físicos do caminho?
- Que informações passam para os visitantes e qual a fonte?
- Há comunidades indígenas envolvidas na operação do turismo?
- Existe algum benefício para as comunidades indígenas?
- Que dificuldade encontra na operação e o que poderia melhorar?

O conteúdo da entrevista é o que segue:

Arléto: Peabiru é uma cidade de 14 mil habitantes, Campo Mourão é a cidade-polo ao lado. Somos uma região de 25 municípios polarizados por Campo Mourão, sendo Peabiru a mais próxima. Nossa região é muito rica e ao mesmo tempo uma das mais pobres do Paraná. Temos muita produção de soja, milho e trigo, então gera muito dinheiro. Em Peabiru temos 6 agências bancárias, tem muito dinheiro rolando mas não nas mãos da população. Existe muito dinheiro na nossa região porém não chega à maioria das pessoas devido à concentração de terras.

Arléto: em 2016, eu estava para assumir a Secretaria de Cultura e Turismo de Peabiru. Já estava fazendo alguns estudos na faculdade de história, na geografia e no mestrado de história. Eu estava pensando, nossa região é agrícola, mas há muitas terras nas mãos de poucos. Segunda força, o comércio, porém não absorve toda a mão de obra. Terceira força, serviços, mas que não absorve tudo. A quarta é a indústria que é muito incipiente. Tirando Campo Mourão e Goioerê que são mais desenvolvidas, a questão industrial não absorve a mão de obra, então o que faz girar nossa economia é o agronegócio, comércio e serviços e a indústria pouco

desenvolvida. Qual seria a quinta força para gerar trabalho, emprego e renda? O turismo. Foi aí que eu fiquei pensando o que fazer pelo turismo. Como eu já estudava os caminhos de Peabiru, que é uma paixão, e eu nasci praticamente ao lado dos caminhos, eu andava todas essas rotas sem saber que eram os caminhos de Peabiru, então pensei por que não fazer uma trilha? Começamos com a trilha simples, percorrendo uma parte dos caminhos enquanto eu pesquisava e encontrava achados arqueológicos, fui traçando e ligando pedaços que os pescadores usavam para ir pescar às margens do rio. “Aqui dá pra criar uma trilha”, então eu criei.

Arléto: a primeira vez que eu marquei uma trilha foi no final de 2016, não foi ninguém, fui sozinho. Na segunda vez, divulguei de novo e foram 3 pessoas, na terceira não foi ninguém de novo. Mas na quarta foram 23 pessoas. Na quinta, 88. Depois de um mês, tínhamos 800 pessoas caminhando.

Arléto: a gente percebeu que não tinha, na região, opções de lazer e turismo e foi aí que a gente criou o projeto “Caminhos de Peabiru, História, Cultura e Turismo” para poder sustentar toda essa ação de turismo. Temos 7 cachoeiras num percurso de 6 km no mato. O primeiro passo do projeto era o levantamento histórico, o segundo a cultura, começamos a trabalhar nas escolas, e o turismo com meio ambiente. Criamos um grupo voluntário chamado “Família Caminhos de Peabiru”, nesse grupo, eu como secretário fomentava e cuidava da trilha, e o grupo fazia toda a parte de segurança. A partir daí, foi crescendo.

Arléto: começamos a receber turistas de outras cidades e países. Os comerciantes começaram a ganhar dinheiro, o hotel também. Não temos agências de turismo nem um hotel que abrigue todas as pessoas. Começamos a agregar valor em toda essa movimentação. As trilhas eram gratuitas, sempre foram, porque estavam atreladas ao poder público. Às vezes a gente cobrava como inscrição, mantimentos. A penúltima trilha que fizemos em janeiro de 2020, deu quase 1200 pessoas, isso inflou a cidade, deu uma girada na economia, mas com a pandemia estamos há quase um ano e três meses sem fazer nenhum auento.

Arléto: não era só a trilha Caminhos de Peabiru passando por partes históricas, conseguimos uma verba do governo federal para reinaugurar o museu Caminhos de Peabiru, que fechou por causa da pandemia. No centro histórico, temos uma igreja com arquitetura semigótica com obras de um escultor alemão que viveu aqui, temos essa riqueza.

Arléto: criamos a Associação Caminhos de Peabiru de artesanato e culinária para agregar valor a nossos artesãos para o turista; e o espetáculo Caminhos de Peabiru com atores da cidade.

Fizemos o projeto “Poema no Prato”. Temos uma festa típica todo ano, chamada Festa Nacional do Carneiro ao Molho de Vinho. Todos que compram ingresso para almoçar no domingo, levam o prato embora, então criamos esse projeto atrelado aos caminhos de Peabiru. Fazemos várias oficinas com crianças das 6 escolas municipais nossas do quinto ano, oficinas de história local dos caminhos de Peabiru e como construir uma poesia. No fim elas redigiam um poema que estampava os 4 mil pratos da festa, e esse prato viajava.

Arléto: começamos com uma ideia simples que foi ganhando corpo. Paralelo a isso, criamos uma reunião com 7 prefeitos para fazer um circuito maior dos caminhos de Peabiru, o G7. Conseguimos na cidade de Fênix, que tem a cidade de Vila Rica do Espírito Santo, maior cidade espanhola na América do Sul, atacada pelos bandeirantes, por Raposo Tavares. Fizemos lá esse encontro e mapeamos o circuito nas 7 cidades. Se o turista quiser fazer essa trilha de mais ou menos 300 km, tem essa opção, se quiser só a parte de Peabiru na cidade tal, ele faz,. São opções para criar pacotes no futuro. A maior dificuldade nossa é a hotelaria.

Arléto: a trilha de Peabiru (município) tem 10 km. Nas minhas pesquisas encontrei vários resquícios indígenas, artefatos líticos, marcas da presença indígena e dos caminhos de Peabiru. Mudei a trilha de uma margem à outra, para não ficar tudo exposto, é uma riqueza que ainda está sendo estudada. Em resumo, temos o projeto “Caminhos de Peabiru, História, Cultura e Turismo”. É um projeto que deu resultados, trouxemos em 2017, 2018, 2019 e um pouco de 2020, quase 20 mil turistas para Peabiru, uma coisa inconcebível.

Arléto: não se pensa o turismo nas cidades pequenas, a gente é criado a partir dessa mídia, mas percebemos que dá para fazer esse refluxo. Tem turismo em cidade pequena, tem o turismo religioso, cavalgadas, bike, casa de reza, aldeia indígena, benzedeira, estrada antiga, gruta. Os caminhos de Peabiru, para nós, dão nome à cidade.

Arléto: a gente sempre agiu como se estivéssemos na sala de casa agora, como se a mesinha de centro fosse um baú. A gente colocava tudo ali em cima, os pés, mas nunca tinha aberto aquele baú, e está cheio de moedas de ouro.

Arléto: queremos depois da pandemia, sair um pouco do público e ir para parte privada, com uma nova parceria. Precisa de investimentos.

Arléto: fomos premiados duas vezes na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná com plano gestor público ...inaudível... projeto de excelência do turismo do Paraná, em 2017 e 2018,

porque não gastávamos nada. E o retorno é muito grande. Vejo o turismo como uma grande potencialidade para várias cidades pequenas.

Arléto: metade da trilha, até a primeira cachoeira, você passa a estrada, cidade, estrada rural, mato, margem do rio, primeira cachoeira. A partir da segunda cachoeira, nós já estamos em cima dos caminhos de Peabiru. Até a primeira cachoeira, é simbólica, da segunda até a sétima, não é mais simbólica, de acordo com todos nossos levantamentos. Explicamos isso para todos os visitantes. Temos uma placa que fala “Bem-vindos, vocês estão pisando em solo sagrado dos caminhos de Peabiru”. Tem um momento que a gente faz um batismo com o pessoal na lama.

Arléto: além dessa trilha comum que demora 3h30, criamos uma variante que é muito procurada, fizemos 3 edições, a trilha extrema, onde tem que completar provas na mata. Todo mundo pergunta quando vai ter trilha, mas por enquanto não podemos por conta da pandemia, já que recebemos gente de todos os lugares.

Arléto: já percebemos que a tendência mundial do turismo é o turismo de fim de semana, com pouca gente e atrelado à natureza. E é justamente o que a trilha Caminhos de Peabiru pode oferecer, aqui em Peabiru, aí em Botucatu.

Arléto: um objetivo desse projeto, além de gerar emprego e renda, era criar um sentimento de pertencimento do peabiruense com o Peabiru, e já houve mudanças nesse sentido, já criou uma identidade, o turismo dá essa identidade.

Arléto: nosso laboratório de pesquisa aqui sempre foi às margens de rios, porque ao lado, a agricultura principalmente, praticamente exterminou tudo. Eu achei muitas peças, machados, pontas de flechas.

Arléto: temos uma comunidade indígena na divisa entre Peabiru e Campo Mourão, os Guarani, e conversamos muito com eles. Antes do projeto em 2016, foi criada na região um grupo chamado NECAPECAM. Fizeram várias peregrinações simbólicas, e numa dessas, trouxeram alguns indígenas Guarani para fazer essas trilhas. Eu estava presente em uma dessas. Os Guarani falaram “vocês estão errados, vocês estão bebendo cerveja, ouvindo som, cantando. Vocês estão profanando os caminhos de Peabiru”. Foi o primeiro toque. Quando a aldeia veio para Campo Mourão, tivemos uma reunião na Casa de Reza dos indígenas Guarani, nós pesquisadores. Disseram: “pense bem, vocês gostariam que nós indígenas fôssemos no meio da missa de vocês e começássemos a beber cerveja, ouvir música e dançar? É o que vocês estão fazendo nos caminhos de Peabiru”. A partir desse momento, nós acordamos. Como conciliar

então essa exploração turística dos caminhos de Peabiru? De 2011 até 2015/2016 ninguém falava dos caminhos de Peabiru devido a isso. Mas daí fui pesquisar devido ao mestrado e fui descobrindo que os caminhos de Peabiru não são criação do Guarani, eles vieram antes, de 10 a 12 mil anos antes, tem várias lendas mas não se sabe. Os Guarani foram ditos donos do caminho de Peabiru porque tomaram conta desse ramal de caminhos. Quando eu percebi que os caminhos tinham uma profunda simbologia para os Guarani mas não eram deles, percebi que dava para conciliar essa questão turística. Tentamos criar um projeto de tombamento material e imaterial na região, mas infelizmente tivemos uma briga com alguns agricultores que ficaram com medo dos indígenas tomarem suas terras às margens da estrada, não prosperou.

Arléto: conversei com os indígenas, e no começo estavam meio lacônicos, em silêncio. Depois, com a entrada do Bolsonaro que as coisas complicaram para a questão indígena, vieram conversar comigo para a gente criar um pacote turístico. Levar o não indígena na aldeia, passar a noite, visitar a casa de reza, comer um peixe na folha de bananeira, fazer uma trilha, queriam criar um pacote turístico protagonizado por eles. Aqui em Campo Mourão, é a única aldeia que as terras não são do governo, são deles, é uma associação. Estavam na região de Apucarana em Londrina, numa grande terra indígena que envolvia indígenas Guarani e Kaingang. Historicamente, eles são rivais, e começaram a entrar as igrejas neopentecostais dentro da aldeia, e começou a haver mais cisão. Conseguiram registrar um projeto num edital da Petrobrás para comprar terras e foram contemplados, e perguntaram para Dona Almerinda, a senhora de mais idade, onde iam comprar esses dois alqueires de terra. E ela disse “quero voltar para os Campos do Mourão, onde eu vivi e meu marido morreu há muitos anos”, então compraram essas terras. E foi justamente porque o Peabiru passava por ali.

Arléto: estão com muitas dificuldades, principalmente depois da ascensão do Bolsonaro, em proteger as terras. Para piorar, temos 40 hidrelétricas aprovadas para o Paraná. Em Peabiru já morreu uma cachoeira onde passam os caminhos de Peabiru, e nessa aldeia indígena, uma vai inundar parte da aldeia, eles ofereceram dinheiro para a associação e não quiseram, o líder da aldeia falou “mesmo que a água bata no meu pé, eu não saio daqui, vou morrer na minha terra”. Porque a relação do indígena com a terra é diferente da nossa, não é de capital, é de vivência.

Arléto: eles se viram ameaçados, o governo tirou a escola rural de dentro da aldeia, que ensinava português e língua indígena, as crianças foram mandadas para a cidade de Campo Mourão, e devido à língua, não conseguiram acompanhar, daí levaram em psicólogas e disseram que elas tinham dislexia, deram ritalina.

Arléto: procuraram justamente para implementar o turismo. Num primeiro momento que o turismo para eles não era bom, no segundo já se tornou uma saída, foi uma questão de sobrevivência. Tudo gerido por eles. A gente entraria como agência de viagens e para oferecer a estrutura, mas eles que iam tomar conta do negócio. E vieram atrás da gente porque viram que nosso trabalho é de respeito à cultura indígena.

Arléto: na questão do turismo, a gente tenta conciliar o turismo na natureza, nos caminhos de Peabiru, sempre respeitando a cultura indígena. A gente não permite bebida alcoólica nas trilhas, cigarro, a gente sempre fala para fazerem a trilha com espírito, não somente com as pernas, toda uma preparação da cultura indígena para mostrar a questão do respeito à natureza, aos animais e à cultura indígena.

Arléto: os indígenas têm colaboração em algumas informações que são passadas, outras a gente vai na historiografia, e outras do senso de amor à natureza mesmo. A abordagem seria o respeito à cultura. Aqui em Peabiru houve um apagamento da cultura indígena, tanto que pouca gente sabia quando a gente começou os trabalhos, que Peabiru era um nome indígena, o que eram os caminhos de Peabiru, e quais grupos indígenas estavam aqui. A gente sempre trabalhou com o respeito, igualdade entre indígena, africano, asiático e europeu, que são nossa base principalmente na nossa região.

Arléto: o africano e o indígena foram apagados, tanto que nas palestras a gente pergunta “quantas pessoas você conhece que têm sobrenome indígena? E africano? E asiático? E europeu?” Então a gente entra mostrando que houve um apagamento proposital de toda essa cultura. Quando a gente trabalha com a cultura indígena, é um trabalho de reavivar a fundo uma realidade. Eles já estavam aqui. E ainda temos contraposições de pessoas bem conservadoras.

Arléto: quando o projeto foi caminhando, os turistas vieram, e a gente pôde trabalhar a questão do respeito indígena junto. Na região, começou a ter um respeito maior pela cultura e pela pessoa do indígena, embora estejamos longe.

Arléto: temos um respeito muito grande pelos caminhos de Peabiru, nas nossas falas, na imprensa, na mídia, nas entrevistas, nas escolas e universidades, a gente sempre fala em respeito, então começaram a ver-nos com outros olhos e hoje são nossos amigos. A gente já recebeu indígena na trilha, fizemos palestras junto com eles, levamos eles para conversar com os alunos. Hoje está mais harmônico.

Arléto: historicamente, a gente tem a história dos vencedores mas nunca ouvimos a história dos vencidos, e os vencidos são os indígenas, as vozes deles são pouco ouvidas.

Arléto: tem a questão da comunidade LGBTQIA+, temos uma convergência com eles, tanto que estamos planejando uma trilha específica. Turisticamente, a gente percebeu que nas trilhas, o público LGBTQIA+ era o mais respeitoso na trilha. Então é um público a quem dá para oferecer muita coisa boa.

Arléto: historicamente, os indígenas foram apagados. Na nossa cidade de Peabiru, temos duas avenidas principais, uma se chama Avenida Vila Rica, em homenagem a Vila Rica do Espírito Santo, destruída por Raposo Tavares; e curiosamente, a principal avenida se chama Avenida Raposo Tavares. É curioso porque a Av. Vila Rica cruza com a Av. Raposo Tavares e Raposo Tavares foi quem destruiu Vila Rica. Em 2019, junto com a escola, criamos um projeto de mudança de ajuste histórico. Tirar o nome de “Avenida Raposo Tavares” para um outro nome, porque Peabiru é um nome indígena, designa os caminhos de Peabiru. O município de Peabiru homenageia a sua principal avenida ao maior genocida de indígenas. Ou seja, era como se a gente desse o nome à rua na frente de casa, a alguém que matou alguém da nossa família, é injusto.

Arléto: o objetivo maior não era mudar o nome da avenida, tanto que não foi para frente o projeto, o objetivo maior era “levantar bola”, colocar em pauta esse assunto, e conseguimos, ganhou a imprensa regional, as pessoas começaram a falar, um assunto que antes ninguém falava. Um dos sucessos que abençoa bem o nosso projeto, é justamente esse trabalho de igualdade com todas as pessoas e minorias na hora de se divertir, de fazer um encontro com Deus e com a natureza.

Arléto: historicamente não aprendemos nada sobre os indígenas. Nós somos criados num sistema que vai deixando o indígena de lado, vê o negro como escravo. Ele foi escravizado, ele não é escravo. Então fomos recebendo rótulos e para quebrar isso é difícil, mas a gente não pode desistir. Tem que ter o diálogo com os indígenas sim.

Arléto: eu estava muito ligado à Paraná Turismo, que é o órgão estadual de turismo. Nós viajamos várias cidades do Paraná levando nosso modelo de “caminhos de Peabiru”, porque a ideia nossa era criar o roteiro estadual, mas aí mudou o governo do Estado e esse projeto foi afastado, e é um trabalho longo.

APÊNDICE F — ENTREVISTA COM MARCELO PENAYO DE MELO

A entrevista foi realizada no dia 21 de maio de 2021. Os entrevistados foram Cristiano Vieira Pinto, presidente do COMUTUR de Botucatu e operador turístico; e Marcelo Penayo de Melo, idealizador da trilha Caminhos do Peabiru entre Foz do Iguaçu e Capanema, no Paraná.

A entrevista foi transcrita de forma direta, no entanto, foram omitidas as falas do entrevistador com o intuito de evidenciar os posicionamentos dos entrevistados de forma a apresentá-los como um relato de experiências. Além disso, comentários “soltos” que desviassem dos objetivos da entrevista tampouco foram transcritos.

As perguntas norteadoras da conversa foram:

- Como o Peabiru é abordado nessa trilha?
- Há vestígios físicos do caminho?
- Que informações passam para os visitantes e qual a fonte?
- Há comunidades indígenas envolvidas na operação do turismo?
- Existe algum benefício para as comunidades indígenas?
- Que dificuldade encontra na operação e o que poderia melhorar?

O conteúdo da entrevista é o que segue:

Marcelo: a trilha Caminhos do Peabiru entrou como uma das trilhas nacionais a serem desenvolvidas, por ser uma trilha ancestral, um caminho que já existia, resgatou-se essa ideia. São cinco grandes trilhas nacionais concebidas, e Caminhos do Peabiru é uma delas. A REDE Trilhas trabalha da seguinte maneira: as trilhas regionais e locais vão se conectando e passa-se a ter uma rede nacional.

Marcelo: durante a pandemia, pensou-se mais sobre a trilha do Peabiru, e coincidiu com a necessidade que o Parque Nacional do Iguaçu tem de desenvolver a interpretação de algumas trilhas. Fizeram um traçado e vamos fazer acontecer esse caminho aqui em Foz. Conversaram com pessoal de outras cidades para fazer conexões.

Marcelo: foi iniciativa do pessoal de Peabiru a iniciativa de transformar o caminho de Peabiru em patrimônio imaterial, essa lei está tramitando na Assembleia Legislativa do Paraná.

Marcelo: há um planejamento de se fazer debates sobre o Peabiru. Reunir o pessoal de todas as regiões, criar pautas, fazer seminários, *lives*, reuniões virtuais, debater assuntos dentro do desenvolvimento da trilha, falar sobre geração de emprego e renda através do caminho de Peabiru, fazer capacitação. A REDE tem uma diretoria de emprego e renda, podem capacitar-nos para avançar nos produtos, isso é o que vai viabilizar a abertura de trilhas, a partir do momento que temos os setores produtivos engajados, a população engajada e voluntariado.

Marcelo: vamos pensar e fazer essa agenda de debates do Peabiru, trocar experiências, conhecer-nos, saber o que está acontecendo em cada lugar.

Marcelo: o caminho não precisa e dificilmente vai ser contínuo, são trechos. Pode-se criar um passaporte Caminhos do Peabiru. Trilhas muito longas geram frustração se o visitante não a terminar, por trecho é mais interessante. Pode-se criar um mapa, material, um site só para isso.

Marcelo: não entrevistaram e conversaram com povos indígenas. No grupo de gestão da implementação da trilha, há um antropólogo e ele está fazendo um trabalho científico paro o mestrado nesse sentido do resgate histórico-cultural.

Marcelo: no parque há relatos sobre o caminho real, há um sítio arqueológico, inclusive em um dos trechos que vão abrir, tiveram que recuar um pouco porque passa pelo sítio arqueológico. Há relatos sobre o trecho original inclusive em área urbana de Foz. Esse tracejado que fizemos é simbólico e reforçamos isso.

Marcelo: um estudioso paraguaio, amigo nosso, afirma que há vários trechos na cidade, mas nunca foi feito um trabalho nesse sentido, mas há gente interessada em desenvolver.

Marcelo: podemos agendar uma conversa com pessoas que tem bastante respaldo científico na área. Conheço indigenistas que têm contato com povos do norte.

Marcelo: nunca chegamos a fazer isso [entrar em contato com comunidades indígenas], mas essa abordagem é importante. Temos interesse de ter a trilha simbólica. Nosso interesse não é de lucrar com isso, não estamos ligados à cadeia do turismo, são trilhas de uso público. Podem ser guiadas ou não, mas normalmente quem não é local não entra sem guia.

Marcelo: os trechos que estamos sinalizando estão na área de uso público do parque. Estamos capacitando os guias para fazer essa interpretação histórico-cultural. Já houve duas capacitações aqui para os guias. Ainda não foi feita a sinalização interpretativa, mas é um projeto correndo em paralelo. Nossa responsabilidade é a sinalização, e o ICMBio do Parque Nacional está

desenvolvendo a sinalização interpretativa. Não necessariamente toda a trilha vai ter interpretação, mas um bom trecho sim.

Marcelo: o Parque Nacional é dividido em zonas com atividades específicas. Tem a zona intangível, exclusiva de proteção; a zona de uso público e a zona histórico-cultural; onde está o sítio arqueológico. Nessa zona vai ter um grande trabalho de interpretação. Temos como missão esse resgate histórico-cultural. Um fator é ouvir o indígena, buscar uma forma de colocá-lo como beneficiário dessa trilha e a outra é promover bem-estar e qualidade de vida. Gabriel, sua contribuição vai ser importante. Você pode talvez trazer uma metodologia, uma informação. É uma troca, um precisa do que o outro está fazendo.

Marcelo: há críticas e controvérsias, como de Rosana Bond, contra a atividade turística. Ela critica a exploração do caminho porque vai contra o seu espírito sagrado. Existe um conflito de ideais em relação ao resgate do caminho e é interessante esse debate. Ouvir o indígena para ver o sentimento dele como você disse, ver se têm essa memória do caminho. Podemos fazer um debate exclusivamente sobre isso.

Marcelo: sinto falta de ambos [fontes históricas e evidências físicas do caminho]. Se a gente tivesse um trecho do caminho aqui, preservado, ou que pelo menos tivéssemos certeza de que passou por aqui, seria sensacional. Quando falaram em Campo Mourão sobre a existência do caminho, os produtores rurais não gostaram, parece até que destruíram um trecho. Tudo depende de como foi abordado, a consciência coletiva era outra, faz tempo, hoje se você fala que tem um sítio, é uma oportunidade de desenvolver uma outra atividade dentro da área da propriedade. Esse é um ponto, e tem a questão indígena que é mais complexa ainda.

Marcelo: o paraguaio tem memória. Lá o desenvolvimento acontece com essa memória. É uma experiência diferente. Eles têm outra relação com o caminho, outro perfil cultural. É bacana trazer o ponto de vista deles no debate. Para nós é mais fácil fazer a trilha internacional que nacional. Já imagino o caminho sendo transcontinental.

Marcelo: vamos reconectar daqui uns dias para colocar essas outras pessoas em contato com vocês para completar. Talvez seu TCC possa estar inserido, ser uma ferramenta para o nosso debate.

Cristiano: sou super a favor da roda de debate ou de um fórum, podemos começar a articular isso. Vejo o Peabiru como um grande quebra-cabeças e as peças estão espalhadas por 3 ou 4 países pelo continente. Quanto mais a gente conseguir juntar e transformar, vai ser legal para

todo mundo e principalmente para a memória do nosso país e dos países vizinhos. Já temos um projeto em Botucatu sobre o caminho de Peabiru, com um pessoal de mais idade que têm um trabalho já encaminhado. Podemos colocá-los juntos para somar.

Marcelo: temos que valorizar quem começou a história, quem já estava ali, porque a pessoa provavelmente não teve ajuda.

Cristiano: sim, hoje o momento é outro, a região tem muito mais visibilidade. A curiosidade é outra até porque a informação chega mais rápido. É até mais fácil hoje de conseguir apoio e estrutura para gente, hoje temos várias cidades que são estâncias e MIT. Hoje tem mais verba voltada para isso para que a gente possa estruturar. Acho que é o momento, é importante, vamos criar o grupo e preparar esse debate, incluir a REDE Trilhas. Ver também a questão do nome na REDE trilha. Denominação “conexão cuesta”.

Marcelo: é interessante chamar de Caminhos do Peabiru num primeiro momento, para acender a chama e despertar outras regiões. Criar depois e se transformar na trilha nacional. Foz pode ser o embrião da trilha nacional, ou não, tem que pensar. Com a entrada de vocês, vamos formalizar a trilha nacional. Já estou imaginando a gente fazer a nacional, já tem Florianópolis, Botucatu, Foz. Com 3 já conseguimos começar. Trazer para as mídias sociais, atualizar, ganha muito mais força o trabalho conjunto.